



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA

**Processos de Intervenção nos Centros de duas Cidades e seus elementos
comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)**

SALVADOR

2014

CARLOS ANDRÉS DÍAZ MOSQUERA

**Processos de Intervenção nos Centros de duas Cidades e seus elementos
comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iracema Brandão Guimarães

SALVADOR

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

Dissertação de mestrado apresentada por Carlos Andrés Diaz Mosqueira ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, sob o título “Processos de intervenção nos Centros de duas Cidades e seus elementos comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia)”, orientada pela professora Dr^a Iracema Brandão Guimarães e aprovada pela comissão examinadora formada pelos professores:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Inaiá Maria Moreira De Carvalho

Prof. Dra. Urpi Montoya Uriarte

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Iracema Brandão Guimarães

Díaz Mosquera, Carlos Andrés.

Processos de Intervenção nos Centros de duas Cidades e seus elementos comparativos: Salvador (Brasil) e Cali (Colômbia) / Carlos Andrés Díaz Mosquera. 2014
148 f.

Orientadora. Prof.^a Dr.^a Iracema Brandão Guimarães
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1. Intervenção e Renovação Urbana. 2. Globalização 3. Higienização Social. 4. Centros Urbanos. I. Brandão Guimarães, Iracema. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III Título.
-

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Estado do Brasil por me permitir ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia e ter sido contemplado com uma bolsa de estudo outorgada pela Capes, a qual permitiu a minha estadia no Brasil.

Agradeço a minha orientadora Iracema Brandão por aceitar como seu orientando e pelas contribuições pertinentes.

Agradeço ao Professor e Coordenador do Programa Clovis Zimmermann por me ajudar com os primeiros norteamentos para ingressar no Programa de Pós-Graduação.

RESUMO

No presente trabalho se apresenta um estudo realizado nos centros histórico e antigo de duas cidades Latino-americanas, Salvador-Brasil e Cali-Colômbia, sendo analisados os processos de intervenção urbana que comandaram as transformações sociais e espaciais dos respectivos centros. Para tanto, define-se as décadas dos anos 1990 até 2014, tendo em conta os pontos de convergência e divergência que apresentaram os respectivos modelos de intervenção com base em uma análise comparativa, e a maneira como o caso do Pelourinho do Centro Histórico de Salvador é uma referência para se pensar os processos que atualmente estão acontecendo no Centro Antigo da cidade de Cali, com o projeto “Cidade Paraíso”. A dissertação está dividida em quatro capítulos, no capítulo 1 se apresentam reflexões teóricas que integram as respectivas transformações urbanas acontecidas nos centros com as lógicas da globalização, a gentrificação, a competitividade entre as cidades, a turistificação dos espaços urbanos e as renovações urbanas contemporâneas, apresentando assim algumas considerações que foram surgindo no caminho da pesquisa, No capítulo 2 se realizou uma compilação de estudos feitos sobre o Pelourinho tendo em vista o nosso objetivo de encontrar elementos desta experiência de intervenção para estabelecer uma comparação com o caso recente da intervenção no Centro de Cali. No capítulo 3 se realizou uma caracterização das lógicas que regem o processo de renovação do Centro da Cidade de Cali intitulado “Cidade Paraíso, um centro para todos” colocando ênfases na limpeza e higienização social do bairro “El Calvário” para dar pên à renovação do Centro Antigo. Na conclusão, buscamos indicar os elementos semelhantes e divergentes entre as respectivas experiências de intervenção. Este capítulo parte do princípio de reconhecer que os dois centros são histórica e culturalmente muito diferentes, no entanto essa diferenciação inicial não impediu identificar e explicitar algumas comparações importantes. Além da comparação inicial, se tomou como referência o caso da Recuperação do CHS para entender alguns aspectos e processos que estão acontecendo no programa de renovação do Centro de Cali no projeto Cidade Paraíso. Estas transformações mudaram o perfil residencial do bairro estabelecendo conflitos latentes entre os usos antigos e os novos, comercial, turístico e patrimonial para o caso de Salvador e administrativo, mobilidade e comercial para o caso de Cali. Para este estudo se delimitou como fontes de referência os documentos institucionais das respectivas prefeituras e instituições encarregadas de elaborar os parâmetros, roteiros e metodologias para intervir, recuperar e revitalizar os centros, além de arquivos fotográficos, análises de jornais locais e nacionais, entrevistas com os antigos moradores e vídeos.

Palavras-chave: Intervenção e Renovação Urbana, Globalização, Higienização Social.

RESUMEN

En el siguiente trabajo se presenta un estudio realizado en los centros histórico y antiguo de dos ciudades Latinoamericanas, Salvador-Brasil y Cali-Colombia, siendo cuestionados los procesos de intervención urbana que rigieron las transformaciones sociales y espaciales de dos respectivos centros desde la década de los años 1990 hasta 2014, teniendo en cuenta los puntos de convergencia y divergencia que presentan los respectivos modelos de intervención con base en un análisis comparativo, y la manera como el caso de Pelourinho del Centro Histórico de Salvador es un referente para pensar los procesos que actualmente están aconteciendo en el Centro Antiguo de la ciudad de Cali en el proyecto “Ciudad Paraíso”. La disertación está dividida en cuatro capítulos, en el capítulo 1 se presentan reflexiones teóricas que integran las respectivas transformaciones urbanas acontecidas en los centros con las lógicas de la globalización, la gentrificación, la competitividad entre las ciudades, la turistificación de los espacios urbanos y las renovaciones urbanas contemporáneas, presentando así algunas consideraciones que fueron surgiendo en el camino de la investigación. En el capítulo 2 se realizó una compilación de estudios realizados sobre el Pelourinho teniendo en cuenta nuestro objetivo de encontrar elementos de esta experiencia de intervención para establecer una comparación con el caso reciente de la intervención en el Centro de Cali. En el capítulo 3 se realizó una caracterización de las lógicas que rigen el proceso de renovación del Centro de la ciudad de Cali titulado “Ciudad Paraíso un centro para todos” colocando énfasis en la limpieza y higienización social del barrio “El Calvário” para dar inicio a la renovación del Centro Antiguo. En la conclusión buscamos indicar los elementos semejantes y divergentes entre las respectivas experiencias de intervención. Este capítulo parte del principio de reconocer que los dos centros son histórica y culturalmente muy diferentes, no en tanto esa diferenciación inicial no impidió identificar y explicar algunas comparaciones importantes. Además de la comparación inicial, se tomó como referencia el caso de la Recuperación del Centro Histórico de Salvador para entender algunos aspectos y procesos que están aconteciendo en el programa de Renovación del Centro de Cali en el proyecto “Ciudad Paraíso”. Estas transformaciones cambiaron el perfil residencial del barrio estableciendo conflictos latentes entre los usos antiguos y los nuevos, comercial, turístico y patrimonial para el caso de Salvador, y administrativo, de movilidad y comercial para el caso de Cali. Para este estudio se delimitó como fuentes de referencia los documentos institucionales de las respectivas alcaldías e instituciones encargadas de elaborar los parámetros, rutas y metodologías para intervenir recuperar y revitalizar los centros, además de archivos fotográficos, análisis de periódicos locales y nacionales, entrevistas con los antiguos moradores y videos.

Palabras clave: Intervención y Renovación Urbana, Globalización, Higienización Social.

LISTA DE TABELAS.

Tabela 1. Uso das propriedades do Pelourinho.....	Pág. 59
Tabela 2. Variação da população residente	Pág. 74
Tabela 3. Moradores e comerciantes indenizados, segundo as etapas.....	Pág. 79
Tabela 4 - Destino dos moradores e comerciantes.....	Pág. 79
TABELA 5 - Descrição dos ofícios dos residentes trabalhadores.....	Pág. 97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração baseada no encarte de divulgação das etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Conder).....	Pág. 63
Figura 2. Ladeira do Tabuão. Casa outorgada pelo IPAC a Ex-moradores Pelourinho..	Pág. 80
Figura 03 - Ladeira do Tabuão.....	Pág. 81
Figura 04 - Rua Av. José Joaquim Seabra.....	Pág. 81
Gráfico 1. Lazers e pessoas por quarteirão.....	Pág. 96
Figura 05. Foto barrio El Calvário. Cali	Pág. 100
Figura 06. Foto Cidade Paraíso. Cali.....	Pág. 100
Figura 07. Transformações barrio El Calvario a Cidade Paraíso. Cali.....	Pág. 101
Figura 08. Transformações bairro El Calvário a Cidade Paraíso. Cali	Pág. 101
Figura 09. Transformações bairro El Calvário a Cidade Paraíso. Cali.....	Pág. 101
Figura 10. Demolição bairro El Calvário. Cali.....	Pág. 102
Mapa 1. Distribuição do solo urbano segundo o Projeto Cidade Paraíso.....	Pág. 102
Figura 11. Fotos Salvador. Bairro Pelourinho.....	Pág. 136
Figura 12 - Bairro Pelourinho.....	Pág. 136
Figura 13 - Bairro Pelourinho.....	Pág. 136
Figura 14 - Bairro Pelourinho.....	Pág. 136
Figura 15 - Fotos Cali, bairro “El Calvário”	Pág. 137
Figura 16 - Bairro “El Calvário”.....	Pág. 137
Figura 17 - Bairro “El Calvário”	Pág. 137
Figura 18 - Bairro “El Calvário”.....	Pág. 137
Figura 19 - Salvador. Antes e depois da renovação.....	Pág. 139
Figura 20. Cali. Antes e depois da renovação.....	Pág. 140

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. ELEMENTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS PARA PENSAR O CENTRO DA CIDADE.....	21
1.1. Integração e articulação dos espaços urbanos latino-americanos com contextos mundiais.....	39
1.2. Globalização como modernização e ocidentalização da sociedade.....	44
1.3. Cidades, competição e globalização.....	46
1.4. A força do lugar, o lugar e o cotidiano.....	49
CAPÍTULO 2. PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR-BRASIL E NO CENTRO ANTIGO DE CALI-COLÔMBIA.	52
2.1. “A Cidade no Papel” e o seu significado nas intervenções sobre o Centro Histórico de Salvador.....	65
2.2 Limpar e higienizar para intervir e recuperar	72
2.3 A precariedade social e infraestrutural como justificativa para a intervenção.	87
CAPÍTULO 3. PROJETO DE RENOVAÇÃO “CIDADE PARAISO”, CALI, COLÔMBIA.	93
3.1 A cidade no papel, o centro de Cali.	99
3.2. Limpar e higienizar para renovar e recuperar	112
3.3. Renovar e Recuperar.....	116
Limpar e Higienizar para Intervir e Recuperar.	134
A precariedade social e infra estrutural como justificativa da intervenção.....	139
AS DIVERGENCIAS: SUAS PROJEÇÕES PRÓPRIAS.....	142
REFERENCIAS.....	146

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é apresentado à banca examinadora do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. O trabalho tem como objetivo analisar a relação entre os projetos e a sua concretização, considerando o caso do Pelourinho em Salvador como emblemático para o que pode ocorrer em Cáli, e delimitando-se a década dos 90 até 2014, para conhecer os respectivos programas de intervenção.

Este trabalho se encontra organizado nas seguintes partes: Introdução, na qual se coloca de modo resumido algumas reflexões sobre o Centro das cidades, situando o interesse desta problemática. Segue-se o capítulo 1, no qual se apresentam reflexões teóricas que integram as respectivas transformações urbanas acontecidas nos centros com as lógicas da globalização, a gentrificação, a competitividade entre as cidades, a turistificação dos espaços urbanos e suas renovações urbanas contemporâneas, de tal forma que se possa entender e problematizar os acontecimentos locais com cenários e dinâmicas mais abrangentes do mundo global. Neste capítulo se apresentam algumas considerações que foram surgindo no caminho da pesquisa, na perspectiva teórica escolhida para analisar as intervenções, as formas como se analisaram os documentos institucionais, os pontos de convergência e divergência que apresentaram os respectivos modelos de intervenção com base em uma análise comparativa e a maneira como o caso do Pelourinho do Centro Histórico de Salvador constitui uma referencia para pensar os processos que atualmente estão acontecendo no Centro Antigo da cidade de Cali no projeto “Cidade Paraiso”.

No capítulo 2 se realizou uma compilação de estudos feitos sobre o Pelourinho tendo em vista o nosso objetivo de encontrar elementos desta experiência de intervenção para estabelecer uma comparação com o caso recente da intervenção no Centro de Cali denominado “Cidade Paraiso”, Por isso, se fez uma interpretação das lógicas que guiaram os processos de intervenção e recuperação do Centro Histórico de Salvador desde o ano de 1991, identificando suas tendências próprias, modificações no uso e funções do solo urbano, a expulsão da população que era moradora e os argumentos que levaram à consolidação do Pelourinho como Centro de consumo turístico y cultural.

No capítulo 3 se realizou uma caracterização das lógicas que regem o processo de renovação do Centro da Cidade de Cali intitulado “Cidade Paraíso, um centro para todos” colocando ênfases na limpeza e higienização social do bairro “El Calvário” para dar pé à renovação do Centro Antigo.

Na conclusão, buscamos indicar os elementos semelhantes e divergentes entre as respectivas experiências de intervenção. Este capítulo parte do princípio de reconhecer que os dois centros são histórica e culturalmente muito diferentes, no entanto essa diferenciação inicial não impediu identificar e explicitar algumas comparações importantes. Além da comparação inicial, se tomou como referência o caso da Recuperação do CHS para entender alguns aspectos e processos que estão acontecendo no programa de renovação do Centro de Cali no projeto Cidade Paraíso.

Importa esclarecer que esse trabalho teve origem em leituras e artigos elaborados na monografia da graduação, a qual se intitulou “Ensino e aprendizagem dos processos de urbanização da cidade de Bogotá (Colômbia) desde 1948 até finais do século XX”, na qual se utilizaram recursos de cinema e fotografia. Esta monografia foi apresentada no curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Pedagógica Nacional de Colombia, no ano 2008, tendo como orientador o professor Hugo Edilberto Florido Mosquera.

INTRODUÇÃO

Os centros das cidades, com características de centro antigo ou centro histórico, fazem parte de um dos elementos que compõem a estrutura urbana como algo geral. Desde a perspectiva de Santos (2008, p. 28) o centro antigo “constitui uma verdadeira síntese, pois reflete ao mesmo tempo, as formas atuais da vida da região, da cidade e do passado, seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano”. Nessa lógica, o centro das cidades é um teatro das lutas de diferentes grupos, agentes, classes e tendências por construir uma paisagem. Os componentes que organizam a paisagem urbana refletem as necessidades e condições próprias em cada etapa da evolução urbana. O centro então é a trama da história da cidade e de suas relações com outras sociedades e espaços, sua forma e características atuais provêm do desenvolvimento histórico da cidade como um todo.

Para reconhecer as formas particulares que adquirem os centros das cidades, Santos (2008, p. 29) propõe identificar os seguintes aspectos: 1) O sentido e o ritmo da evolução da região e da cidade 2) Os dados do sítio 3) As formas atuais da organização e da vida urbana - incluindo o dinamismo atual (forças de transformação), as forças de inércia, representadas pela resistência, maior ou menor, que oferecem às estruturas provindas do passado.

O centro pode ser um mosaico dos séculos, mas representa também a sucessão das técnicas, toda a evolução da vida urbana, a soma do passado e dos modernos modos de ser, cuja incorporação à vida urbana não se faz sempre segundo o mesmo ritmo. Esse mosaico do centro estaria composto por elementos do tipo histórico, religioso, administrativo, turístico ou de negócios, condensando a cidade que “já foi”, a “que é” e a que se quer projetar.

Estudar os centros urbanos conduz a pensar em suas complexas e conflituosas relações com a cidade, a sociedade e sua formação social. Segundo a perspectiva de Castells (1979) o centro faz parte do “conjunto urbano” o qual supõe pensar os vínculos dos grupos humanos localizados nesse espaço geográfico nas suas relações internas e externas. O conjunto urbano é, por sua vez, estruturado e estruturante da formação social à qual pertence.

Quer dizer, os vínculos estabelecidos entre os fatores de base da estrutura urbana não são meramente conjunturais, mas correspondem à lógica da formação social da qual emanam. A cidade mais que imagem da organização social, é parte integrante dessa organização social e, por conseguinte, rege-se pelas leis da formação social a que pertence (CASTELLS, 1979, p. 141).

Castells (ibidem), utiliza o termo de “conjunto urbano”, para designar toda a unidade sócio espacial e funcional que faz parte de uma rede mais ampla, articulada e hierarquizada. Os conjuntos urbanos supõem processos de produção, consumo, intercambio e de gestão. A cidade em geral, e o centro em particular, seriam desde esta perspectiva uma rede de relações e de intercâmbios com outros sistemas, o qual pode desempenhar varias funções e adquirir múltiplos sentidos como, por exemplo: ser coordenador das atividades urbanas descentralizadas, criador das condições de comunicação entre os atores sociais, lugar administrativo e de gestão das políticas da sociedade. O centro também pode ser concebido como núcleo lúdico, concentração dos lugares de diversão e ócio, implantação espacial das “luzes da cidade”, lugar de entretenimento e lazer ou adquirir a função de ser um núcleo de preservação da historia da cidade.

Teríamos então, segundo a perspectiva de Castells (1979, p. 202) uma classificação inicial dos tipos de centros urbanos, os quais seriam:

1. Centro funcional. Lugar de implantação de certos serviços em uma área delimitada. Ele desenvolve um meio de interação com outros espaços. Ele é mais útil na medida da variedade dos serviços oferecidos.
2. Centro simbólico. Concentração de funções culturais. É um núcleo capaz de irradiar a sua influência para o conjunto da aglomeração em um polo que define o conteúdo cultural.
3. Centro integrador. Cria pontos de concentração social no meio do mundo atomizado e da difusão urbana. Nós de comunicação de alcance regional.
4. Centro de inovação social. Criação de um meio social novo. Recuperação dos espaços a cargo da iniciativa privada de uma certa marginalidade social potencialmente inovadora.
5. Centro emissor. Concentração espacial voluntária das atividades de gestão, investigação, informação, decisão implicadas por meio de inovação produtiva.

As intervenções contemporâneas nos centros das cidades têm como alvo a recuperação ou instauração de algumas destas funções, as quais são definidas segundo suas formas de utilização, tipos de apropriação, relações externas e características de expansão urbana. Estamos assistindo hoje em dia a diversas transformações destes Centros, as quais são o resultado, seja de arranjos urbanos, empreendimentos ou intervenções estatais e privadas.

Como parte fundamental da trama urbana, eles vivenciam e se inserem nos processos históricos próprios das metrópoles contemporâneas como, por exemplo: 1) A concentração de atividades terciárias no centro de negócios, atividades industriais na coroa urbana próxima 2) Deterioração física da cidade central, fuga da classe média em direção aos subúrbios e ocupação do espaço central por novos imigrantes, em especial das minorias étnicas, vítimas de discriminação no mercado imobiliário 3) Movimento de implantação industrial cada vez mais independente da cidade, recriando núcleos funcionais perto dos pontos-chave das rotas 4) Não correspondência total entre as divisões administrativas e a unidade de vida e de trabalho. Castells (2009, p. 61)

Com o intenso crescimento das cidades, fruto da urbanização descontrolada, em muitas cidades os centros perderam as funções que tinham (administrativo, comercial, mobilidade, residencial, simbólico etc.) e entraram em decadência, o que motivou os projetos de intervenção que se multiplicaram visando a sua recuperação ou revitalização. Exemplos emblemáticos desse processo podem ser vistos, em tempos diferentes, nos centros histórico e antigo das cidades de Salvador e Cali, o primeiro com um enfoque de recuperação, restauração, conservação do que se consolidou como patrimônio histórico, que teve na cultura seu objeto de consumo, lazer e utilização para pensar estratégias de desenvolvimento econômico. O segundo, com a intenção de recuperar e re-funcionalizar um centro comercial antigo, no sentido das suas atividades administrativas e de mobilidade.

Estes processos de esvaziamento e degradação das áreas centrais das cidades gera a diminuição do seu número de moradias em condições aptas ou higiênicas, como bem menciona Érica Castilho (2004, p. 11) fazendo referência às consequências dos esvaziamentos nas áreas centrais. Nelas se percebe a “existência de muitos imóveis vagos e subutilizados, degradação do patrimônio histórico e cultural, concentração de moradias precárias e insalubres, principalmente cortiços, concentração de atividades informais, mudança no perfil socioeconômico dos moradores, usuários e das atividades locais e, ainda, a saída de setores de serviços públicos e privados para outras centralidades”. Quando as cidades passam por crescimentos acelerados para as periferias os lugares centrais se transformam, tendo como tendência comum sua degradação infraestrutural e sua refuncionalização para futuros projetos de investimento.

O tema da intervenção sobre áreas centrais urbanas pode ser considerado a partir da diferenciação desses centros, como decadentes ou preservados, comparando-se estratégias de ação e resultados, orientados por interesses divergentes. Maricatto (2000) propõe “atribuir ao

conceito de renovação, uma ação cirúrgica destinada a substituir edificações envelhecidas que apresentam problemas de manutenção por edifícios novos e maiores que, invariavelmente, são marcados por uma estética pós-modernista. Em geral, a renovação se dá com muita demolição e remembramento das parcelas de terrenos existentes, acompanhada de uma intensificação da ocupação do solo.

Segundo Maricatto (IBIDEM) “ Na renovação há uma mudança no uso do solo devido à instalação, na área central, de novos serviços (ligados à comunicação, publicidade, gerenciamento, criação, além de serviços de luxo) e redes de comércio expulsando os pequenos negócios de características tradicionais. Como estes, a população moradora também é expulsa, especialmente pela forte valorização imobiliária que acompanha esses processos”.

Esta autora também propõe, ao conceito de reabilitação (ou requalificação) atribuir uma ação que preserve, o mais possível, o ambiente construído existente (pequenas propriedades, fragmentação no parcelamento do solo, edificações antigas) e dessa forma também os usos e a população moradora. Isso pressupõe que a reforma necessária na infraestrutura existente para adaptá-la a novas necessidades procura não descaracterizar o ambiente construído herdado. Nos edifícios busca-se fazer “intervenções mínimas” indispensáveis para garantir conforto ambiental, acessibilidade e segurança estrutural.

Em ambos os casos, deu-se importância à preservação do patrimônio histórico, artístico e paisagístico de primeira grandeza, mas apenas no caso da reabilitação o patrimônio comum ou “banal” é preservado. Outros autores apontam que diferentes interesses acompanham cada uma das estratégias citadas. Por exemplo, na renovação ganha importância o grande capital imobiliário – promotores, construtores, financiadores – e os proprietários imobiliários privados. Geralmente, a valorização imobiliária é alta, criando forte dinâmica de mercado. As atividades culturais, os shopping centers, os museus, as galerias de arte, as sedes de grandes corporações são usos novos e predominantes.

No caso da reabilitação, os maiores interessados são a população residente, além de profissionais e militantes ligados à história e memória da cidade. A participação social e a solidariedade são valores que predominam sobre os de mercado. As empresas responsáveis pelas reformas de edifícios são menores e mais ligadas ao trabalho artesanal. Há, portanto uma diferença na cadeia produtiva da construção civil num ou noutro caso o que implica em diferentes materiais, equipamentos, projetos e obras. Num e noutro caso, variam ainda a forma de gestão, a legislação e o financiamento.

O que a autora pretende enfatizar, é que a decisão política de renovar ou reabilitar implica em estratégias diversas que irão marcar diferentemente todos os detalhes dos planos, do gerenciamento e da construção. O resultado arquitetônico e urbanístico também será diverso assim como a apropriação social.

Tendo-se em vista o interesse em identificar alguns elementos comparativos, sabe-se que várias cidades latino-americanas contemporâneas vêm se transformando como resultado de diversos planos de ordenamento territorial, programas de intervenção urbana, planejamento estratégico e iniciativas de desenvolvimento, as quais conjugam as ações de agentes públicos e privados. Estas iniciativas agiram nas esferas do tempo, espaço e nas relações sociais. Por um lado o fator tempo exigiu que os processos de mobilização urbana fossem mais rápidos e a velocidade um argumento que alicerçava a construção de grandes avenidas e complexos sistemas de transporte como uma necessidade vital das cidades para fazer os fluxos mais eficientes, assim como a incorporação de complexos sistemas de comunicação que dinamizaram e aceleraram a economia e as relações sociais. Por outro lado, os espaços urbanos tiveram que ser pensados e construídos conforme parâmetros de funcionalidade, administração e localização estratégica que facilitara a execução eficiente de processos próprios da vida urbana como o trabalho, consumo, mobilidade e habitabilidade.

Desde finais do século XX estamos vendo as transformações das cidades contemporâneas, o que por suposto inclui a Salvador e Cali, como modos de intervenção que adotam estratégias de regularização social dos espaços, que vêm sendo capturados e mundializados por estratégias próprias de produção, circulação, distribuição e consumo. Este processo de captura pode ser identificado como uma “universalização do mundo”, no qual se universaliza a produção, trocas, gostos, representações, lugares, mercados, técnicas, trabalho, cultura e alimentação. É por isso que as cidades contemporâneas tendem a partilhar esquemas semelhantes de urbanização, valorização do solo urbano, redistribuição de população (gentrificação e deslocamento), mudanças que inclusive tornam alguns espaços os portadores de sua “história” (caso dos centros históricos), como lugares suscetíveis de investimentos e aproveitamento econômico que depois de processos históricos de desvalorização, tendem a ser melhorados e renovados com o objetivo de ser uma “carta de apresentação” das cidades, de “expor sua história” ao público e virar espaços estratégicos de consumo nacional e global.

Esta relação entre um contexto global e um espaço urbano específico – local implicou em mudar muitas formas, lógicas e sentidos dos lugares, os quais se deveriam articular e relacionar a contextos mais amplos seja por meio do fluxo de pessoas (turismo e cultura) ou

de capitais (investimentos e renovações). Consideramos que este pode ser o caso dos centros histórico e antigo de Salvador e Cali.

Para fazer esta análise, propomos partir dos respectivos tipos de intervenções, selecionando um período, que corresponde à década dos anos 90 do século XX, no qual estes centros foram inseridos de forma mais sistematizada em processos de intervenção e transformação. A partir do final do século XX e no decorrer do XXI, o Centro Histórico de Salvador (Pelourinho) e de Cali (através do Projeto Cidade Paraíso), continuaram, ou começaram o caminho de gestar e executar importantes mudanças na sua organização social e espacial por meio de programas de intervenção.

As mudanças – que serão analisadas adiante - foram feitas (e ainda estão em andamento) por diferentes razões e motivações institucionais, voltadas para reconstruir um ambiente urbano, porém adaptado ao desenvolvimento econômico cujo enfoque fazia dos centros urbanos (históricos e antigos) núcleos importantes. De igual forma, também tiveram como objetivo reconquistar o espaço para lhe outorgar novos sentidos, usos e lógicas que iam contra o sentido residencial que possuíam. Assim, as intervenções nos centros das duas cidades que são objetos de análise, visam (ou visaram) recuperar e revitalizar economicamente o lugar, tornando “necessária” a expulsão de uma população específica (antigos moradores) para abrir as portas aos novos agentes econômicos (comerciantes, empresários, projetos culturais do Estado, outros), cuja missão era criar uma nova “imagem” destes lugares. Uma nova imagem que se poderia valer de diferentes estratégias como, por exemplo, a combinação de economia e cultura (no caso do Pelourinho em Salvador) ou a recuperação das funcionalidades de administração, comércio e mobilidade (como é o caso de Cidade Paraíso em Cali).

Assim, é possível afirmar, no primeiro caso, que em um centro histórico, como o Pelourinho, que foi declarado pela UNESCO como patrimônio histórico da humanidade em 1986, o processo de intervenção fez com que o passado e a história da cidade ficassem como uma forma, várias igrejas e prédios coloniais, ou um conjunto arquitetônico que é evocado como uma exposição do percurso do tempo na cidade, onde o universo simbólico, interpretativo, histórico, residencial e sua identidade ficaram em permanente tensão com os interesses do programa de intervenção que colocaram por cima dos patrimônios materiais e imateriais, lojas e espaços de consumo cultural, gastronômico, artístico.

A respeito deste tema de pesquisa, é importante ter em consideração alguns estudos produzidos com respeito às intervenções realizadas desde finais do século XX no centro

histórico de Pelourinho, especialmente no que concerne aos impactos sociais, como é o caso da gentrificação ou higienização da população e a produção social do espaço. A esse respeito, Nobre (2003) menciona como estas mudanças de intervenção foram feitas baseadas nos objetivos de construir um ambiente para um enfoque mercadológico, de estímulo econômico e criação de empregos, além de gerar uma competição interurbana para atrair o capital e reforçar a imagem da cidade partindo da reorganização e consolidação de novos sentidos a seus espaços. De igual forma, autores como Marques e Dos Santos (2010, p. 25) analisam estas intervenções, ancorando sua formulação e aplicação a um contexto geral e aos interesses econômicos em relação com a cidade e a região. Segundo eles, “Esses objetivos consistiam em promover a reabilitação física e restauração da área considerando seu potencial econômico e redefinindo sua função em relação à cidade e região metropolitana” e “promover condições sustentáveis de preservação através do desenvolvimento de atividades econômicas”.

Estas razões econômicas se juntam com outras que competem à necessidade de melhorar a apresentação da cidade para o público local e internacional. Para melhorar a estética e imagem dos espaços centrais os agentes tiveram que proceder a uma reorganização da população de acordo com lógicas de expulsão e higienização social dos que eram considerados como antigos moradores.

CAPÍTULO 1. ELEMENTOS METODOLÓGICOS E TEÓRICOS PARA PENSAR O CENTRO DA CIDADE.

Para descrever as etapas e considerações que foram surgindo no caminho da pesquisa, detenho-me especialmente nas reformulações do problema, na perspectiva teórica escolhida para analisar as intervenções, nas formas como se analisaram os documentos institucionais e finalmente, os pontos de convergência e divergência que apresentaram os respectivos modelos de intervenção com base em uma análise comparativa.

O projeto original consistia em fazer uma análise comparativa dos processos e lógicas que estariam guiando a formação de cidades-região na globalização. No entanto, seu nível de abrangência resultava bastante ambicioso e implicava desafios à pesquisa que não poderiam ser realizados no tempo de duração do mestrado. A preocupação como pesquisador partia dos processos sócio espaciais que estariam regendo o ordenamento e organização contemporânea das cidades Latino-americanas, identificando suas lógicas, tendências e sentidos no mundo globalizado.

Esta formulação do objeto de estudo já tinha como antecedentes algumas leituras e artigos elaborados na monografia da graduação, a qual se intitulou “Ensino e aprendizagem dos processos de urbanização da cidade de Bogotá (Colômbia) desde 1948 até finais do século XX, a partir do cinema e da fotografia”, tendo como complemento um componente pedagógico que foi desenvolvido com estudantes de ensino médio.

O interesse temático do “antecedente” a este trabalho foi identificar e caracterizar as lógicas contemporâneas que estão implícitas nos projetos e programas que tendem a “renovar, revitalizar e recuperar” os espaços urbanos, os quais, porém, tem um efeito colateral que se poderia denominar como a perda do “direito a cidade”. Sendo assim, em nome do embelezamento, do desenvolvimento, da imagem e do consumo, se estaria perdendo a participação cidadã e o melhoramento das condições de vida da população.

A tarefa de delimitar e focalizar o objeto de estudo em algo mais concreto e viável levou a pensar em uma seleção mais rigorosa em termos de escala geográfica, duração temporal e objeto temático a ser abordado. A localização espacial direcionou-se para os centros (histórico e antigo) das cidades de Salvador e Cali, respectivamente, a partir dos programas de intervenção que estão em andamento, assim como o campo temático a ser abordado no período da pesquisa de mestrado, que consistiu na caracterização do tipo de

intervenção e recuperação dos respectivos Centros, o qual iria permitir responder se existiam semelhanças nas suas trajetórias de consolidação como centros recuperados e se, o caso de Pelourinho, poderia ser emblemático para o que estaria acontecendo no centro de Cali, especialmente no concernente ao trato dado às populações moradoras.

O primeiro passo, para estudar o caso do Pelourinho em Salvador, consistiu na seleção de alguns documentos que continham as diretrizes, parâmetros e padrões seguidos no programa de recuperação como, por exemplo: “O Termo de Referência, Plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador. Reabilitação urbana centros históricos. Secretaria da cultura e turismo. IPAC. 1991”. “Centro Histórico de Salvador. Programa de recuperação Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia IPAC/CONDER. 1995”. “Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo. IPAC. 2010”. E no caso do centro de Cali, os projetos e documentos produzidos pela Prefeitura intitulados “Plano del centro global de Cali diagnóstico urbanístico. Junio de 2010”. “Projeto Ciudad Paraiso. Departamento Administrativo de Planeación Municipal. Empresa Municipal de Renovación Urbana EMRU. 2010” e o “Informe Gestión Social Ciudad Paraiso. Proyecto Ciudad Paraíso: Planes parciales El Calvario, San Pascual, Sucre y Sede Fiscalía General de la Nación. E.M.R.U. Empresa Municipal de Renovación Urbana. 2010”.

Estes documentos selecionados partiram dum “estado da arte” dos dois respectivos processos, já que eles foram pensados e gestados segundo os roteiros, objetivos, planos e metodologias, sobre o tipo de centro que queriam consolidar. Estas diretrizes estavam contidas nos respectivos documentos selecionados, desta forma se poderia caracterizar a ideia de centro urbano recuperado ou renovado que as duas cidades consolidaram, tendo como ponto de partida a perspectiva das instituições que se encarregaram de gestar os respectivos projetos. Estes documentos foram analisados junto com a leitura de outros textos e jornais que já vinham fazendo uma abordagem histórica, sociológica e urbanística da consolidação dos centros urbanos, neles se resgatavam as fases e etapas, gestões políticas, instituições participantes, dificuldades sociais e econômicas, e especialmente o forte questionamento pelas políticas sociais ao redor do destino dos que habitavam os respectivos bairros que foram foco de recuperação e intervenção.

Com relação à delimitação espacial e temporal do objeto de estudo, surgiu um questionamento partindo de mudanças que são evidentes nos dois cenários e que se referem ao fato de que hoje em dia são bairros com uma notória vida comercial em detrimento da vida

residencial que tinham. Isto levou a reflexões sobre a organização social do espaço proposta pelos programas de intervenção, suas lógicas, características e tendências.

Estes aspectos resultaram das leituras iniciais sobre o tema no primeiro ano da pesquisa, de uma imagem geral que provinha das leituras de jornais, produções acadêmicas, artigos, fotos, vídeos, visitas de campo ao Pelourinho entre 2012 até 2014, as quais foram realizadas em diferentes dias e horários para perceber a movimentação do bairro e sua vida cultural. Estas visitas foram realizadas a algumas das famílias que moram nas casas que foram outorgadas em qualidade de locatários pelo IPAC após intervenção. As visitas de campo permitiram perceber as transformações sociais e espaciais do bairro (especialmente Pelourinho), identificar a vida comercial, cultural e turística do lugar, comparar com as funções anteriores (lugar residencial), conhecer por meio de relatos informais de ex-moradores como era o bairro antes do processo de recuperação, assim como as respectivas transformações que iam acontecendo e seus impactos na população.

O Pelourinho me era um lugar alheio e somente tinha uma impressão turística do lugar, por tanto superficial e até fascinante pela “boa organização do centro histórico”, projetada em museus, igrejas, shows, apresentações, lojas de arte, salas de exposição, espetáculos na rua etc. Essa primeira impressão foi construída desde uma perspectiva superficial, estética e artificial, a qual impossibilitava sua compreensão histórica e sociológica, além de afastar os fundamentos e lógicas que guiaram sua intervenção e consolidação como centro histórico. O Pelourinho, com suas cores, casas reconstruídas e de fachadas chamativas, foi se transformando cognitivamente num lugar que passou de ser admirado esteticamente, a um lugar de apreensão nas suas lógicas sócio-espaciais.

Os trabalhos realizados sobre o tema permitiram ir adentrando em um conceito que foi utilizado na sociologia urbana de meados do século XX pelo geógrafo escocês Neil Smith e a socióloga alemã Ruth Glass e, posteriormente, utilizado para entender os fundamentos das transformações urbanas contemporâneas nos centros das cidades e que denominaram como “Gentrificação”. Isto convergiu para afirmar que tanto no Pelourinho, como no bairro “El Calvário”, aconteceram lógicas de expulsão da população moradora nos diferentes períodos de intervenção e recuperação destes Centros, o que será retomado adiante.

O passo seguinte foi complementado pela leitura de algumas publicações produzidas por jornais locais e nacionais das respectivas cidades, que para o caso de Salvador foram: A Tarde, Correio 24horas, Folha de São Paulo e Carta Capital, que faziam referência ao processo de consolidação do Pelourinho como Centro Histórico, desde finais dos anos 80 até

2014, e para o caso de Cali os jornais El Pais, El Espectador, ADN e Semana, permitindo identificar os discursos que apresentavam a nova imagem do centro, a importância da transformação espacial, seus momentos de crises e as formas como foram enunciadas e catalogadas a população moradora. Nos jornais, esta era referida com diferentes adjetivos, como: malandros, vendedores de droga, prostitutas, ladrões, cracolândia (caso de Pelourinho Salvador); e população informal, a “Olla” (Caso do bairro Calvário em Cali), etc. Estas leituras permitiram uma coleta inicial de dados, o que Gasque (2007, p. 92) denomina a “amostragem teórica”, da qual foram surgindo alguns focos analíticos que serviram para organizar e interpretar a informação.

Inicialmente, a procura da informação nos jornais foi dispersa e aleatória, se procurou informações em arquivos de bibliotecas tanto na Biblioteca dos Barris, no caso de Salvador, e Biblioteca Departamental no caso de Cali, seja nos seus catálogos virtuais ou em físico. Posteriormente, esta informação foi sendo classificada por meio de alguns “eixos temáticos” encontrados com: antigos moradores dos centros antigo e histórico, recuperação e intervenção urbana no Centro Histórico e Centro Antigo, Expulsão e Gentrificação. Partindo destes eixos surgiram alguns focos analíticos de classificação, organização e interpretação da informação, os quais iam sendo agrupados cronologicamente à medida que iam acontecendo as respectivas fases dos projetos. A informação dos jornais possibilitou compará-los e contrastá-los com os textos institucionais que tinham sido selecionados, pois os jornais continham vários relatos de ex-moradores e moradores que continuavam habitando os bairros os quais expressavam como a sua principal preocupação o questionamento pela política social de vivenda, a maneira como foram expulsos e finalmente, que foram projetos de recuperação (tanto do El Calvário como no caso Pelourinho) sem participação social dos moradores. Estes eixos temáticos foram agrupados dentro dos focos analíticos “a cidade no papel”, “limpar e higienizar para renovar” e “a precariedade social e infraestrutural como justificativa da renovação”.

Também, através de um total de nove (9) entrevistas informais realizadas com alguns dos antigos moradores que ainda habitam o bairro do Pelourinho, foi possível identificar e compreender a partir dos seus relatos o processo de consolidação do Centro Histórico, o destino de alguns moradores, os fundamentos dos processos de negociação que se estabeleceram para sua saída do bairro, a expulsão de outros moradores, as preocupações que eles tiveram diante da recuperação do lugar, as políticas dos governos em relação aos seus habitantes e o que significou a intervenção para eles. De igual forma, foram consultados vídeos, fotografias e arquivos na Biblioteca do IPAC, na Biblioteca dos Barris, no arquivo

fotográfico do IPAC, e por outro lado, os vídeos institucionais da EMRU (Empresa Municipal de Renovação Urbana de Cali) e o arquivo fotográfico virtual da Biblioteca Municipal de Cali. Nestas consultas obtivemos informações que permitiram confirmar que antes dos processos de intervenção liderados pelos projetos “Programa de Recuperação do Pelourinho” e “Cidade Paraíso”, estes bairros eram caracterizados como zonas degradadas física e socialmente, porque assim se tornaram, em épocas diferentes, situação que se agravou na metade do século XX. Anteriormente ao processo de recuperação estes eram bairros onde moravam as classes médias e alta, as quais migraram para outros espaços, impulsionando a expansão da cidade, e possibilitando a chegada de uma população de classe baixa, formada por trabalhadores formais e informais, empregados diaristas, donas de casa, desempregados e pequenos comerciantes, os quais começaram a habitar o espaço na modalidade de aluguel, transformando os antigos casarões em cortiços. Isto influenciou na sua deterioração estrutural e no seu baixo preço de aluguel, permitindo sua desvalorização.

Como terceiro passo, se apresentam algumas reflexões que resultaram transversais no desenvolvimento do problema de pesquisa. Como por exemplo, o que é considerado um problema de pesquisa, seja este de tipo empírico, prático, geral ou particular. Ele nasce a partir de uma situação que pode resultar inquietante e, muitas vezes, aparece como uma manifestação unidimensional de uma realidade específica. À medida que surgem diversos conhecimentos sobre o objeto de estudo, se vão estabelecendo e identificando os fatores que incidem na sua constituição e sua conformação, permitindo desta maneira estabelecer múltiplas conexões. Entre estas, uma aceção bastante corrente identifica o problema com a questão que dá margem à hesitação ou perplexidade, por difícil de explicar ou resolver. Outra aceção identifica o problema, com algo que provoca desequilíbrio, mal-estar, sofrimento ou constrangimento às pessoas. Contudo, na aceção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento. (GIL, 1987, p. 52).

Nesse sentido, o problema de pesquisa aqui considerado foi vinculado a outras conexões que ampliaram o leque das formas como se poderia aproximar e analisar. Portanto, na tentativa de definir o que se entende por intervenção urbana, foi necessário encontrar uma vinculação com outros campos analíticos que explícita ou implicitamente fazem parte dos objetivos dos programas de intervenção, como por exemplo: modernização da sociedade, estratégias de desenvolvimento urbano, planejamento estratégico, refuncionalização do

centro, limpeza social e vínculos entre patrimônio-economia-cultura. Estes vínculos exigiram estabelecer relações com outros assuntos mais amplos, que podemos dizer, globais.

Por isto, a delimitação temporal deste projeto foi estabelecida desde a década dos anos 90, quando se produzem alguns dos programas de intervenção e recuperação de Centros Urbanos por parte das respectivas Prefeituras e instituições Estaduais em parceria com outras instituições de desenvolvimento econômico e cultural, embora no Pelourinho o processo seja anterior.

Elaboramos então uma hipótese inicial que permitiu se perguntar pelo “inédito”, ou ainda não desenvolvido nos dois anos de pesquisa. Neste sentido este estudo fez uma caracterização sociológica de dois processos de recuperação urbana localizados no centro das cidades, os quais estiveram marcados pela confluência de políticas culturais, projeções governamentais, estratégias de desenvolvimento econômico, conservação, patrimonialização, e um tipo específico de gentrificação e lógicas globais. Posterior a esta fase, se identificaram (apesar das enormes diferenças culturais e históricas) pontos em comum nos processos de intervenção, especialmente, no concernente às tensões entre as políticas institucionais e as praticas sociais em relação com os habitantes. Como bem mencionam Lacatos e Marconi (1991, p. 144), os estudos comparativos também podem partir de outras hipóteses já confirmadas em estudos anteriores, levadas em consideração no estudo de outros casos, identificando e explicitando complementos e variáveis inovadoras que complementem ou afirmem a hipótese inicial.

O próximo passo foi encontrar um vocabulário comum que relacionasse os centros recuperados (e ainda em recuperação) a problemas de planejamento urbano em um cenário global mais amplo, com parcerias público-privadas (utilização dos recursos públicos para investimentos privados), correspondendo a necessidade de fazer das cidades lugares competitivos através de projeção da cidade ao nível global por meio das intervenções amplas. Diante deste panorama temático se chegou a um conjunto de autores que, a partir de posturas interdisciplinares, problematizaram o conceito de globalização, resgatando principalmente a reestruturação social e espacial de finais do século XX no contexto do Neoliberalismo (Harvey, 2007; 2004; Santos, 1994; 2006; 2013); Ianni, 1997, Sassen, 1994; 2010.

Elementos conceituais comparativos.

A emergência de políticas urbanas de desenvolvimento foi sustentada por expectativas de gerar lucro, competitividade, maior participação da iniciativa privada e criação de espaços de consumo. Nesse sentido, autores latino-americanos como Carrión (2010) Pradilla (2013) Fernandes (1995) Arantes e Maricato (2007), convergem em afirmar que o planejamento estratégico das cidades latino-americanas, desde finais do século XX, está regido pela preponderância do capital privado, a valorização e mercantilização dos espaços e a criação de cenários que sejam representativos em termos de vantagens competitivas, assim como do melhoramento da estética, a imagem e a conservação patrimonial.

Assim, a seleção de um só caso no universo de possibilidades poderia apontar padrões de generalização e universalização, ainda que suas hipóteses resultem abrangentes em outros cenários, especialmente, latino-americanos. Os casos selecionados devem ser acompanhados de critérios específicos (Gil, 1987, p. 79) e se parte da idéia segundo a qual o pesquisador tem um leque de opções para identificar os casos, sejam marginais, ou atípicos, que permitam conhecer as pautas dos possíveis desvios.

Prosseguindo, foram elaborados focos analíticos que permitiram pensar um tipo próprio de intervenção e higienização social do espaço central urbano, especificamente, nos bairros do Pelourinho (Salvador-Brasil) e El Calvário (Cali-Colômbia). Esses focos analíticos pretenderam indicar o significado da intervenção e as lógicas da higienização social nos dois casos analisados, evidenciando suas características próprias. Embora os dois casos analisados tenham histórias e contextos culturais significativamente diferentes, não obstante, suas respectivas tendências, tipologias e padrões próprios de intervenção “se encontraram”, através das projeções que visualizaram a recuperação e revitalização do espaço, reconstruindo centros (históricos ou antigos) consumíveis, esteticamente apresentáveis. Estes pontos de “encontro” foram tecidos segundo a maneira como as cidades latino-americanas, e especialmente as cidades que são capitais de estados (Salvador-Bahia) ou de departamentos (Cali-Valle), desenvolveram tipos de programas de intervenção relacionados com o desenho de estratégias de planejamento e recuperação. Desta forma a criação de zonas de “vantagens competitivas” levou a que as duas cidades afirmassem uma forma particular e própria de se articular nas dinâmicas urbanas globais de desenvolvimento. Esta tendência pressupõe a mudança nos usos antigos do solo (preponderantemente residencial) pelos novos usos (comerciais), tendo como lógica a expulsão da população moradora.

Para concretizar este passo, os focos analíticos são os seguintes:

A) “cidade no papel”, referindo-se aos documentos propriamente institucionais (e jornais), encontrados nos Programas de Intervenção produzidos pelas respectivas Prefeituras, secretarias ou entidades encarregadas do desenvolvimento urbano. Por meio desta leitura se ergueu a construção conceitual e características do padrão que se queria construir, ou reconstruir, identificando-se promessas inconclusas. A dimensão “social” torna-se o ponto mais criticado e vulnerável dos dois projetos analisados, já que nos dois casos poucas iniciativas foram desenvolvidas, como indicam outras fontes, tais como, jornais e as entrevistas informais realizadas.

B) A segunda categoria é denominada “limpar para renovar”, refere-se ao questionamento do destino dos moradores - a partir da análise de jornais e produções acadêmicas. A expulsão dos antigos moradores (como efetivamente aconteceu) faz parte de uma das primeiras etapas do que se conhece como gentrificação. Neste caso, os critérios que adotamos no uso dessa categoria pressupõem o que se considera adequado à projeção visual do centro, onde a pobreza não tem vez, nem foi objeto de soluções efetivas ou de atendimento por parte das prefeituras e órgãos institucionais. Isto tornou necessário conhecer de que modo ocorreu a “negociação para expulsão” da população, a limpeza e higienização social dos bairros, supondo o estabelecimento e a garantia de novos fluxos de pessoas.

Na terceira categoria, C) “A precariedade como justificativa da intervenção” se falou acerca das formas como foram enunciadas e construídas discursivamente as condições de vida desses moradores (por parte de diversos agentes institucionais como jornais, secretarias, prefeituras, empresários etc), suas respectivas casas e os bairros em geral, permitiram justificar esse tipo de intervenção, já que no momento em que foram enunciados como bairros pobres, carentes, precários, espaços de prostituição, ilegalidade, roubo, compra e venda de drogas, mundo da ilegalidade e informalidade etc. se mobilizou um discurso que justificava a sua erradicação. Como complemento, este tipo de imagem construída estava relacionada a um tipo de intervenção que não visualizava nem reconhecia que em meio dessa penumbra e precariedade, existiam cenários de territorialidades, vida de bairro, sobrevivência, solidariedade e tecidos sociais construídos no meio das carências.

Dando continuidade às explicações metodológicas aqui apresentadas, passamos à questão da comparação entre as cidades. Entendemos que comparar é colocar em relação com outro, um fenômeno próprio, o qual adquire seu grau de peculiaridade precisamente porque colocamos ao redor dele outros casos que consideramos por semelhanças ou diferenças.

Comparar, segundo Sartori (1981; p. 203), significa controlar as possíveis generalizações que surgem, suas previsões ou leis em comum nos casos analisados. Assim, as semelhanças e diferenças se afirmam em relação a uma tendência que pode resultar generalizante e comum nos dois contextos estudados, ou que podem marcar formas próprias de se inserir numa dimensão mais ampla. Diríamos então que quando dois casos (localizados em diferentes países) compartilham pontos em comum nas suas características, se estabelece uma tendência que se projeta mais além dos seus respectivos cenários locais. Não obstante, essa tendência geral pode se afirmar de modos diferentes nos cenários selecionados, por meio de projetos de desenvolvimento urbano, nos quais as diferenças identificadas não supõem que sejam casos alheios e distantes, mas podem ser entendidas como formas específicas de pertencer a um projeto geral, abrangente e hegemônico, quer dizer, a formas peculiares pelas quais a intervenção na cidade afirma sua participação em um contexto global.

No que se refere às semelhanças, o método comparativo faz parte do que M. Bloch, citado por Schneider e Schmitt (1998, p. 33) denomina um “momento analógico” que está relacionado com a identificação de similitudes. A aplicação do método comparativo implica: 1) em seleção de duas ou mais series de fenômenos que sejam efetivamente comparáveis, esclarecendo o número de casos e o número de variáveis para comparar. 2) em definição dos elementos a serem comparados a partir das variáveis que nascem da análise dos próprios casos selecionados. 3) em generalização, que é explicitada com as interrogações que deram origem ao trabalho.

Para Sartori (1981; p. 228) os conceitos desenvolvidos nas análises comparativas têm diferentes graus ou escalas de generalização e de particularidades expressas em suas respectivas denotações e conotações. A conotação é o conjunto de propriedades, atributos e características próprias do conceito que se identificam como abrangentes ou universais, evidentes e aplicáveis num conjunto de eventos (denotações), extrapolando seu cenário de acontecimento, porque suas conotações (propriedades próprias do conceito) foram reduzidas; isso é o que possibilita um grau maior de generalização. Por tanto, fechar o número de qualidades que possa ter um conceito num contexto específico, possibilita sua generalização e universalização, pois desta forma é mais semelhante a outros, e assim, os fenômenos acontecem em diferentes lugares. Por tanto, para aumentar nossas pretensões de generalização, segundo Sartori (1981, p. 228) “tomamos um conceito mais abstrato e mais genérico reduzindo suas propriedades e seus atributos”.

Para os objetivos desta pesquisa, identificamos tendências comuns e projeções semelhantes - apesar das diferenciações nos seus respectivos contextos históricos e culturais - tornando possível traçar projeções comuns nas lógicas de expulsão da população que era moradora, e nas distancias entre políticas (discursos) e práticas institucionais. Para Penebianco (1981, p. 99), como para Lacatos e Martoni (1991, p. 83), a comparação tem como alvo as explicações causais, as quais consistem na identificação do mecanismo por trás do fenômeno específico, para alcançar modestas generalizações sobre as diversidades históricas. Comparar é então, a identificação das combinações de causas e efeitos que dão lugar a percursos históricos diferenciados.

Portanto, consideramos que os dois casos deviam possuir um marco conceitual e categorias analíticas comuns para estabelecer as características que poderiam ser constantes, estáveis e objetivas. O exercício classificatório surgiu então como um momento constitutivo da formação dos conceitos, mas também, ao mesmo tempo, uma instancia da investigação na qual deve se explicitar os critérios e processos taxonômicos de dados, classificações e seleção de conceitos. A afirmativa de que certas coisas ou características são comparáveis implica que pertencem ao mesmo gênero, espécie ou subespécie; em suma, que estão na mesma classe. A comparabilidade leva, portanto, à homogeneidade, e a não comparabilidade está associada à heterogeneidade. (SARTORI, 1981, p. 209).

Seguindo esses critérios, entendemos que as formas de intervenções urbanas nos bairros Pelourinho e “El Calvário”, encontram um marco conceitual unitário no plano teórico que supõe que os dois processos de intervenção pertencem a um mesmo gênero, o que quer dizer que, como centros, um dos aspectos que mobilizou (e ainda mobiliza) foi a recuperação e refuncionalização desse lugar estratégico da cidade. Trata-se dos “universais empíricos”, porque possuem verificabilidade, e nível de aceitação acadêmica que podem ser levados aos dois contextos selecionados, tendo a capacidade de se estender a outros lugares e contextos. Seguindo as advertências, os aspectos que foram o foco de atenções e das comparações foram:

1. Qual é o tipo de centro que se pretendeu consolidar nos dois casos?
2. Apesar das notáveis diferenças históricas e culturais dos dois cenários, em que medida os programas de intervenção continham parâmetros que ligavam as respectivas cidades às lógicas de concorrência interurbana? Afirmam-se e vinculam com um contexto global?

Supondo que as intervenções compartilham momentos comuns, cada cidade se afirmaria na concorrência global por meio das suas particularidades e diferenciações

aproveitando seu capital social, simbólico, histórico, potencial turístico, imagem internacional e sua identidade. Nesse sentido vale a pena lembrar a Ianni (1997), quando nos fala da necessidade e insistência nos estudos sociais contemporâneos de ter em conta as análises comparativas no contexto global:

“No âmbito da sociedade global, as ciências sociais são massivamente engajadas em projetos de estudos comparativos. Comparam-se sociedades, problemas e setores sociais nacionais. Comparam-se aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais, de modo a descobrir-se continuidades e descontinuidades, formas de subdesenvolvimento e estilos de desenvolvimento, condições de industrialização e processos de urbanização, tendências de secularização e modos de modernização” (IANNI, 1997, p. 94)

O marco conceitual e categorias analíticas comuns, ainda que tenham diferentes significações em variados casos (lugares), como o que se entende por transformação sócio-espacial, gentrificação, intervenção e valorização, pode também apresentar variadas lógicas dependendo dos lugares. Isto é o que Sartori (1981, p. 224) chama a atenção no momento de comparar, já que “alguns conceitos podem ser os mesmos em diferentes contextos, mas não necessariamente indicarem o mesmo fenômeno”. Ainda, segundo a perspectiva de Schneider e Schmitt (1998, p. 32) a análise comparativa tem três variantes: 1) Covariação que existe entre os casos, buscando gerar e controlar uma hipótese 2) Análise dum conjunto de casos, de maneira que muitos deles possam ser estudados mediante conceitos e categorias ou por um modelo concreto 3) Contraste de contextos, ou comparação de dois ou mais casos, buscando por em evidência suas diferenças recíprocas.

No plano que buscamos, tanto Salvador, como Cali, têm pontos de diferenciação nos seus respectivos contextos que poderiam fazer pensar num abismo enorme em termos de contexto sócio cultural que impediria sua comparação. O primeiro é considerado um Centro Histórico (patrimônio, em um Centro Antigo), enquanto o centro renovado de Cali é um Centro Antigo (que não é patrimônio, é um centro comercial).

Defendemos que esta diferenciação inicial não impede conceber que as intenções de intervenção nos dois casos visaram, no âmbito local, um nível de recuperação e rearticulação com as lógicas da cidade, seja em termos turísticos, de consumo, administrativo, comercial, mobilidade e de imagem. Por outro lado, sua projeção global fez melhorar sua imagem e funcionalidade local, permitindo sua articulação com dinâmicas que extrapolam os cenários locais. Vale a pena acrescentar que a comparação aparece após a análise das tendências próprias de cada caso, identificando em uma primeira instancia os aspectos particulares,

encontrando assim que os dois casos têm como ponto em comum as lógicas de expulsão da população para dar início aos respectivos projetos de intervenção. Portanto, da perspectiva do modelo de intervenção existia uma racionalidade que considerava não ser possível sua execução sem a expulsão e a higienização social do lugar.

Referências Teóricas.

As referências teóricas que embasam o presente trabalho são apresentadas com o objetivo de buscar maior articulação com o conjunto da análise. Dando sequência aos argumentos da Introdução, busca-se agora identificar e caracterizar o que se entende por Renovação Urbana, outorgando especial atenção às lógicas que mobilizam o que se chama de modernização do espaço, e indagando em que medida os programas de intervenção contêm parâmetros que ligam as respectivas cidades às lógicas de concorrência interurbana. Para entender estas mudanças sócio-espaciais de finais do século vai-se retomar conceitos de autores reconhecidos.

Para Harvey (2007, p. 177) desde finais do século XX estamos assistindo a uma nova experiência em relação ao espaço e ao tempo, a qual se reforçou segundo a facilidade do capital de adquirir mais mobilidade, gerar investimentos e re-localizar-se. Estas mudanças acontecidas desde a década dos anos 70, vieram de um processo de transição entre o modelo de produção Fordista e o modelo Pós-fordista, ou de acumulação flexível. O primeiro se caracterizou de modo geral por ter uma divisão detalhada do trabalho, o poder e intervenção do Estado na produção, centralização da produção, produção em massa, racionalidade técnico científica, reprodução mecânica no trabalho, com influências na formação de metrópoles, enquanto a produção flexível ou modelo pós-fordista se caracterizaria pela descentralização da produção, a emergência de múltiplos empreendimentos privados, o capital fictício, o poder de mobilidade do capital financeiro, a produção em pequenos lotes, a formação de uma grande massa de trabalhadores flexíveis submetidos a novos disciplinamentos do trabalho, o surgimento de contratos temporários, a desindustrialização, a emergência do trabalho informal e o desenvolvimento de revitalizações em espaços específicos das cidades.

No âmbito da reflexão aqui empreendida consideramos que se encontram as complexas relações entre as dimensões local e global. Segundo Castells e Borja (2000, p. 18), os Estados-Nação não podiam resolver, por si só, os problemas essenciais da economia e das relações políticas internacionais, convertendo-as em mecanismos intermediários de uma

maquinaria mais complexa e de âmbito superior, distanciando-os, portanto, da sua função de representação direta dos cidadãos de seus territórios. Os autores assinalam o poder global como um poder constituinte da sociedade contemporânea, tendo a capacidade de estimular os contextos locais, articulando-os em novas dinâmicas. Dai que se tem que redefinir os instrumentos da gestão urbana, seja no âmbito dos seus processos tecnológicos, econômicos, ou culturais e institucionais que estão na base da transformação das cidades de hoje em dia.

O que caracteriza a economia global é seu caráter includente e excludente. Includente, do que cria valor e do que se valoriza, em qualquer país do mundo. Excludente, do que se desvaloriza, ou se menos-valoriza. Por sua vez, um sistema dinâmico, expansivo, e um sistema segregador e excludente de setores sociais, territórios e de países (CASTELLS, BORJA, 2000, p. 30)

Instrumentos de gestão urbana.

Os arquitetos e planejadores enfatizam um forte aspecto das estratégias de consumo do capital simbólico dos espaços, quer dizer “o acúmulo de bens de consumo suntuosos que atestam o gosto e a distinção de quem os possui” (Harvey, 2007, p. 80). Por isso, muitas das renovações são sustentadas em discursos e preocupações baseadas no embelezamento, ornamentação, estética e status que possam adquirir um espaço específico. Esse é um capital que o planejamento urbano procura desenvolver, reproduzir e colocar em circulação para ser consumido. A simbologia da cidade, através do conforto, comodidade, segurança e boa apresentação dos lugares vira então parte do seu status social e espacial.

Diferentes autores entendem que na globalização a política é feita pelo capital privado em associação com o Estado, os quais têm a capacidade de construir regras e marcos normativos rígidos. O “público” constrói um cenário jurídico favorável aos investimentos, outorgando-lhes legalidade e até legitimidade, com base em um discurso de renovação e austeridade. Nesse sentido, o Estado e as políticas públicas agem em articulação com empresas privadas de corte multinacional ou nacional para obter um bom posicionamento nos diferentes mercados, sejam de tipo mundial, continental, nacional, regional ou local. Em muitas ocasiões o papel do público fica diluído e confunde seus interesses com os dos agentes privados. A política na globalização é direcionada conforme os interesses das empresas privadas, nacionais ou de caráter multinacional, pois estas têm a capacidade de impor as “regras de jogo” aos Estados e governos locais, fazendo que estes últimos adotem, gestem, executem e apoiem pacotes de políticas econômicas de corte neoliberal (M. Carneiro, 2001, p.

7). Assim, uma expressão destas lógicas constitui as parcerias públicas e privadas nos projetos de intervenção analisados neste estudo. O vocabulário “parceria” implica que o Estado gera as condições favoráveis de investimento do capital privado nos espaços que vão ser objeto da intervenção.

As variáveis que se apresentam nas formas de relação entre o Estado e as empresas privadas, e esses tipos de relações podem ser: de tipo complementar, gestão, administração, execução, tensão ou oposição com respeito aos objetivos que procuram. Segundo Ianni (1997, p. 17-28), o Estado é uma instituição que está obrigada a responder pelas injunções das organizações empresariais (sejam transnacionais ou nacionais) o que impede que as classes assalariadas encontrem condições jurídicas e políticas de realização e afirmação favoráveis, já que o que resulta importante desde esta perspectiva é o interesse das empresas e de seus investimentos. As empresas imobiliárias, as encarregadas de transformar os centros em lugares de Shoppings a “céu aberto” e os comerciantes da cultura desfrutariam desse apoio estatal e governamental, o qual seria imprescindível nos projetos de intervenção urbana como nestes casos o IPAC, IPHAN, Prefeitura Salvador, ou EMRU de Cali.

Sassen (2010, p. 31) afirma que na globalização se afiança o envolvimento dos Estados-Nação, e não seu retraimento, uma vez que o Estado participaria das lógicas da iniciativa privada e cuja expressão estaria ligada aos planos governamentais, às políticas externas e internas de desenvolvimento, ordenamento do território, e planejamento urbano.

Os Estados, pela via dos planos de governo, produzem o que Harvey (2004, p. 81) denominou como “ajustes espaciais”. Os quais consistem na reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para as crises de produção de riqueza e de desenvolvimento. Assim, o capital constrói e reconstrói uma geografia a sua própria imagem e semelhança, constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de novas organizações territoriais que facilitam a acumulação do capital numa fase de sua história. Estes ajustes espaciais bem poderiam denominar-se no interior das cidades como programas de intervenção urbana, revitalizações, renovações, recuperação ou higienização social do espaço. Poder-se-ia associar os “ajustes espaciais”, nos dois aqui casos analisados, a transformações espaciais que tiveram nos âmbitos da cultura, o patrimônio e a refuncionalização do centro os “móveis” que guiaram a construção da nova paisagem construída.

A partir desses alvos, os centros das cidades tornam-se palcos de conflitos, e neles convivem tensamente a formalidade e a informalidade, os novos usos e os antigos, sua vocação comercial-administrativa ou turística contra o residencial. As intervenções têm como alvo a regulação, disciplinamento e normalização dos usos e funções. Este tipo de características da era da globalização afiança o que outros autores citados por Carvalho, Pasternak, Bógus (2010, p. 318) denominam como: decréscimo e esvaziamento de antigas áreas centrais, a difusão de novos padrões habitacionais e investimentos imobiliários destinados às camadas de alta e média renda, uma expansão das metrópoles para as bordas, para o periurbano e uma afirmação crescente da lógica e dos interesses do capital imobiliário na produção e reprodução metropolitanas. Este último associado ao empreendedorismo urbano.

Em relação às cidades latino-americanas, uma das marcas da globalização é a exclusão social. Segundo Ermínia Maricato (2007, p. 54), na globalização, alguns bairros, cidades e regiões são excluídos ou inseridos de forma desfavorável na nova ordem mundial. A exclusão faz parte da setorização nas distribuições de recursos das políticas públicas de investimento social, nas quais não são prioridade os bairros pobres, seus esgotos, problemas de mobilidade, transporte, seguridade e todos os múltiplos déficits infraestruturais e precariedades sociais. Portanto, os dois projetos de intervenção aqui analisados não são projetos de investimento social nem habitacional, eles se afirmaram sobre tipos próprios de intervenção que mudaram a vocação do uso do solo, sendo os aspectos comercial, turístico, patrimonial e administrativo os priorizados.

A globalização e seus efeitos de exclusão social seriam estimulados por elites tradicionais configurando um patrimonialismo nas formas de fazer política. Este patrimonialismo, segundo Maricato (2007, p. 58) se caracterizaria por: a) uma relação de favor e de troca que é central no exercício do poder; b) a esfera das instituições públicas é tratada como algo privado e pessoal; c) existe correspondência entre detenção do patrimônio e poder político e econômico. Isto permite pensar em um tipo de capitalismo *sui generis* para o caso Latino-americano, já que nele convergiriam diferentes temporalidades, uma modernização com atraso e inconclusa e um tipo de elite de empresários encarregados de impulsionar as mudanças urbanas. As elites patrimoniais dificultariam a organização, ocupação e utilização sustentável e justa do território, já que elas retêm as terras produtivas, e rejeitariam qualquer organização sócio espacial que não tenha como roteiro a produção de riqueza pessoal.

Outro padrão encontrado na construção das cidades Latino-americanas é o seu processo crescente de megalopolização (especialmente as cidades que são capitais de Estados ou Regiões). Freitag (2006) identifica o processo de megalopolização como uma tendência que começou desde meados do século XX e se aprofundou com as dinâmicas da globalização econômica do livre mercado de finais do século XX, e se caracterizou pelo crescimento descontrolado, além dos seus limites naturais e administrativos, gerando uma cidade desregrada, com problemas de normatividade, riscos ambientais (como a poluição, carência de água, contaminação das suas fontes de água), desequilíbrios ecológicos e a desorganização social. É uma cidade que possui muitos déficits para com sua população, especialmente com a população que foi chegando em amplos processos migratórios nacionais do campo para a cidade. Para o caso da Latinoamérica, a autora em menção coloca a Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires e Rio de Janeiro, sendo elas as quatro cidades que padeceram do processo de megalopolização.

O que evidencia o processo de Megalopolização é uma tendência ao crescimento e urbanização desequilibrados que estão acima da média mundial, diz Freitag (2006, p. 157) que: “Em 2006 a taxa de urbanização da Argentina é de 90%, no Brasil de 83%, e no México de 76%... esse desequilíbrio aconteceu nos últimos 30 ou 40 anos”.

As cidades que já são Megalópoles correspondem a: Cidade do México (18,9 milhões de habitantes), São Paulo (17,8 milhões), Buenos Aires (13,1 milhões) e Rio de Janeiro (11,2 milhões). Estas cidades têm em comum que excedem dos 10 milhões de habitantes, mistura a cidade legal com a ilegal, possui déficit de todas as estirpes e possuem problemas de governança. Dentro das cidades que estariam em processo de megalopolização estariam Bogotá (7,2 milhões), Santiago (5,2 milhões), Salvador (2,6 milhões) e Caracas (2 milhões), estas cidades fazem parte do novo padrão urbano das cidades da América Latina, com fortes repercussões nos seus respectivos centros.

Para compreender estas mudanças e tendências contemporâneas de crescimento descontrolado, informalidade e conflitos sócio-ambientais nas cidades Latino-americanas, é necessário fixar atenções em uma das políticas que influenciou o roteiro e destino de organização social do espaço nas cidades Latino-americanas, a qual foi o Consenso de Washington.

As propostas dos planos estratégicos combinam-se ao ideário neoliberal que orientou o ajuste das políticas econômicas nacionais por meio do consenso de Washington. Uma receita para os países e outra receita para as cidades se adequarem aos novos tempos de reestruturação produtivos no mundo, ou mais exatamente, novos tempos de ajusta da relação de subordinação às

novas exigências do processo de acumulação capitalista sob o império americano (MARICATO, 2007, p. 65).

Para as autoras Carvalho, Pasternak, Bógus (2010) nos anos 1990 o Brasil, igual a outros Estados Latino-americanos, adere ao Consenso de Washington, afirmando a sua integração à globalização e trazendo importantes modificações sócio-espaciais, devido à realização de uma rápida abertura econômica. Dentro dos processos a mencionar estariam: reestruturação produtiva, amplo programa de privatizações, redução do papel regulador e social do Estado, preponderância do capital imobiliário nas transformações urbanas e ênfase nos mecanismos de mercado. Este tipo de medida afetou a organização sócio-espacial a partir dos anos 90, principalmente, pelo desemprego, a precarização do trabalho e a acentuação das desigualdades sociais e espaciais.

A influência do Consenso de Washington na estrutura sócio-econômica da população se deu também na maneira como as cidades precisavam instrumentalizar-se para tornar-se uma máquina de produzir renda. Seriam cidades que estariam regidas e mobilizadas nas suas transformações urbanas por um “futuro melhor”, “próspero” e cheio de ganâncias econômicas. A cidade vira então uma “cidade mercadoria”, pelas coisas que pode vender, ou uma “cidade empresa”, pelas gestões desenvolvidas e serviços oferecidos. Esta é regida por Planos Estratégicos, com o fim de entrar em competitividade com outras, subordinando os interesses das maiorias aos interesses hegemônicos e padrões urbanísticos de “fazer a cidade”. A cidade é vista como empresa e enxerga o mercado como saída para todas as crises, define o prefeito como gerente, delimita seu âmbito de ação nos serviços e a eficiência marca o pulso da sua gestão. Portanto, não é em vão que tanto o projeto de intervenção “Cidade Paraíso” de Cali, assim como o “Programa de Recuperação do Centro Histórico” de Salvador se medem pela sua eficiência em termos de serem projetos urbanos que têm na sustentabilidade e nos investimentos um dos seus parâmetros de execução.

Segundo Bainer (2007, p. 76) o planejamento estratégico é “inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School”, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”. O Consenso de Washington junto com esta concepção de cidade como empresa (regida pelo planejamento estratégico) fez com que as cidades assumissem esquemas de funcionamento, governabilidade e gestão semelhantes às empresas privadas, o qual gerou um ambiente de concorrência interurbana, incerto e instável.

Difícilmente se poderia exagerar quanto à relevância de uma discussão séria e rigorosa deste modelo de planejamento urbano. De um lado, é praticamente total o comprometimento de agências de cooperação e instituições multilaterais em sua difusão e de seus conceitos básicos, de que são exemplos recentes: a) a publicação de alentado volume sobre a experiência de Barcelona, pela Oficina Regional para América Latina e Caribe do Programa de Gestão Urbana, constituído e financiado pela Agência Habitat das Nações Unidas, PNUD e Banco Mundial (Borja, 1995); b) a encomenda, feita pela Agência Habitat das Nações Unidas, para que Jordi Borja e Manuel Castells produzissem um documento de análise e propostas especialmente para a Conferência Habitat II (Istambul), em que retomam vários de seus trabalhos anteriores e em que apresentam, para além de análises e propostas, verdadeiras receitas para a aplicação do modelo (Borja & Castells, 1997) (BAINER, 2007, p. 77)

Trata-se de projetos de cidades consideradas como empresas, o que vem apoiado e gestado pelo exemplo de Barcelona e instituições mundiais como BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), na Harvard Business School, agência Habitat das Nações Unidas, Banco Mundial, arquitetos e urbanistas de alcance mundiais ligados a estas instituições: “se procura evidenciar que este projeto de cidade implica na direta e imediata apropriação da cidade por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania” (Bainer, 2007, p. 78).

Segundo Bainer (ibidem, p. 83) “A cidade seria uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários “solventes”. Os usuários de luxo seriam aqueles dedicados ao turismo internacional para os quais foram construídos complexos hoteleiros, restaurantes que oferecem a gastronomia típica, apresentações culturais, shoppings e a infraestrutura material e de serviços destinada para tal fim. As cidades são chamadas a manter o seu poder de atração, de “produtividade, competitividade, e subordinação à lógica do mercado, eis os elementos que presidem o que se denomina como empresariamento da gestão urbana”.

Os neo-planejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios. Assim, ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. É o próprio sentido do Plano, e não mais apenas seus princípios abstratos, que vem do mundo da empresa privada.” (BAINER, 2007, p. 86)

1.1. Integração e articulação dos espaços urbanos latino-americanos com contextos mundiais.

Um conjunto de autores afirma que hoje em dia a globalização representa um novo paradigma indispensável para entender as condições mundiais contemporâneas. As transformações das cidades são desenhadas conforme as funções e atividades nos tempos globais, isto é, uma produção racional do espaço planejada pelos atores hegemônicos econômicos e políticos do mundo (Varela, Vasquez (1996). Neste sentido, os espaços urbanos atualmente têm uma função mais evidente de serem espaços de organização e gestão do capital, e um núcleo de onde os países planejam suas estratégias de competitividade mundial. Para Gaspar (2005, p. 34) esta consolidação global dos espaços urbanos latino-americanos deixou como um dos maiores problemas a pobreza urbana, um fenômeno encarado como o cerne das realidades sociais e espaciais manifestados na fragmentação, na exclusão social, polarização, desigualdades sócio espaciais, favelização e contaminação.

As cidades metropolitanas são também o resultado da flexibilização econômica denominada por Gaspar (2005, p. 38) “empresariamento urbano”, onde os processos produtivos e de troca tornaram-se ligeiros, outorgando prioridade aos fluxos do mercado e às iniciativas privadas. Pelo autor, as cidades no contexto do capitalismo global, operariam de quatro maneiras: como centros de comando e controle da economia mundial, como lugares-chaves de inversão financeira, locais de produção e, também, como lugares para os movimentos do mercado e consumo massivo. Relacionando estas características aos casos estudados, encontraríamos que estas lógicas estariam presentes em algumas das diretrizes dos projetos de intervenção urbana, dentre elas a cidade (e seus centros histórico e antigo) como lugar chave de investimento financeiro e lugares de consumo.

As cidades se tornam mais abertas geograficamente aos fluxos econômicos, mudando suas fronteiras, expandindo cada vez mais seus limites espaciais e tornando-se pontos de influência e recepção de capitais de outras nacionalidades, como lugares de chegada de migrantes, associações e consórcios empresariais e intercâmbios e misturas culturais. Uma das formas de integração das cidades latinas ao mercado mundial da globalização foi por meio das intervenções e transformações urbanas, as quais foram o campo receptor dos fluxos de IED (Inversão Estrangeira Direta), como por exemplo, a construção de shoppings, revitalizações, complexas avenidas e a inversão em infra-estrutura urbana em geral.

Tanto Sassen (1994), como Castells (2000) coincidem em afirmar que no final do século XX há uma estratégia de ampliação e luta por fatias do mercado urbano, processo que foi gestado e desenvolvido pela IED (Inversão Estrangeira Direta). As iniciativas e parâmetros ao redor das revitalizações na cidade vinham dos Estados Unidos, através de parcerias entre o setor público e o privado, e os exemplos mais emblemáticos foram as requalificações urbanas de Inner Harbor de Baltimore, Boston Waterfront e do Quincy Market. Segundo Arantes (2007, p. 22) depois da guerra e mais intensamente na década dos anos 70 é que começam a se desenvolver as concepções da cidade como “maquina de produzir riqueza” onde a cultura e o capital financeiro agem da mão. Outra perspectiva destas mudanças acontecidas nas concepções de cidade de finais do século XX foi a proposta por Molotch ao redor da “cidade negocio” a qual, segundo o análise de Arantes (2007, p. 26) evidencia uma contradição entre o lugar de uso, o que o lugar representa para os seus habitantes, e o valor de troca, o qual consiste em extrair dos lugares um benefício econômico qualquer, especialmente na forma de renda exclusiva, independente das consequências sociais.

Para Pradilla (2013, p. 3) as cidades Latino-americanas devem ser compreendidas em relação ao desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Segundo ele, as cidades latino-americanas têm sido capitalistas e no geral, se explicam a partir das teorias e leis gerais que explicam as formas sociais, a estrutura, os processos e as contradições do modo de produção capitalista.

A natureza capitalista e a vigência, tão diferenciada, do padrão neoliberal de acumulação imposto à maioria das nações do mundo pelos organismo multilaterais (FMI, OMC, Banco Mundial) assignam generalidades e rasgos comuns a nossas cidades e as do mundo desenvolvido, que são explicadas pelas teorias gerais; mas estes rasgos gerais também se combinam com os herdados do passado, da própria história particular das formações sociais concretas, e os que surgem de suas desigualdades de desenvolvimento, que só podem ser explicadas pelo análise concreto das realidades concretas e diferenciadas (PRADILLA, 2013, p. 5).

Existiria um padrão comum na organização social do espaço na América Latina no contexto do neoliberalismo, regido pela lógica de acumulação capitalista e imposto pelos organismos transnacionais, mas esse tipo de tendência comum adquire características próprias em todos os países dependendo do seu passado, nível e intensidade de integração, e regimes políticos. Os padrões comuns de que fala Pradilla (2013) seriam, tanto as formas, como as lógicas que perseguem os programas de intervenção como, por exemplo, a modernização e refuncionalização do centro (como o caso de Cali) ou a aliança entre economia, patrimônio e

cultura (caso de Salvador), as duas visualizando se posicionar favoravelmente no mercado global.

Para Davis (2006, p. 177) a década dos anos 80 foi a década durante a qual o setor informal cresceu duas ou cinco vezes mais depressa que os empregos no setor formal. Na América Latina a economia informal emprega o 57% da força de trabalho e foi um setor que cresceu em medidas desproporcionais, fenômeno que é possível evidenciar na transformação, ocupação e utilização dos centros das cidades, que são os lugares de preferência do comércio informal, em termos de localização pela ampla mobilidade e fluxos que representa, o qual gera conflitos com a economia formal, esta última impulsionando formas reguladas, disciplinadas e normativas de uso do solo urbano, as quais se projetam e materializam no espaço central via projetos de intervenção. Nos casos aqui analisados, Cidade Paraíso (em Cáli) teria esta tendência de regulação social e econômica do espaço central.

Outra tendência da modernização e organização social do espaço urbano na América Latina seria a periferização da moradia de interesse social, como produto do esvaziamento da população das áreas centrais. As migrações e deslocamentos da população que habitava o centro da cidade para as áreas periféricas, fazem parte de um processo comum de desenvolvimento urbano. No caso de Pelourinho este tipo de lógica foi muito marcante após o programa de intervenção, onde a antiga população moradora foi morar na periferia da cidade, ver, por exemplo, a tabela sobre “destino dos moradores e comerciantes do Pelourinho”.

Como já foi apresentado, após o deslocamento da população, os prédios, casas e o lugar em geral evidencia uma revalorização do solo urbano como resultado do início dos projetos de intervenção e a tomada de posse do lugar por parte de agentes públicos e privados. As antigas casas, casarões,inquilinos, repúblicas, “ollas” etc. que eram consideradas lugares com pouca utilidade, agora são o produto de altas valorizações e subida geral dos preços da propriedade. A modificação repentina ou planejada dos preços do solo urbano indica que as cidades entraram em uma lógica de “coisificação” dos seus espaços, ou que bem poderia se chamar de “mercantilização da cidade”.

O capital imobiliário-financeiro expande, quase sem limites, às cidades ao adquirir terrenos baratos e construir vivendas para distintos setores sociais, incluindo agora o segmento de vivendas de interesse social em mega-conjuntos de micro vivendas nas periferias longas; ao mesmo tempo, reconstruí as áreas centrais das cidades com seus produtos emblemáticos: centros comerciais, torres de usos mistos e conjuntos fechados e segregados, etc. apoderando-se dos incrementos de rendas do solo gerados coletivamente pelo crescimento metropolitano mesmo (PRADILLA, 2013, p. 16).

Não é de estranhar que junto aos focos de interesse das renovações urbanas levadas a cabo pelos agentes imobiliários, prefeituras, empresários, comerciantes e instituições culturais, se produzam também a segregação sócio espacial, as quais são a expressão do afastamento das políticas sociais, participação cidadã, deliberações, debates e um diálogo amplo frente ao destino das cidades. A segregação sócio-espacial aparece como a expressão da subordinação das políticas urbanas ao capital, uma vez que assim tem se construído os imperativos nas políticas urbanas, os quais, via de regra, respondem à necessidade de construir uma infra-estrutura de competitividade, de integração ao livre mercado, procurando a melhor rentabilidade do solo, e fazer eficiente e moderna a mobilidade na cidade e tendo esquemas de governança eficientes que respondam a essas lógicas. No entanto, o tema do social ficou aguardando na agenda, nos temas secundários dos programas de planejamento urbano.

Para Carvalho (2013) o tipo de governança das cidades latino-americanas no contexto Neoliberal vem sendo influenciado pela adoção do denominado “empreendedorismo urbano”, o qual deixa de lado o planejamento de tipo racionalista e funcionalista em favor de uma governança inspirada no planejamento empresarial que enxerga a cidade como um “sujeito/ator econômico” e que vê como eixo central da questão urbana, a competitividade orientada para atrair os capitais e projetos imobiliários que circulam no mundo globalizado.

Este tipo de governança se traduz na mercantilização e espetacularização da cidade, a qual cria e vende sua imagem por meio de diferentes estratégias de marketing global, oferecendo seus espaços, atrações, pontos turísticos, cultura, história e arquitetura para o consumo global dos espaços.

Nesse contexto, o capital imobiliário e a coalizão de interesses por ele comandada vêm adquirindo um novo poder e protagonismo no que tange ao desenvolvimento das cidades, acentuado, inclusive, pelo seu atual porte e perfil, pela sua maior capacidade de intervenção no espaço urbano e pelo grau de liberdade de que ele passou a desfrutar a partir das orientações e do discurso do “empreendedorismo urbano” (CARVALHO, 2013, p. 6).

Trata-se de uma nova estratégia de marketing que articula o encontro “glamoroso” entre Cultura e Capital. Segundo Arantes (2007, p. 17) as cidades contemporâneas entraram na onda de potencializar o negócio das imagens, ou o culturalismo de mercado, já que a cidade não “se vende” se não está acompanhada por uma política adequada de imagem e marketing. A pergunta que muitas das estratégias de planejamento urbano contemporâneo se responde é: o que tem a cidade para oferecer a nível mundial? É por esta razão que muitas

das cidades Latinoamericanas podem ter semelhanças nas suas paisagens, desde a década dos anos 90, pois as renovações estão encaminhadas sobre o mesmo roteiro para obter rentabilidade e o benefício do solo urbano via comércio, turismo, e refuncionalização do centro.

As novas estratégias que têm como alvo o “redesenvolvimento” urbano, a utilização da cultura como miolo da renovação estão imbrincadas também ao campo simbólico. Este aspecto é entendido por Arantes (2007, p. 33) como: por um lado um aspecto na “linguagem visual” da cidade é seu aspecto tátil, o que compete a “quem” e “que”, pode estar visível ou não, isto faz parte de uma estetização do poder e da força que tem os desenhos arquitetônicos na imagem da cidade. Outro, é a força que tem o lugar como cenário de negócios e empreendimentos dos quais emanam símbolos de crescimento econômico, empregos e negócios. Por último, os círculos e o mundo dos espaços dos que pertencem ao “Terceiro Setor”, ao setor administrativo e de serviços, aqui entrariam as construções bombásticas e de exibição da “nova classe” dos que pertencem aos serviços. Nos casos aqui analisados, as construções do terceiro setor estariam imbrincadas na refuncionalização e modernização do centro da cidade de Cali, no entanto, a estetização e a promoção da imagem estaria ligada à renovação do Centro Histórico de Salvador e seu aproveitamento como patrimônio da humanidade.

Estas lógicas de “cidade negócio” e “cidade empresa” tendem a fundamentar-se em uma civilidade dos espaços e das pessoas, onde as casas antigas não seriam utilizadas para morar e os prédios são entregues a outros usuários, um processo que supõe a diminuição do sentido residencial e o aumento do sentido comercial e de mobilidade. Em relação à forma como a cultura está imbricada na economia no mundo contemporâneo e nas cidades, Arantes (2007, p. 48) afirma que:

“O que estou tentando mostrar é que, hoje em dia, a cultura não é o outro, ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio, modernizar não significa inovar socialmente com equidade, mas antes entulhar as cidades com obras que as façam parecer modernas, primeiro passo indispensável para as tornar rentáveis, a beleza, boa apresentação, arrumação e estética dos espaços fazem parte indispensável para fazer deles espaços rentáveis”.

Assim, a rentabilidade supõe a conquista privada do espaço, a qual define quem são seus potenciais usuários, consumidores e habitantes. Com essas características, como

ressaltam Carvalho e Pereira (2012), no caso de Salvador, consolidou-se um processo que pode ser considerado como uma terceirização do planejamento e da gestão da cidade, com a transferência de atribuições de controle do uso e da ocupação do solo e da formulação de políticas, planos e projetos de desenvolvimento urbano da esfera pública para a esfera privada. Todos os seus grandes projetos têm em comum a falta de transparência, de discussão, de participação pública, com o repasse das atribuições tradicionais do Estado para uma coalizão de interesses econômicos. Contrariando ou deixando em plano absolutamente secundário os interesses e necessidades da grande maioria da população, esse processo transforma a cidade em um negócio, na acepção mais crua do termo, em que poucos ganham e quase todos perdem. (CARVALHO, 2013, p. 19).

A cidade como negócio aparece então no mesmo contexto da flexibilização laboral, o que gerou uma nova estrutura sócio-ocupacional e uma nova morfologia do trabalho, com novas formas de ocupar e produzir o espaço. Seguindo Antunes (2009) podemos enunciar as seguintes: 1) redução do proletário industrial e desregulamentação da ocupação, 2) Aumento do proletariado fabril e de serviços, 3) Aumento do trabalho feminino 4) incremento do setor de serviços e fragmentação das manufaturas em diferentes lugares, 5) Exclusão dos idosos do mundo do trabalho, 6) Inclusão precoce e precária de crianças ao mundo do trabalho, 8) Incremento de novos proletários de serviços. Cada uma destas modalidades de incorporação da população ao mercado de trabalho no cenário do neoliberalismo repercutiu em formas específicas de produção, ocupação e reprodução social do espaço, como, por exemplo, os cortiços, favelas, as ocupações ilegais e os denominados “Bronx” que se localizam nos centros antigos das cidades.

1.2. Globalização como modernização e ocidentalização da sociedade.

Para finalizar os argumentos encontrados na revisão teórica empreendida no presente trabalho, entende-se que na globalização se expande uma teoria sobre o tipo de desenvolvimento do mundo inteiro, a qual consiste, segundo Ianni (1994, p. 77), em que a sociedade segue seus caminhos de progresso econômico nos moldes do Ocidente, a despeito dos impasses, ambiguidades, dualidades ou retrocessos. Este tipo de desenvolvimento supõe industrializar, individualizar, urbanizar, mercantilizar, racionalizar, conservar, revitalizar e renovar. A ideia inerente a esta lógica implica em continuar com um roteiro ou caminho já delimitado ou transcorrido por outros países, sejam eles Europeus, ou os Estados Unidos.

Estes processos espalham-se por todo o mundo puxando e impregnando a outros países da Ásia, Oceania, África, América Latina e o Caribe há um modelo de desenvolvimento capitalista.

Segundo Ianni (1999, p. 77) “A concepção de mundo moderno, prevalece nas sociedades avançadas da Europa Ocidental e nas sociedades de fala inglesa, ganhou dianteira na formação de instituições internacionais e na transformação do mundo, em resultado da generalizada adoção dos seus valores e instituições”. O projeto de globalização expande e incorpora as sociedades a partir de um conjunto de princípios que as transforma, desconhecendo suas características e peculiaridades históricas. Ou às vezes, valendo-se das características culturais de uma sociedade para afiançar sua integração, como por exemplo, o caso da “Cultura Afro” em Salvador, a qual foi objeto de promoção cultural da intervenção do Pelourinho a partir de eventos culturais nos seus espaços, embora localmente seja uma cultura objeto de discriminação e segregação.

Este exemplo ilustra a tendência à universalização dos procedimentos, das formas de fazer as coisas, dos tipos de renovações e intervenções, e também, a universalização das técnicas, tecnologias e da ciência, que ficaram a serviço de um dos valores e motores da globalização: a produção de lucro. Este tipo de universalização impõe modos comuns de intervir os espaços, de desenhar políticas públicas que tem como alvo o “melhoramento” dos lugares para fazer espaços aptos para o consumo, esta é uma razão pela qual as cidades de hoje têm espaços e tipos de transformações espaciais semelhantes como: shoppings, centros históricos que preservam arquiteturas e garantem um nível de fluxos de pessoas, grandes avenidas, projetos de mobilidade urbana, mega projetos urbanos (centros antigos) etc.

De acordo com Santos (1997, p. 34) “Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”, cada lugar é distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexos único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. A mundialização (entendida como desenvolvimento do capitalismo no âmbito internacional) implica evolução, crescimento, progresso e sempre no âmbito da sociedade do mercado e da mão do desenvolvimento do capitalismo em diferentes escalas, tanto no local, nacional, regional, internacional e global.

No entanto, na globalização aconteceu outro processo paralelo ao propriamente hegemônico, o qual consistiu na possibilidade de emergência de heterogeneidades ao processo global, pela diferenciação geográfica que consiste no aproveitamento dos cenários locais. Esta é uma característica da globalização segundo a qual ela se afirma e dinamiza, tanto nos

cenários mundiais, como nos lugares e nas pessoas que pertencem a esses cenários. Esta ideia da diferenciação geográfica dos lugares na globalização está presente em Ianni (1997, p. 204) e em Harvey (2011, p. 165), este último afirmando que uma das chaves do êxito do capitalismo está na promoção das heterogeneidades e na produção de diferenciações geográficas, as quais são aproveitadas ao máximo no cenário da competitividade global.

1.3. Cidades, competição e globalização.

Para os objetivos do presente trabalho, entende-se que a produção e aproveitamento das heterogeneidades e diferenciações geográficas, tanto dos espaços naturais, como urbanos, implicam em um processo permanente e conflituoso entre destruições e construções. Os espaços fixos e estáveis mantidos no tempo podem ser objeto de destruições devidamente planejadas, que visualizam a construção de novos fluxos, movimentos, ocupações e lógicas de desenvolvimento econômico. Desse modo, assistimos na globalização a uma lógica permanente de criação e destruição de espaços fixos para garantir a emergência de novos fluxos.

Por meio da produção ativa de lugares fixos é que o capital, sob qualquer forma - dos fluxos imateriais de dinheiro, aos fluxos materiais concretos de pessoas, bens, serviços, - pode se mover livremente pelo espaço. Mas o capital investido na terra não pode ser movido sem ser destruído. A tensão entre a estase e o movimento tem um quê de especial, pois induz um movimento duplo. Por um lado se a paisagem geográfica já não atende às necessidades do capital móvel, então deve ser destruída e reconstruída com uma configuração completamente diferente (HARVEY, 2011, p. 156).

Como se analisou no presente trabalho, destroem-se bairros e espaços urbanos para dar lugar a novas formas, usos e funcionalidades, veja-se, por exemplo, o caso do bairro El Calvário, na cidade de Cali, sobre o qual hoje em dia se constrói um complexo administrativo e de mobilidade para modernizar a cidade por meio do projeto de renovação urbana “Cidade Paraíso”.

Os investimentos do capital quando têm por objetivo sua materialização em espaços urbanos, procuram um leque de justificativas, persuasões e satisfações aos futuros consumidores para potencializar o investimento. Esse leque de opções começa com comparações do que era antes e o que vai ser depois do investimento, oferecendo “localizações brilhantes”, “espaços onde se possa disfrutar da natureza e boa vista”, “segurança”, “conforto”, “mobilidade”. O que é considerado como velho, decadente e

precário torna-se justificativa para dar início às transformações urbanas, as quais mudam a imagem do espaço, como as situações vistas tanto nos bairros do Pelourinho (Salvador), como no bairro “El Calvario” (Cali).

Sugere-se que o capital precisa do que Harvey (2011, p 164) denomina de “destruições criativas”, o que inclui tanto a destruição física do espaço, como também a finalização de modos de organização do trabalho, reinventando instituições sociais, criando novos tipos de organização social e mudando o sentido das formas de estar no espaço, o que inclui suas relações de vizinhança, tecido social e solidariedade, garantindo assim que o considerado como antigo, inservível, caduco ou disfuncional, possa reativar o ciclo de reprodução do capital por meio da instalação do novo.

A reprodução do capitalismo implica a realização de novas geografias e essa que a criação de novas geografias por meio da destruição criativa do velho, é uma boa forma de lidar com o problema permanente da absorção do excedente de capital. (HARVEY, 2011, p. 174).

A vertiginosa mudança das cidades contemporâneas é a manifestação dessa constante inversão de excedente de capital na construção de espaços fixos, infraestrutura, condomínios, avenidas e múltiplas renovações.

O lado sombrio da absorção do excedente por meio da transformação urbana, implica, entretanto, em episódios repetidos de reestruturação urbana com “destruição criadora”. Isso destaca a importância das crises como momentos de reestruturação urbana. Tem uma dimensão de classe, pois são geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente este processo. A violência é, muitas vezes, necessária, para a nova geografia urbana surgir dos destroços da antiga” (HARVEY, 2011, p. 144)

A realização de novas geografias urbanas implica, inevitavelmente, no acontecimento de deslocamentos e despossessão. Os bairros de Pelourinho e “El Calvario” são dois exemplos de construção desta nova geografia da qual nos fala Harvey, a qual precisou do uso da força e do deslocamento dos moradores antigos, considerados como uma população que não tinha cabida para o tipo de intervenção realizada. As classes sociais têm um papel fundamental neste processo: por um lado, o poder das classes proprietárias e de capitalistas que direcionam e impulsionam os projetos urbanos para valorizar os espaços e obter rendas favoráveis, e junto com eles, os grupos administrativos do âmbito público, que agindo conjuntamente viabilizam os projetos dessas “novas geografias urbanas”. Por outro lado, as classes ou grupos sociais

que são despossuídos, deslocados, expulsos, excluídos, sem propriedade e com pouco ou nenhum poder de decisão nessas transformações espaciais. Assim, nos centros das cidades estes conflitos adquirem uma dimensão de classe.

A propriedade imobiliária nos centros históricos segue em mãos do setor formal, das instituições mais conservadoras da sociedade –governo, igreja, irmandades, santas casas e famílias tradicionais- mas os que efetivamente usam os espaços deteriorados são os grupos marginais –indígenas, negros, mendigos e emigrantes-. Surgem assim muitos conflitos, que embora sejam parte da luta de classe, assume no centro histórico uma complexidade muito grande, devido à diversidade étnica, identitárias e de interesses envolvidos no processo. (AZEVEDO, 2001, p. 280)

A produção e a transformação do espaço são vistos como o alicerce da globalização, porque nele se produz e reproduz o capitalismo mundial, ele é um cenário suscetível de ser construído e destruído permanentemente, o que tem por características:

A transformação dos territórios nacionais em espaços da economia internacional, especializações produtivas nos espaços, aceleração das formas de circulação, produtividade espacial em função da localização, fracionamento horizontal e vertical dos territórios, tensão entre localidade e totalidade no processo de globalização (SANTOS,1993; p. 71)

A globalização afirma-se então em diferentes escalas geográficas, os lugares, que são cenários localizados e ligados aos contextos mundiais, espaços que contem o grau de desenvolvimento específico da economia e a sociedade, são micro escalas carregados de processos históricos e onde as atividades humanas são desenvolvidas na cotidianidade em relação com os processos econômicos e políticos globais. Os lugares seriam então, a expressão do global no local, a forma como processos aparentemente distantes acontecem em escalas mais próximas à sociedade.

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção adversa às relações muito distanciadas que os modela. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim quem quer que estude as cidades de hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende ser influenciado por fatores –tais como dinheiro mundial e mercado de bens- operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão (IANNI 1997, p. 195).

1.4. A força do lugar, o lugar e o cotidiano.

Complementando os argumentos finais da revisão teórica empreendida no presente trabalho, entendemos que o lugar é o ponto de encontro entre pessoas, firmas e instituições, nele se desenvolvem cooperações e conflitos. Segundo Santos (2006, p. 218) “O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”.

Na globalização, o que acontece nos lugares, seja suas transformações, destruições, renovações ou mudanças sócio econômicas, estão influenciadas por eventos distantes que vinculam estas localidades a cenários mundiais, aprofundando as relações entre o local e global, Carneiro (2001). Estes circuitos globais estendem-se e espalham-se pelas cidades e as cadeias produtivas, ligando-se por meio de redes as empresas, instituições estatais e diversos agentes que compartilham o foco na produção de um determinado bem material ou de serviços. Seguindo o raciocínio de Sassen (2010), encontraríamos que os processos nacionais estariam articulados a uma proliferação de circuitos globais de capital, investimento e comércio.

O aspecto interno é aquilo que em um momento dado aparece como local e que pertence à escala do particular e dos lugares. A relação entre interno e externo apresenta tensões, pois não sempre as dinâmicas externas respeitam os ritmos e contexto das lógicas internas. Na era da globalização as dinâmicas externas puxam as internas que servem como modo de afirmação e legitimação. Estas últimas podem exercer oposição às lógicas externas de desenvolvimento, marcando pautas no momento de considerar as características próprias dos lugares. Um exemplo desta tensão entre o interno e externo, para o caso do Pelourinho, foi a forma do Termo de Ajuste da Conduta, assinado em 2005, uma carta de compromisso que pretendia colocar freio ao processo de deslocamento da população moradora durante a intervenção. Os agentes internos e locais, como os antigos moradores, a AMACH, junto com outras instituições como Universidade Estadual de Feira de Santana e a Cooperação para o Desenvolvimento da Moradia Humana (CDM) entraram em conflito com os interesses das instituições e agentes privados, que poderiam ser considerados como “externos” na medida em que passavam “pelo alto” do sentido residencial do bairro.

As forças externas normalmente trazem aspectos novos para as relações sociais e o espaço. Segundo Santos (1997, p. 98), o novo tem uma data de chegada que pode alterar as estruturas e formas de ser, estar e fazer as coisas nos lugares considerados velhos. A história arraigada no velho pode fazer o papel de obstáculo, resistência ou facilitar o processo de chegada do novo. As coisas novas não acontecem ao mesmo tempo, em todos os lugares, isso marca uma diferença de ritmos e possibilidades de desenvolvimento nas sociedades e países. “A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. Todo o lugar muda” (Santos, 1997, p. 99). Nesse sentido, todos os países apresentariam um conjunto de inovações que marcariam diferenças em termos de concorrência internacional, uns com maior inovação que outros.

Para Azevedo (2001, p. 281), a partir da década dos anos 60 “começam as pressões da indústria turística globalizada, apoiada pelos organismos internacionais, para a conversão das cidades históricas em objeto de desejo turístico”. A OEA, em 1967, ditou as bases para que o patrimônio cultural latino-americano adquirisse sua valorização em função do turismo. A partir da década dos anos 90, o “turismo globalizado” surgiu como opção econômica das cidades mundiais, as quais empreenderam projetos urbanos apoiados por organismos internacionais. O turismo tem crescido,

Numa medida de 4,3% ao ano entre 1989 e 1998. Hoje representa um terço da recepção global do setor de serviços, movimentando 625,2 milhões de pessoas e US\$ 444,7 mil milhões, em 1998, segundo a organização do trabalho/ OIT. Mas o turismo tem beneficiado pouco a América Latina. A Europa continua sendo o principal destino dos turistas (59,6%), seguida dos Estados Unidos (AZEVEDO, 2001, p. 282)

Com a terceirização, ou seja, o crescimento do setor terciário nas metrópoles, as propostas mais aceitas, hoje, para a preservação dos centros históricos, são as de valorização do patrimônio, entendido como a transformação dos centros históricos em territórios rentáveis para a acumulação de capital, mediante sua conversão em objetos de “turismo cultural” internacional, nacional ou local. Esta postura implica, segundo Pradilla, (2012, p. 31) os seguintes riscos: a) a modificação de imóveis para adaptá-los a interesses turísticos; b) transformação dos centros históricos em conjuntos mortos de museus, bibliotecas, centros culturais, monumentos, etc. c) o monumentalismo, que só se ocupa de proteger os grandes imóveis, os do poder político e econômico, e deixa de lado, não protege ou destrói, o popular, as tramas, quer dizer, a combinação complexa da cidade original; d) o fachadismo, que não

resolve fatores importantes de destruição; e) substituição da população residente por uma itinerante.

A valorização, preservação e intervenção nos centros possuem um forte sentido estético que organiza o espaço com a intencionalidade de atrair capitais e pessoas. Este período começou, segundo Harvey (2007, p. 92), desde os anos 70 e foi intensificado nos 90 do século passado, onde se aprofundou a competição interurbana e de empreendimentos urbanos intensificados. A estetização apareceu ligada ao aproveitamento da história, da cultura, do simbólico e do patrimônio como objeto de conservação, preservação e a sua vez como estratégia de desenvolvimento econômico, como seria o caso do centro histórico da cidade de Salvador.

Toda a argumentação permite concluir que o caso dos Centros Históricos e suas estratégias de preservação, conservação e patrimonialização, supõem a utilização da sua história e seu mundo simbólico como política de identidade e de desenvolvimento. Este projeto ergue-se sobre bairros residenciais e o que evidencia este tipo de intervenção urbana é uma permanente tensão entre os novos usos do solo, e os antigos, tensões que se projetam entre os usos comerciais e residenciais - já que estes dois tipos de intervenção aqui analisados resultaram ser relativamente incompatíveis.

A revitalização de alguns espaços tem como orientação, atender ao mercado e às necessidades de diversos tipos de consumidores. Nesse caminho a intervenção afasta as populações vulneráveis e seu direito à cidade. Sua tendência é a de deslocá-los, devido à falta de projetos de habitação social e da carência de políticas sociais. Desta forma, se produz o crescimento “desorganizado” da cidade, o aumento da informalidade, o pouco ou nulo planejamento institucional, aumentando o número de espaços informais, e construindo outra cidade que foi sendo feita com as próprias mãos, esforços e solidariedades dos cidadãos - esta é a cidade da periferia, favelas, bairros marginais.

CAPÍTULO 2. PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR-BRASIL E NO CENTRO ANTIGO DE CALI-COLÔMBIA.

PELOURINHO, SALVADOR. A Cultura, um objeto turístico.

- **Delimitação.**

O bairro do Pelourinho tem atualmente uma extensão de 138.420,00m² correspondendo a um total de 1.170 imóveis. Seus limites no sentido Norte/Sul vão desde a Ladeira do Baluarte até a rua Monte Alverne. No sentido leste/Oeste, vão da escarpa da montanha até a Baixa dos Sapateiros e Ladeira do Aquibadã (Miranda; Dos Santos (2009, p. 44). Segundo estas atuais delimitações, o bairro se encontra em uma ampla área considerada como Centro Antigo, no qual se situam várias ruas, praças, igrejas, museus, instituições culturais e monumentos que provêm das estruturas representativas da sociedade escravista e colonial, como: Praça da Sé, Terreiro de Jesus, Praça José de Alencar, Praça Barão do Triunfo, Igreja do Convento de Santa Tereza, Igreja da Misericórdia, Igreja de São Francisco, Catedral Basílica, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Museu do Convento do Carmo, Igreja Nossa Senhora da Barroquinha, Igreja Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão.

O núcleo histórico situava-se entre o Terreiro de Jesus, Largo do Pelourinho e ruas paralelas, que correspondia à área residencial da sede administrativa da Capital do Império Português no Brasil, abrangendo desde a fundação da cidade de Salvador em 1549, por Tomé de Souza, até 1763, quando a capital foi transferida para o Rio de Janeiro. No contexto da colonização portuguesa esta área era ocupada pela comunidade indígena dos Tupinambás e, posteriormente, ocupada pelos padres Jesuítas para fundar seu colégio na área hoje denominada como “Terreiro de Jesus”. Segundo referências encontradas:

No desenvolvimento do século XVIII o Pelourinho foi o espaço que evidenciou o desenvolvimento econômico como consequência da descoberta de ouro e pedras preciosas, além do comércio de açúcar produzido pelos engenhos do Recôncavo. Salvador foi a capital do império, o que fez dela o centro do comércio do Atlântico Sul e centro administrativo, daí que muitas das estruturas do Pelourinho evidenciem o rastro duma época e sua respectiva arquitetura composta por “suntuosos casarões, ricas igrejas, grandes conventos e edifícios públicos palacianos” (MIRANDA; DOS SANTOS; 2009; Pag. 12).

Entretanto, o nome de Pelourinho evoca uma “coluna de pedra ou madeira, em praça ou lugar público, junto da qual se expunham e castigavam os criminosos” (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, p. 42). Os contextos etimológicos da palavra Pelourinho evocam castigos públicos àqueles que eram ofensores da lei e da ordem, os quais eram punidos nestas colunas, como exemplo aos escravos. As ruas e estruturas originais foram construídas por escravos trazidos da África, e têm a peculiaridade de serem calçadas com pedras de dimensões desiguais.

- **Funções**

Os imóveis que compõem a arquitetura do Pelourinho datam dos séculos XVII, XVIII e XIX e sua fundação teve como base de organização espacial uma divisão entre “cidade baixa” e “cidade alta” que resultou de antiga estratégia de defesa militar do império português diante de possíveis invasões às suas Colônias. A especialização histórica das funções da cidade de Salvador foi dada por:

Uma Cidade Baixa, próxima ao porto, construída pelo homem na proporção do desenvolvimento do papel portuário e comercial da cidade, e onde se abriga o comércio grossista e “de papeis”; uma Cidade Alta, onde vive a quase totalidade da população e cujo centro dispõe de maior parte do comércio do retalho. (SANTOS, 2008, p. 31).

Em termos gerais, segundo Santos (2008, p. 94) a importância do centro para a cidade de Salvador dizia respeito a dois fatos: a concentração antiga e cada vez mais acentuada dos recursos financeiros, técnicos e sociais da região na capital do Estado, e a acumulação das funções urbanas nos distritos centrais da cidade. Portanto, estudar as funções urbanas de Salvador no passado seria quase a mesma coisa que estudar as funções do seu centro (Marques e Ribeiro, 2009, Pág. 24).

Pelo fato da cidade ter sido centro administrativo, religioso, porto e forte militar, isto incidiu na composição social do seu centro residencial, pois nêles moravam prósperos comerciantes, ocupantes de altos cargos da hierarquia eclesiástica, senhores de engenho, autoridades graduadas e detentores de postos administrativos e políticos da sociedade escravista e posteriormente colonial.

No século XIX a cidade vai se expandindo devido ao crescimento econômico e a concentração das atividades na cidade baixa e com a expansão da cidade a migração da população que habitava o que conhecemos hoje em dia como o centro histórico vai ocupando áreas como

Campo Grande, Canela, Politeama, Graça e Corredor da vitória. Este processo trouxe consigo uma transformação do modelo urbanístico, substituindo o modelo português pelo inglês no qual foi evidente a utilização do padrão urbano de casas jardins, (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, p. 13).

Já nas primeiras décadas do século XX o Pelourinho foi ocupado por atividades comerciais e sua infraestrutura foi melhorada. Este tipo de ocupação utilizou a parte baixa das casas, especialmente os andares térreos, para a instalação de atividades comerciais e artesanais. Outro tipo de ocupação do espaço corresponde às habitações pluri-domiciliares, com muitas pessoas e famílias em pequenos espaços dos casarões que careciam de rede de esgoto e condições sanitárias adequadas.

- **Degradação**

Durante a metade do século XX as epidemias de cólera e febre amarela atingiram os moradores da área e já neste tempo era possível evidenciar o quadro de “degradação” do bairro em termos de infraestrutura.

Casas que outrora abrigavam apenas uma família, com seus escravos ou domésticos, sofreram um processo de subdivisão cada vez mais avançado; salas e quartos demasiadamente pequenos, verdadeiras células, estão separados por paredes de madeira. Nesses cubículos não há luz, nem ar e inexistente higiene. A vida nesses cortiços é um verdadeiro inferno e as diversas famílias que ocupam um mesmo andar se veem obrigadas a servirem-se de um único banheiro e de uma só latrina. Escadas estragadas, soalhos furados, paredes sujas, tetos com goteiras formam um quadro comum a toda essa zona de degradação. (SANTOS, 2008, p. 171).

A degradação que sofreu o centro histórico de Salvador na metade do século XX, segundo alguns autores como Eduardo A.C. Nobre (2003), Paula Marques e Wilson Ribeiro (2009) Luciete B. Miranda/ Ma Aparecida S.C. Dos Santos (2009), estava associada a um conjunto de processos sócio espaciais: o primeiro está relacionado ao traslado e transferência das sedes administrativas e econômicas da cidade para outras áreas como o Centro Administrativo na década dos anos 70; o segundo remete ao que se entende por “degradação da área”, uma denominação excludente e com forte sentido de segregação, assinalando o esquecimento e a deterioração do lugar devido aos novos centros de comércio em outras partes da cidade. Isto permitiu a “popularização do comércio central” e com isso a chegada de uma ampla população pobre que teve que fixar suas residências no Centro Histórico de

Salvador, o que possibilitou e permitiu uma recomposição sócio-espacial da área - iniciada com a pauperização das residências, carências nas condições de vida dos moradores, insalubridade, insegurança. Existe ainda uma terceira explicação que consiste em assinalar a migração das famílias ricas e proprietárias da cidade que moravam no Pelourinho, já em meados do século XX, para lugares de residência nos limites geográficos da cidade, constituídos pelos Bairros Corredor da Vitória, Barra e Graça, devido ao baixo preço do solo urbano.

Portanto, até metade do século XX e nas décadas de 60 e 70 estão dois momentos importantes (Ferreira, 2010). O primeiro, nos anos 40 e 50, quando ainda era considerado um dos centros mais dinâmicos do país, no plano cultural e administrativo, abrigando grupos sociais da elite, grandes comerciantes de exportação e importação, senhores de engenho e funcionários da administração pública. O segundo, quando os proprietários originais deixaram esse espaço, sendo substituídos pelos grupos sociais de trabalhadores, pequenos comerciantes, famílias pobres e em geral um setor mais pauperizado, correspondendo ao período em que o lugar era considerado como uma zona degradada, “um gueto de crime e marginalidade”.

Albuquerque (2011, p. 141) evoca narrativas de Clarindo Silva (dono de um dos mais antigos e tradicionais restaurantes do Pelourinho, Cantina da Lua) que lembra a situação do Pelourinho nas décadas dos anos 40 a 70: “Nestes tempos aconteceram os processos de esvaziamento do centro histórico pela saída das famílias tradicionais do Pelourinho para bairros como Barra, Graça, e principalmente o Corredor da Vitória”. O esvaziamento não só consistiu na saída de famílias tradicionais, se não de um conjunto de instituições que outorgavam certo status ao fato de funcionarem no Centro Histórico de Salvador. O outro momento de esvaziamento aconteceu na década dos anos 70:

Saiu a faculdade de Medicina, saiu o Instituto Médico Legal, saiu a sede do INCRA, saiu a academia da Bahia. Fecharam o Cine Santo Antônio, fecharam o Cine Popular, desativaram o Plano Inclinado do Pilar, desativaram o Elevador do Tabuão, houve um incêndio no Liceu de Artes e Ofícios, tiraram a administração do município, tiraram a administração do Estado. Veio e saiu o BANEBA, a Caixa Econômica e se nós fossemos ficar falando nós íamos ficar até as seis horas, então eu prefiro ficar por aqui (ALBUQUERQUE, 2011, p. 142)

Entre os “eventos” que permitiram o esvaziamento do bairro, destacam-se os incêndios que afetavam, tanto a famílias residentes, como as respectivas edificações que posteriormente eram denominadas objetos de intervenção. Segundo entrevista com o Sr. Clarindo Silva (ibidem) pode-se ler as diferentes circunstâncias que giravam ao redor destes incêndios intencionais:

Incêndios que eram criminosos, que a gente não tinha como controlar, porque eram criminosos, e a gente foi ver o foco onde estava acontecendo e quem eram os incendiários, que lamentavelmente estavam usando os nossos jovens, as crianças de nossa comunidade para fazer isso e aí mais uma vez nos mobilizamos. Criamos um projeto chamado ‘Criançarte’, isso se você chegasse dia de Sábado, aqui uma hora dessas, tava aqui crianças fazendo trabalho com guache, com argila, mas o nosso foco principal era educação patrimonial, aí nos levávamos esses meninos, quando terminava esse trabalho, nós levamos eles aqui no pé da faculdade, aí dizíamos, olha isso aqui foi a primeira escola jesuíta do Brasil e depois foi a primeira faculdade de medicina, e isso foi inaugurado com a vinda de Dom João VI, com a fuga das guerras napoleônicas, mas, sabe quem foi que construiu isso aqui? Foram os nossos antepassados, nossas bisavós, nossos tataravós, que vieram do continente africano, que não pediram pra vir e que não veio só pobre e miserável, vieram reis e rainhas que eram derrotados nas guerras tribais e eram vendidos como escravos, e vocês, e nós precisamos preservar isso para os nossos netos, para os nossos bisnetos, para os nossos tataranetos. Na hora que você está queimando isso aí, você está botando fogo na nossa memória, na nossa história e história não se queima, história se constrói e isso foi de uma importância extraordinária até porque naquele momento nós conseguimos fazer um convenio com a EMTURSA que hoje é SECTUR pra os meninos mais bem dotados serem aproveitados como guias mirins, pra nossa alegria a maior parte deles foi absorvido pela EMTURSA. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 143).

Os argumentos mostram que a degradação foi a palavra associada a um espaço de prostituição, moradia de ladrões, trabalhadores de rua, de comércio informal, vendedores de drogas e genericamente associada às camadas pobres. Esta situação tornou-se o argumento perfeito para fazer com que desde a década de 60 (século XX) se pensasse em um processo de recuperação da zona.

- **Recuperação – Os anos 90.**

No ano de 1966 chega uma delegação da UNESCO para realizar estudos na área e projetar o processo de restauração do Pelourinho. Partindo do relatório e estudos feitos pela UNESCO, a prefeitura de Salvador decide criar a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural IPAC, encarregada de preservar e restaurar o patrimônio do Centro Histórico de Salvador (MIRANDA; DOS SANTOS, 2009, pág. 14.).

A delegação da UNESCO chegou no momento em que, segundo as instituições encarregadas da Intervenção (Governo do Estado da Bahia), o Pelourinho se encontrava em um elevado estado de decadência, especialmente nas décadas dos anos 70 e 80. O IPAC partiu de um levantamento das condições econômicas e sociais do Pelourinho para iniciar as intervenções e preservação de algumas áreas citando a “preocupação de manter os habitantes da área nos imóveis”.

Para Miranda; Dos Santos (2000, p. 18) antes da década dos anos 90 uma das preocupações da restauração do bairro do Pelourinho consistia em manter a população local nos imóveis, mas os tipos de iniciativas empreendidas para reverter o processo de degradação e ruína dos imóveis não deram resultado.

Em Dezembro de 1985 o bairro Pelourinho foi declarado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, passando a ser visto como uma área com potenciais de investimentos e intervenções governamentais. Nesta perspectiva, Braga; Ribeiro dos Santos (2009; p. 24) afirmam que o fato de ter sido declarado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco abriu as possibilidades de desenhar o posterior programa de intervenção.

A década de 90 foi decisiva para o início do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador. Em 1991, segundo os estudos realizados por Braga; Dos Santos (2009) os objetivos eram: “desenhar ações interativas voltadas para a recuperação de bens imóveis de caráter arquitetônico/urbanístico e para o desenvolvimento sociocultural da população residente no local, capacitando, assim o Centro Histórico de Salvador como gerador de benefícios”.

O documento que orientou o desenvolvimento, metodologia e operacionalização do Programa de Renovação de 1991 foi o Termo de Referência. Por mérito deste projeto, o Centro Histórico de Salvador adquiria forma e estruturação nos seus objetivos de intervenção.

É na década de 1990 que começaria a intervenção maciça no CHS. Em 1991, no governo de Antônio Carlos Magalhães, o sociólogo Luciano Diniz Borges e a arquiteta Maria Adriana Almeida Couto de Castro elaboraram o Termo de Referência que orientou a operacionalização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, efetuado pelo Instituto de Patrimônio Arquitetônico e Cultural (IPAC) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER). Os objetivos do programa foram: a recuperação e restauração, a sua manutenção de forma contínua e o "desenvolvimento do potencial produtivo da área (MONTROYA, 2000, p. 4)

Além disso, com este tipo de iniciativas se abriu espaço aos processos de gentrificação e “enobrecimento” e para Braga; Ribeiro (2009), significou, segundo os autores, a expulsão da população moradora e a mudança das atividades econômicas, trazendo consigo transformações sócio-espaciais voltadas, principalmente, para o consumo cultural, manutenção e conservação de prédios e a “revitalização” de um espaço que vai se inserindo nas dinâmicas internacionais de vantagens competitivas entre cidades no contexto da globalização.

Na década de 1990, após a UNESCO ter conferido ao Centro Histórico de Salvador o título de Patrimônio Cultural da Humanidade e tendo

reconhecido a sua demarcação, é que o Governo do Estado da Bahia pode passar a realizar as ações concretas de preservação, iniciando, assim, a implementação do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, Pág. 15)

- **Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.**

O programa de intervenção deu início durante a gestão do governador Antônio Carlos Magalhães (1991). Neste programa também foram envolvidos diretamente os proprietários dos imóveis, Organizações Culturais e Sociais, e proprietários de negócios na área. O projeto foi ainda apoiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através do Programa Monumenta, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Plano Diretor para revitalização do Centro Histórico de Salvador foi executado pela Secretaria de Cultura, através do IPAC, e os recursos para as intervenções foram provenientes do Tesouro do Estado da Bahia, DESENBANCO, e Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, através dos recursos provenientes do Fundo do Desenvolvimento Social e Econômico FUNDESE.

Para que este trabalho fosse possível, o governo estadual procedeu a diferentes formas de negociação que levariam à venda do imóvel por parte do proprietário, a desapropriação, o pagamento de indenização, a concessão de usufruto (de 5 a 10 anos) e a troca (de imóvel ou área construída). Em relação à população residente, foram adotadas as medidas de desapropriação e pagamento de indenização (Braga; Dos Santos, 2009; p. 25).

Com este tipo de estratégias se modificava a composição sócio econômica dos proprietários e usuários do centro histórico de Salvador, onde o deslocamento da população permitiria convertê-lo em um espaço de consumo cultural atraindo uma nova população que usufruísse o espaço renovado, composta por comerciantes, proprietários de lojas, classe média alta, donos de hotéis, artesãos, grupos culturais e grupos sociais encarregados de administrar as diferentes modalidades da economia de serviços. Este consumo cultural foi voltado principalmente para os elementos diversos que compõem a cultura Afro-Brasileira, pois este lugar ainda preserva, segundo Gottschall e Santana (2006), muitas das tradições afrodescendentes.

Dentre elas destacam-se os grupos, movimentos e blocos Afro, como o Ylê-Ayê nos anos 70, Filhos de Gandhi criado desde os anos 50, Olodum criado em 1979, Araketu nos anos 80, e o grupo Muzenza em 81. Segundo Aurélio e Fernandes (1995, p. 54), este

“movimento negro” teve e ainda tem muita influência na divulgação do Pelourinho como um alto potencial de atrativo cultural, ainda que essa “fama”, divulgada nacional e internacionalmente pela mídia e projetos culturais de diversa índole, faça parte de uma estratégia mais ampla de conversão dos centros históricos em um produto, onde a “historia é uma mercadoria” que se vende bem seja sobre a forma de centros antigos, ou de novela de época, tanto quanto o popular, o regional e o “exótico” são também produtos de grande aceitação. Também fazendo parte da sua vida cultural destacam-se outras instituições no local, como Casa Jorge Amado, Museu Afro-Brasileiro, Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, Museu da Cidade, Associação das Bahianas do Acarajé, Casa de Angola na Bahia, Teatro Pelourinho, Cinema de Arte Glauber Rocha, entre outras.

A metodologia de intervenção no centro histórico foi realizada por quarteirões, para não intervir nos imóveis de forma isolada, a fim de que os casarões não se deteriorassem mais rapidamente, e permitissem ligações por meio de áreas internas como, por exemplo, a construção de praças. Além disso, segundo documento do IPAC (1995), um dos critérios de intervenção foi a promoção do desenvolvimento na área, entendida como “o trabalho realizado junto à população do Centro Histórico para o deslocamento de uma parte dela, mediante acordo e pagamento de indenizações, ou relocação para quem optar por estas alternativas”

Para dar início ao processo de revitalização, o Pelourinho foi dividido em 4 áreas para dar mais operacionalidade ao projeto. Estas áreas eram: Subárea A01, área da Rua Aristides Milton (Barroquinha)/Praça da Sé/ Castro Alves. Subárea A02, Situada entre a Misericórdia/ Praça da Sé/ Rua Saldanha da Gama. Subárea B03: Compreendendo o Terreiro de Jesus/Pelourinho/Maciél. Subárea C04 Composta pelo Passo/Carmo/Taboão. (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, p. 52).

Estas intervenções foram marcadas por um roteiro que priorizava os espaços para o turismo, o comércio e o desenvolvimento econômico, o qual também supunha a recuperação das infraestruturas das igrejas e a criação de museus, mas por outro lado, como contraponto a este processo, se afastava dessa lógica o componente residencial do projeto. Na seguinte tabela podemos observar esse fenômeno:

Tabela 1. Uso das propriedades do Pelourinho.

USO	UNIDADES	%
Negócios	387	35,8
Residencial	174	16,1

Comercial: roupas joalheiras, artesanato e souvenir.	172	15,9
Comercial: restaurantes, bares e café.	142	13,1
Governamental e ONGs	85	7,9
Igrejas e Museus	43	4,0
Outros	79	7,2
Total	1.082	100%

Fonte. Nobre (2003, p. 9)

A partir desses dados podemos considerar que Salvador, Bahia, tem no turismo um dos núcleos centrais da sua economia, como mostram Filgueiras; Fernandes (1995, p. 47), o que nos permite antecipar certas projeções de futuro em relação a seu planejamento: no ano de 1993, a Bahia recebeu 2.400.000 turistas gerando uma receita de 450 milhões de dólares; para o verão de 1994, 1.500.000 e se tinha uma estimativa que para final do século XX se recebesse 4.100.000 por ano de turistas, gerando uma receita de aproximadamente 1 bilhão de dólares. Estes dados indicam uma das razões pelas quais as cidades consideradas como atrativas turisticamente investem nos seus centros históricos para revitalizá-los.

Segundo Azevedo (1994, p. 100) o centro histórico de Salvador oferecia as seguintes características: “intensa redefinição de uso com sérias implicações sobre a paisagem construída (degradação de estruturas arquitetônicas e logradouros), desfiguração da centralidade urbana, especialmente pela perda de funções administrativas; degradação da função residencial; existência de pequenos vazios e áreas de encosta que podiam levar a uma maior desfiguração da paisagem”.

Resumo da intervenção no CHS

No documento oficial publicado em 1997 pelo IPAC, intitulado “Reabilitação urbana de centros históricos. Secretaria da cultura e turismo”, se estabelece o “Universo de intervenção do Pelourinho”, incluindo objetivos gerais de organização do espaço, desenvolvimento econômico e ações jurídicas institucionais, as quais foram explicitadas da seguinte forma:

Em matéria da organização físico territorial: implantação de infra-estrutura em rede de água, contra-incêndio, esgotamento sanitário, telefone e energia elétrica. Desenvolvimento Socio Económico: transferência da população

residente mediante relocação ou acordo com pagamento de indenização. Ação Jurídico-Institucional: compatibilizar a legislação vigente com os limites de competência dos diversos órgãos que atuam na área (IPAC, 1997, p. 20).

A intervenção estipulou um conjunto de critérios para intervir em alguns dos imóveis, pretendendo integrar os prédios selecionados numa ideia de centro recuperado, conservado, reconstruído, funcional e com espaços de lazer e de eventos como, por exemplo, as construções das praças Pedro Arcanjo, Teresa Batista e Quincas Berro D'Água. (IPAC, 1997, p. 22).

Para fazer um resumo geral do processo de renovação neste período, enunciamos rapidamente algumas das características das 7 etapas de intervenção ocorridas desde 1991¹ tendo em conta que nelas, o que aqui se vem denominando como “a cidade no papel”, afrontou tensões entre por um lado, projetar institucionalmente o Centro Histórico de Salvador como cenário de desenvolvimento turístico e comercial, e por outro lado, construir esse cenário turístico sobre casarões e casas habitadas, com suas respectivas formas de ocupar o espaço e sua vida de bairro. Estes conflitos manifestaram-se em crises, demandas, problemas nas parcerias público-privado, falta de apoio institucional, exclusão, higienização social e a ausência de participação social, mostrando que a “cidade no papel” estipulou a renovação do cenário do Centro Histórico sem projeções de moradia.

- **1ra etapa:** Concluída em Março de 1993, abrangia uma área de 33.053 m², foram recuperados 89 imóveis e quatro quarteirões, 15 casas foram recuperadas em áreas próximas, das quais 11 foram destinadas à relocação de parte das 350 famílias de suas residências em função da recuperação e algumas delas que preferiam ser indenizadas. 399 famílias receberam indenizações e 26 fizeram opção pela relocação nos imóveis. Segundo Braga (2009), esta etapa foi marcada por atender às demandas da população turista na cidade e, segundo Ferreira (2010, p. 156), as características da população do Pelourinho em 1992 (senso realizado pelo IPAC), não eram compatíveis com a sua permanência nesse ambiente histórico.
- **2da etapa:** Concluída em Novembro de 1993, atingiu uma área de 11.088 m² de construção, abrangendo 47 imóveis e dois quarteirões. Foram indenizadas nesta etapa 176 moradores, 16 famílias foram relocadas e 19 microempresas tiveram compensações para mudar.
- **3ra etapa:** Concluída em Março de 1994, abrangia 58 imóveis e 3 quarteirões, correspondendo a uma área de 12.476.00 m². Saíram da área 374 famílias e 58 pequenos

¹ Para ter uma visão mais detalhada e ampla do processo de intervenção do Pelourinho e suas respectivas etapas, ver os trabalhos de Braga (2009), Ferreira (2010), Sant'Anna (2004).

negócios receberam indenização. Foram estabelecidos um estacionamento, boutiques, lojas, livrarias, floricultura, farmácias, lojas de antiguidade.

- 4ta etapa:** concluída em Dezembro de 1994, abrangia uma área construída de 47.525.00 m², tendo como ocupação principal a instalação de grandes joalheiras, lojas de pedrarias, recuperação de museus, igrejas, delegacia de proteção ao turista, entidades e instituições. Estas primeiras 4 etapas foram concretizadas entre 1992 e 1995 e concentradas nos trechos do Passo, Terreiro de Jesus e no antigo bairro do Maciel, e segundo documento do IPAC (1996), “Esta fase de intervenção previa, sobretudo, a realocação de usuários e a readequação das atividades à vocação da área e aos espaços dos imóveis, privilegiando bares, restaurantes, galerias, lojas e eventos”.
- **Na 5ta etapa**, a intervenção se deu na Praça da Sé e se iniciou um caminho de promoção de eventos culturais no espaço restaurado, dirigido a um público de mais alta renda, cujo projeto ficou integrado ao PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste).
 - **Na 6ta etapa**, a execução das obras e serviços de restauração, reconstrução, construção, conservação, agenciamento, urbanização, drenagem, esgotamento sanitário, condução de águas tratadas, tubulações subterrâneas de energia e telefonia, paisagismo e outros serviços especiais, eram destinadas à recuperação e à restauração física de 115 imóveis. Além disso, houve a criação do 18º Batalhão da Polícia Militar para agir através do “policimento ostensivo” e o BID passou a inserir em seu controle os mecanismos de gestão dos projetos do PRODETUR. (IPAC 1997, p. 18).

Uma segunda fase teve início, segundo Braga; Dos Santos (2009; 26), em 1995 na qual consolidou-se o Espaço Cultural e Centro de Vivência “Pelourinho Dia & Noite”, (IPAC, 1996), coordenado pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia e implantado pelo IPAC (1997, p. 65) através de um processo de intervenção com as seguintes características: melhoria acentuada na renda familiar, melhoria do padrão habitacional, residências com instalações prediais completas, saneamento urbano e o crescimento em 100% do número de empresas instaladas (PRODETUR, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. Outros momentos e cenários da renovação do Centro Histórico foram dados pela implementação do Programa “Rememorar”, financiado pela Caixa Econômica Federal, para restauração desde 1999 de casarões arruinados para uso habitacional.

Segundo Gottschal e Santana (2006, p. 92) a falta de um aparato institucional adequado de gestão impediu um bom funcionamento e crescimento harmônico do Pelourinho renovado, característica que os empresários assinalaram em documento elaborado em 26 de

Março de 2001, intitulado “Carta do Pêlo”. Muitos dos empreendimentos foram dirigidos à população de renda média e média alta, especialmente, alguns espetáculos apresentados nas praças do Pelourinho. Isto teria dado origem (ainda hoje) a muitos problemas que envolveram todos os agentes participantes e inclusive visitantes do processo de intervenção do Centro Histórico de Salvador.

Segundo Gottschall e Santana (2006) o programa de intervenção no CHS tratava-se de um:

Modelo que vinha sendo adotado em outras cidades brasileiras neste período, o qual buscava um programa de revitalização atrelado a uma estratégia de fortalecimento da capacidade competitiva das cidades em atrair investimentos sob um contexto de mudança do perfil do papel de economias urbanas marcadas pelos fenômenos da globalização (GOTTSCHALL E SANTANA 2006, p. 12).

Figura 1 - Ilustração baseada no encarte de divulgação das etapas de intervenção do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (Conder).



Fonte: Conder. 1995.

Na última fase do projeto (ainda em andamento) conhecida como a “Sétima Etapa” (Ferreira, 2010, p. 188) nela se buscava combinar duas funções que o projeto de renovação não conseguiu equilibrar: Comercio e Moradia, caracterizando uma nova iniciativa que fazia parte do projeto “Monumenta Habite”, entendendo que quem deve conservar os espaços são os próprios moradores, mas “visou atender aos moradores da classe média que podem

participar dos planos de financiamento”. Com isto o governo mudou de estratégia (Albuquerque, 2011) para a recuperação dos imóveis para habitação, aumentando assim a oferta de unidades habitacionais em Salvador e aumentando o número de áreas atingidas pelo processo de renovação, sob a coordenação exclusiva da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia).

Esta fase caracterizou-se por nova crise, a classe média deixou de frequentar o lugar, o espaço em termos gerais assistiu ao fechamento de várias lojas e muitos empresários foram ameaçados de despejo, o que diminuiu o número de investimentos e, portanto, o consumo econômico e cultural na área. Somado ao processo anterior, também aconteceu a remoção da comunidade da Rocinha no interior do Pelourinho, o que foi considerado como necessidade intrínseca ao modelo de renovação. Em consequência, ocorreu um conjunto de reuniões e visitas por parte da Relatoria dos Direitos Humanos para Moradia, em 2004, para dar conta da situação da população, evidenciando-se que em todas as etapas de intervenção existiram violações aos direitos dos moradores: Violação do Direito à Moradia Adequada (art. 6º, da Constituição Federal); Violação do Direito à Gestão Democrática da Cidade (art. 2º, inc. II, da Lei Federal nº 10.257/01); Violação do Direito à Identidade e Manifestação Cultural (artigos 215 e 216, da Constituição Federal) e a Não-discriminação (art. 3º, inc. IV, da Constituição Federal); Violação do Direito ao Trabalho (art. 1º, inc. IV; e art. 170, incisos VII e VIII, da Constituição Federal).

Ocorreram intensas lutas entre moradores e o governo do Estado que culminaram com a assinatura de um compromisso denominado “Termo de Ajuste da Conduta” que tinha como objetivo a permanência das famílias dos moradores na área, em 2005, e “pode ser considerado como uma importante referência na luta contra a gentrificação dos centros históricos, mostrando que as questões urbanas e patrimoniais vêm ganhando novos interlocutores, num ambiente político e institucional cada vez mais complexo” (Nazem, 2011, p. 341). O TAC apoiava-se na criação de um Comitê Gestor, o que mostrava que o Ministério Público do Estado estava atento às formas de democracia participativa, composto por entidades representantes da Sociedade Civil que incluíam além da Amach, o Centro de Estudos Sociais, a Universidade Estadual de Feira de Santana e a Cooperação para o Desenvolvimento da Moradia Humana (CDM).

Em apoio aos argumentos desenvolvidos na presente dissertação, é possível concordar com a seguinte afirmação:

“O governo da Bahia, sob a administração de Antônio Carlos Magalhães, comandou uma ação típica das grandes obras realizadas pelos estados

autoritários: centralização das decisões, grande volume de investimentos, projetos e obras realizados num pequeno espaço de tempo, marketing político massacrante, apoio ou omissão dos formadores de opinião e desarticulação das poucas vozes que se opunham” (BONDUKI, 2010, p. 332).

Entretanto, isso requer um aprofundamento da concepção metodológica na qual nos baseamos para identificar a distância em ter o discurso e as práticas, conforme o nosso objetivo geral.

2.1. “A Cidade no Papel” e o seu significado nas intervenções sobre o Centro Histórico de Salvador.

Para fazer referencia a uma concepção de cidade estipulada e projetada nos documentos oficiais, com objetivos, planos, estatísticas, fundamentos e princípios contemplados como roteiros, entendemos que a “cidade no papel” funcionou como uma espécie de “bússola institucional” para arrumar o espaço conforme os programas de intervenção. Nela estão contemplados os agentes da renovação, tempos, cronogramas, custos, dificuldades, ameaças, logros mas principalmente o que não foi realizado. Isto afrontou tensões entre por um lado, projetar institucionalmente o Centro Histórico de Salvador como cenário de desenvolvimento turístico e comercial, e por outro lado, construir esse cenário turístico sobre casarões e casas habitadas, com suas respectivas formas de ocupar o espaço e sua vida de bairro.

A pesquisa documental mostrou a existência de pouco material oral e escrito em relação ao que aconteceu com os moradores que habitavam o Pelourinho antes e durante a renovação, os quais aparecem como números e estatísticas dentro dos mesmos. Localizados na Biblioteca Manuel Querino e no Instituto de Patrimônio Artístico (IPAC), eles foram analisados comparando-se com informações de jornais e arrumados na seguinte ordem cronológica:

- Termo de Referência, Plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador. Reabilitação urbana de centros históricos. Secretaria da cultura e turismo. IPAC, 1991
- Centro Histórico de Salvador. Programa de recuperação. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia IPAC/CONDER, 1995

- Reabilitação urbana de centros históricos. Secretaria da cultura e turismo. IPAC. Governo da Bahia. Seplantec, Conder, 1997.
- “Programa de Reabilitação do patrimônio cultural urbano”, Salvador. IPAC. Abril de 1997.
- Programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador e o destino dos seus moradores e comerciantes. Salvador Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo. IPAC 2001
- Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo. IPAC. 2010.

A ordem cronológica permitiu a visualização no tempo do processo de intervenção e suas formas vistas como estratégias de planejamento urbano que ligaram o Centro Histórico de Salvador às dinâmicas de consumo turístico e cultural no cenário nacional e internacional.

O Termo de Referência, do Plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador, 1991 (Reabilitação urbana centros históricos. Secretaria da cultura e turismo, IPAC) elaborado conjuntamente por Luciano Diniz Borges e Maria Adriana Almeida Couto de Castro, orientou toda a operacionalização do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, propondo a articulação entre desenvolvimento sócio cultural da população residente e a criação de benefícios para a cidade por meio da Renovação do CHS:

Há que se favorecer o desenvolvimento sócio-cultural das populações residentes, de forma a se propiciar a manutenção deste processo criativo, tornando o Centro Histórico de Salvador uma área capaz de produzir benefícios para a cidade como um todo (IPAC, 1991, p. 4).

Considerando como critérios da “cidade no papel”, estão a garantia da participação dos residentes da área, a cooperação conjunta de instituições e a preservação dos bens patrimoniais, para assim aperfeiçoar as funções sócio-culturais do Centro Histórico. A renovação surge então como uma estratégia de planejamento urbana para dar um novo oxigênio a uma área específica, e superar o esvaziamento econômico por médio do aproveitamento comercial, turístico e de consumo em múltiplos aspectos. Criava-se um “projeto viável”, que se traduz na reestruturação sócio econômica do espaço pela via da criação de novos consumidores, proprietários, usos e formas de estar nesse espaço, conforme o objetivo do Termo de Referência:

- Utilização racional dos recursos patrimoniais, sócio-culturais e humanos da área, com base em um modelo de intervenção participativo.

- Estabelecimento de limites para intervenção, de forma a torná-la economicamente viável.
- Elaboração de mecanismos de ação cooperada permeando as etapas de implementação do Plano de Ação Integrada (IPAC, 1991, p. 6)

Em matéria de renovação urbana os agentes decisórios não corresponderiam a moradores nem locatários e as decisões estariam centradas nas instituições públicas e nos agentes privados que já tinham um programa prescrito de recuperação e renovação, observando-se que o programa de renovação, desde 1991, tinha como horizonte.

...Uma grande mobilização de marketing e apostava numa estratégia governamental de desenvolvimento do turismo, em que se mostrava fundamental o reforço de Salvador enquanto principal polo turístico do Estado. A recuperação do Centro Histórico da cidade aparecia então como uma importante alternativa para o incremento das atividades turísticas, ao ser levada em conta uma tendência internacional que via na cultura uma vertente com grande capacidade de agregar valor ao “produto turístico” disponibilizado no mercado (IPAC, 2010, p. 69).

A renovação implicou, desde o início, na restauração física dos lugares que poderiam ter um potencial produtivo como as igrejas, casarões e praças públicas, implicando em critérios técnicos. Mas caberia perguntar se a recuperação dos quarteirões, igrejas e a instalação dentro do Pelourinho de casas culturais e museus, implicaria, além de um assunto econômico, na reorganização social do espaço que resguardaria e fortaleceria os laços de vizinhança construídos durante muito tempo pelos seus moradores. Nesse sentido, houve mudanças nos usos da propriedade, as casas e quarteirões destinados ao comércio, hotéis, residências, lojas e artesanato nos andares térreos, e alguns no segundos andar, mas o sentido residencial anterior dessas casas foi perdido. Em visita de campo realizada 8 de Janeiro, 2014 nas ruas Ajuda, São Francisco, Santa Isabel e Inácio Accioli, é preponderante o uso comercial e residencial em restaurantes e casas, assim como associações, sindicatos, prédios abandonados, lojas de arte, cultura e venda de som.

Entre os objetivos do plano de ação contidos no Termo de Referência se pode destacar:

1. Dotar o centro histórico de Salvador, através da ativação do seu ciclo econômico, de condições efetivas para a manutenção dos seus bens e valores culturais de forma contínua e eficaz.
2. Promover a recuperação/restauração física da área do Centro Histórico de Salvador, redefinindo o seu papel em relação à cidade e a Região Metropolitana.
3. Criar condições de desenvolvimento do potencial produtivo e da organização social do CHS.

4. Introduzir a ação cooperada entre os setores público e privado, organismos internacionais e comunidade, como um mecanismo capacitado a proporcionar a implementação de um Plano de Ação Integrada. (IPAC, 1991, p. 8)

Tratava-se de um “cenário renovado”, onde forma e função foram estabelecidas como prioridades, predominando na primeira o sentido estético e o colorido do espaço, com impacto visual, e na segunda, a prioridade era recuperar a funcionalidade da sua infraestrutura básica que tinha sido deteriorada pelo esquecimento e abandono das suas casas antigas. No mesmo documento observa-se a referencia ao “habitante do Pelourinho” (neste caso, o morador antigo) como um sujeito a ser atendido nas suas necessidades básicas e em seu desenvolvimento socioeconômico e cultural:

Nossa intenção é compreender o CHS como parte especial da cidade, pois aqui reside o testemunho do início da sua história, necessitando para a sua preservação, de um trato também especial – não só para a consolidação de suas velhas estruturas, mas também a atenção aos serviços básicos e especializados, como limpeza, iluminação, acessibilidade, áreas de lazer, dotação de sanitários públicos, equipamentos de comércio, de abastecimento e outros serviços, como sejam, agências de viagens e turismo, hotéis, farmácias, agências de correios e sobretudo a atenção com o habitante do CHS, com seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural (IPAC, 1991, p. 12)

Podemos afirmar que o habitante antigo do Pelourinho antes do processo de renovação virou o alicerce sobre o qual se tecia o discurso da renovação? Ele é nomeado na “cidade no papel” como foco das atenções das políticas públicas de intervenção, por tanto, o tema do social seria um dos campos sobre os quais se legitimaria a renovação? No documento “Centro Histórico de Salvador. Programa de recuperação Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia IPAC/CONDER, 1995”, existem especificações para o projeto de restauração que já tinha sido iniciado, como por exemplo, a necessidade cultural e comercial da intervenção.

Durante o governo de Antônio Carlos Magalhães foram investidos US\$30 milhões, recuperados e restaurados 350 imóveis em mais de 55 metros quadrados, sendo nítida a mensagem de destinar como polo de desenvolvimento econômico (principalmente turístico) o Pelourinho por meio da utilização do seu patrimônio e qualidades culturais:

O programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador uniu projetos de intervenção física à revitalização social e tem na atividade cultural um novo e forte vetor de destinação econômica dirigida para o turismo e o

tempo de lazer. Esse foi o Programa que transformou o Pelourinho em uma nação de todas as artes, de todos os povos e que revela e comprova que cultura e turismo são aliados insuperáveis, quando a meta é o aperfeiçoamento social e o desenvolvimento econômico. Paulo Gaudenzi, Secretário da Cultura e Turismo (IPAC, 1995, p. 10).

Podemos afirmar então que desde a década dos anos 90 torna-se mais clara a relação entre o aproveitamento econômico da cultura com fins turísticos e a recuperação turística e patrimonial, como parte de um planejamento estratégico urbano que incluía o melhoramento das vias de acesso ao Centro Histórico:

Hoje o centro histórico de Salvador encontra-se em condições de ser visitado, estudado e vivido, sendo um ponto de atração turística pelo seu valioso conjunto arquitetônico e pelos programas de animação, eventos e lazer... aliando as preservações das estruturas do passado às necessidades sócio-culturais do presente (IPAC, 1995, p. 13)

Nesta iniciativa, o que compõe o Pelourinho seguiu nessa direção: as ruas empedradas, igrejas monumentais, casas e casarões dos séculos XVII, XVIII e XIX, museus, artesanatos, e vida cultural, que oferecem um panorama histórico agradável de ver e consumir massiva e desprevenidamente. Isto nos leva a colocar a pergunta: parece então que no Pelourinho a história foi colocada como um espetáculo?

No documento em menção se explicita que as estruturas (antigamente casas de moradores) seriam aproveitadas para o aproveitamento empresarial de múltiplas atividades, assim como a sua respectiva entrega para a iniciativa privada:

Desde a conclusão das obras da primeira etapa, os imóveis recuperados foram sendo colocados, por meio de aluguel, à disposição da iniciativa privada, de acordo com um mix pré-estabelecido. Assim, se institui uma relação entre as atividades econômicas compatíveis com o Centro Histórico de Salvador e os espaços dos casarões, de modo a serem utilizados pelas empresas que lá fossem se instalar, sem haver necessidade de modificá-los estruturalmente. (IPAC, 1995, p. 26)

Também se ressaltava implicitamente a incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e o antigo panorama do bairro, especialmente no concernente a composição populacional e a deterioração da infra-estrutura:

Dentro dos resultados alcançados pela reforma do CH, o mais importante, sem dúvida, foi a reversão do quadro sócio-econômico, caracterizado pelo

empobrecimento da população e arruinamento físico crescentes, através da ativação do ciclo econômico, da geração de empregos e renda, da reintegração do bairro ao todo da cidade, além do óbvio saneamento (IPAC, 1995, p. 28).

Esta reversão sócio-econômica passou a ser relacionada com a mudança da classe social que antes compunha o Pelourinho. Higienização social do espaço? Os argumentos mostram que a renovação implicou em Higienização como tendência contemporânea dos processos e projetos de urbanização e de planejamento estratégico das cidades. A saída desta população foi realizada através de “negociações para expulsá-la”.

No Brasil, como em outros lugares, a preservação histórica frequentemente significa mudança de classe social. Líderes comunitários estimam que cerca de 500 pessoas foram forçadas a sair do bairro. Mas outros vêem um renascimento afro-brasileiro em um bairro que se tem caracterizado como uma fortaleza da cultura negra (IPAC, 1995, p. 31).

O estigma social que foi construído sobre o bairro deu uma justificativa para intervir, pois, esta imagem se construiu fazendo do morador um sujeito invisível como trabalhador, pequeno comerciante, família, criança, mulher e toda a população local com “seu modo de vida” tornado um sujeito indesejável a ser afastado. Sob esta imagem se criou também a necessidade de intervir e de dar soluções, e mais complexo ainda, esta imagem pretendeu ocultar que as condições de vida e habitação dos moradores estavam relacionadas ao processo histórico de formação da sociedade:

Desde a década de 1930, quando a atividade prostitucional se instalou no Maciel-Pelourinho, este bairro passou a abrigar uma população constituída de segmentos considerados “problema” na escala de valores sociais dominantes. Isto fez com que surgisse uma série de estereótipos que classificavam a área como “local de perigo” e “submundo”, imputando diretamente aos habitantes da área, em decorrência, o estigma de “marginais” (IPAC, 1995, p. 20)

Este discurso circulou amplamente na sociedade e se encarregou de propor a necessidade de higienizar o bairro e a sociedade degradada sob um tipo específico de intervenção que não incluiu seus moradores mas fez objeto de atenções o espaço e não seus habitantes.

Serão beneficiados não apenas os ocupantes dos imóveis selecionados para intervenção, mas também a população habitante na cidade e os provenientes de outras cidades e países. Os usuários, moradores e comerciantes dos imóveis recuperados, terão conforto e melhor qualidade de vida numa área dotada de infraestrutura e com amplas perspectivas de desenvolvimento,

capazes de proporcionarem a geração de emprego e renda (IPAC, 1995, p. 19)

Em outro documento, “Programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador e o destino dos seus moradores e comerciantes. Salvador Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo”(IPAC, 2001) menciona-se que nas oito ruas do Maciel (Gregório de Matos, Frei Vicente, Muniz Barreto, Santa Isabel, Inácio Acioly, Leovigildo de Carvalho, Castro Rabelo e João de Deus) residiam “cerca de 2000 pessoas, compondo 600 famílias, atividades consideradas não formais eram exercidas pela população ali moradora como, por exemplo: vendedor ambulante, prostituta, biscateiro, sublocador de imóvel, gerente de prostíbulo, lavadeira e pequenos comerciantes”. A atuação do IPAC estava voltada para duas direções, por um lado, a atenção às dificuldades da população moradora do Pelourinho por meio de programas sociais (creche, posto médico, teatro) e por outro, a recuperação física dos imóveis (que desde a perspectiva do próprio IPAC) era incipiente, pois,

Caracterizavam-se principalmente por serem obras pontuais (quando não era realizada a recuperação individual de um imóvel, pintavam-se as fachadas, ou mesmo se realizava uma chamada estabilização, que não passava de um mero paliativo de proteção física), de custo elevado, beneficiando quase que inteiramente as instituições públicas ali estabelecidas” (IPAC, 2001, p. 4)

Em documento mais recente, “Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo” (IPAC, 2010) a reabilitação provém da iniciativa do Governo do Estado da Bahia que delegou sua coordenação à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), e seu gerenciamento operacionalizado pelo ERCAS (Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador). Um dos seus objetivos foi reverter o índice de esvaziamento da zona como produto das experiências anteriores de intervenção no Pelourinho:

O Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador busca por um lado, reverter o processo de esvaziamento habitacional e degradação das áreas urbanas centrais, e por outro, alterar o modelo de urbanização baseado na expansão contínua das fronteiras urbanas. Também segue as orientações do ministério da Cultura no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural e ao entendimento do papel estratégico da cultura para o desenvolvimento. (IPAC, 2010, p. 19)

Esta concepção da cultura como âmbito estratégico de desenvolvimento é permanente no Programa de Renovação pautado pela competitividade e potencialidades econômicas do Pelourinho:

Em relação à potencialização do CAS como zona turística, o documento diz: é importante que a cidade se torne competitiva no mercado nacional e internacional. Para isso, os patrimônios material e imaterial precisam ser cada vez mais conhecidos, mapeados e sobretudo qualificados. Artesanato, culinária, festas populares e manifestações culturais que constituem este patrimônio soteropolitano devem ser priorizados nas ações que visam fortalecer os pontos altos da cultura baiana. Fortalecimento de circuitos como Cidade Alta, Campo Grande, Forte de Santo Antônio Além do Carmo (Largo do Santo Antônio). Circuito Cidade Baixa, Avenida Contorno a Calçada (Feira de São Joaquim). Melhoramento da qualidade dos produtos e serviços turísticos. (IPAC, 2010, p. 309)

Torna-se claro o vínculo que se estabelece entre patrimônio, cultura e as estratégias de competição global em uma cidade que renova os seus espaços para se projetar no âmbito internacional a partir do aperfeiçoamento constante do seu Centro Histórico, tendo como uma de suas formas o “assunto Afro” como bandeira de competição interurbana, que diferencia e afirma a cidade de Salvador internacionalmente.

Quando é para apresentar ao mundo exterior o que somos, as autoridades, a inteligência da cidade de Salvador expressa-se como uma cidade negra, de maioria africana, de uma profunda religiosidade africana, de uma música e um folclore caracteristicamente negros, mostrando isso como uma característica da convivência da democracia racial. Expressam isso com um cinismo fácil de ser desmontado: basta andar um pouquinho nas ruas de Salvador para detectar que aqui, na realidade, se pratica uma apartheid social e uma apartheid racial (BONDUKI, 2010, p. 331).

Sendo também um triunfo de movimentos sociais, culturais, musicais e étnicos, esse consumo da cultura afro foi instrumentalizado e posto em cena mundial como uma forma de projetar uma imagem identitária da cidade que pode melhorar o nível de frequência e fluxos turísticos, como sugere Romano (1995) que chamou uma “cidade espetáculo”, que manuseia seus conteúdos étnicos, identitários, simbólicos e históricos, para coloca-los como pacote ao serviço da competição interurbana.

2.2 Limpar e higienizar para intervir e recuperar.

A expulsão e deslocamento dos moradores, já bastante comentada, aproximam-se a um processo de gentrificação, no qual a população foi transferida para as periferias da cidade, abrindo espaço para os novos investimentos econômicos (restaurantes, comercio, lojas, hotéis,

centros culturais etc.) e, aos poucos, residentes da classe media/alta passarem a ocupa-la. No entanto, isto não ocorreu com a intensidade que se esperava, como indicam os autores:

Após as intervenções, a configuração da área foi bastante alterada. A população residente tornou-se quase inexistente, o uso predominante passou a ser o comercial e com os incentivos que foram dados a setores comerciais de alta renda, as características da área se alteraram profundamente. (BRAGA; DOS SANTOS 2009; p. 26)

Para Braga; Ribeiro (2009) a forma como se deu o processo de intervenção na sua segunda etapa requeria maior precaução porque foi realizada sem inclusão dos habitantes. O que se denomina como “a gentrificação no Pelourinho” se aprofundou mais intensamente no sentido da limpeza social que se evidenciou em três processos típicos: o primeiro, a expulsão das famílias residentes; segundo, a substituição da população de baixa renda por conjuntos de negócios, restaurantes, residências, hotéis, casas culturais, artesanatos e o fortalecimento da vida cultural; e em terceiro lugar, como resultado do processo anterior, aconteceu um desmembramento da vida cotidiana, em troca de uma vida voltada para o espetáculo, comércio, lazer e turismo.

Segundo Braga (2012), houve uma perda de laços afetivos uma vez que o turista não gera vínculos de pertencimento com o espaço, seus laços são de curta duração e ligados ao consumo. Segundo Ferreira (2010; p. 164) haviam 3200 pessoas que habitavam no Maciel/Pelourinho, das quais “cerca de 2706 (85%) foram desalojados nas primeiras etapas de intervenção e outros 15% permaneceram temporariamente até a conclusão das outras etapas, sendo expulsos à medida que a reforma avançava”. Entre 1992 e 1993 era evidente o uso residencial do bairro e em menor porcentagem de serviços e comercial, já no ano de 1995 esse tipo de função diminuiu notavelmente até chegar a cerca de 3%, em comparação com os 15% nos anos 92/93. Segundo o IPAC (1995): “Ocorreu um processo de consolidação de uma rede ampla e diversificada de empresas ligadas aos setores de comércio e dos serviços, no desempenho de atividades consideradas turísticas importantes para o desenvolvimento econômico do Centro Histórico da cidade de Salvador”.

A partir de 1994, alguns segmentos comerciais demonstravam dificuldades de desenvolvimento, especialmente, no setor de comércio de roupas e lazer, o que foi atribuído à localização espacial, e aos tipos de consumidores que se pretendia levar ao “novo Pelourinho”, já que as novas lojas estavam dirigidas a uma população de alto poder aquisitivo, a qual não viu no Pelourinho um lugar de consumo e lazer, fazendo com que diminuíssem as

vendas. A isso se acrescenta a concorrência com os Shoppings Centers, que levava as classes inferiores e classe média com menor poder aquisitivo a se afastarem, inclusive, como frequentadores. Nesta perspectiva, Ferreira (2010) afirma que a história da renovação do Pelourinho nos dá a entender as características de um processo de “gentrificação” que coincidiu, na sua primeira fase, com a expulsão de uma população para revitalizar uma área considerada socialmente decadente, “morta em termos econômicos” e susceptível de ser revitalizada com a chegada de uma “nova população”.

Em outros trabalhos, como Bonfim (2007) também argumenta que o processo de gentrificação não foi plenamente concluído, houve a expulsão de uma população, mas não a chegada ou substituição por outra de maior renda, como o indicam as definições clássicas do termo. Segundo dados disponíveis, entre os anos de 1980 e 2000 se evidenciou estatisticamente uma saída drástica e abrupta dessa população do bairro, como se observa a seguir:

Tabela 02 - Variação da população residente

	1980	2000
Cidade de Salvador	1.501.981	2.428.388
Centro Histórico	9.853	3.235
Arredores	54.624	36.481

Fonte IGBE 1982; 2001

O Centro Histórico de Salvador perdeu mais da metade da população moradora durante essas duas décadas. Isso se dava por meio de processos de negociação, para os quais o governo estabeleceu os seguintes parâmetros:

1. Indenização: receber uma determinada soma de dinheiro para mudar-se.
2. Relocação definitiva: continuar no imóvel, totalmente recuperado, pagando aluguel e com contrato juridicamente legalizado.
3. Relocação provisória: permanecer por um determinado período morando no imóvel até mudar-se para outro devidamente adaptado (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, p. 51).

Primeiramente, foram cadastrados os moradores, comerciantes e outros usuários, e depois eram chamados à negociação no serviço social do IPAC, onde se socializava o valor das indenizações e as formas de procedimento para saída do bairro:

Na maior parte dos casos, a indenização resultava em valores bastante atrativos, pois a renda familiar média era de US\$100 por mês; o que não lhes permitia poupar nada, absolutamente. Assim, 85% dos moradores indenizados puderam adquirir casas populares em bairros proletários ou de periferia (IPAC, 1995, p. 21).

Na primeira etapa, 399 famílias receberam indenizações em um total de aproximadamente US\$500,000 e 26 outras optaram pela relocação nos imóveis já referidos. Foram indenizados também 79 pequenos negócios. Na segunda etapa, 176 foram indenizados a um custo de cerca de US\$150,000. Foram relocadas 16 famílias e 19 micro-empresas tiveram compensações para mudar. Na terceira etapa, o total de famílias que saiu da área chegou a 374 a um custo próximo de US\$280,000. Também, 58 pequenos negócios receberam indenização. Nesta etapa, embora os dados não estejam consolidados, estima-se que 1.018 famílias foram relocadas a um custo de mais ou menos US\$900,000. No início dos trabalhos havia uma afirmação generalizada de que a saída dos moradores só poderia ser efetivada com o uso da força. Entretanto, se conseguiu fazer um trabalho ágil, em prazo muito curto e sem maiores problemas (IPAC, 1995, p. 21)

Guardando fidelidade ao relato do documento acima, pode-se acreditar que não houve problemas em relação ao “deslocamento” e o próprio documento nem fala de deslocamento, senão de “saída”, o que supõe negociação e aceitação dos termos oferecidos para sair “sem problema nenhum”. Somado a isso, valeria se questionar se o valor outorgado permitia comprar outro imóvel nas periferias de Salvador. Em entrevista realizada com a sr^a Elizabeth no dia 23 de Maio, de 48 anos ex-moradora do Pelourinho e que atualmente mora na Rua do Itabuã faz 21 anos e falou o seguinte sobre o processo de negociação:

“O governo ofereceu duas opções: relocação ou recebia dinheiro para alugar outro lugar. Escolhemos ser relocados. As pessoas que receberam o dinheiro, uma pessoa que eu conheci ela dividiu o dinheiro com outras que ela conhecia e cada um foi para seu lado. Ela alugou uma casa na Federação. O dinheiro que ofereceram que hoje em dia seria uns 6000 ou 7000, com ele naquele tempo não dava para comprar uma casa”².

Em outra entrevista realizada com o sr. Ronaldo de 41 anos, cadeirante, ex-policial, aposentado e morador do Pelourinho, sobre o tema das opções que oferecia o governo para negociar afirmou o seguinte:

“Que opções ofereciam o governo? Era realmente ir para hotel durante 5-6 meses e eles pagariam esse hotel, e os documentos que você assinava não tinha amparo. Depois dos 5-6 meses eles não iam pagar esse hotel, ia ficar numa situação sim saber o que fazer. Depois eu voltava, só que a documentação que eu assinava para eu voltar, tinha muitas brechas, brechas

² Entrevista realizada com a sr^a Elizabeth, 48 anos, dona de casa, ex-moradora do Pelourinho e atual moradora na Rua Itabuã. Maio de 2014.

para eles, e não tinha nada para me beneficiar do retorno. O documento se você lia, tinha muita abertura. O documento era elaborado por eles mesmos... eu tenho ai, esta na pasta. Era com o IPAC, o IPAC estava negociando junto com funcionários do Estado”³.

Para caracterizar a modalidade de negociação, os proprietários dos prédios tinham quatro opções: venda, desapropriação, transferência de usufruto e troca da propriedade, ou da área equivalente. As negociações e indenizações dependiam de um conjunto de variáveis, a partir das quais se estipulavam os preços a pagar ou os métodos pelos quais se devia proceder, incluindo tempo de moradia, tamanho da família, espaço utilizado e situação jurídica da ocupação (inquilino ou proprietário):

Em 1995, por volta de mil das famílias residentes, 85% do total, receberam US\$900 mil como compensação pela relocação, perfazendo uma média de US\$900 por família (IPAC 1995). Considerando que a renda média familiar em Salvador é menos que US\$100 por mês, não é surpreendente que a maioria das famílias decidisse mudar (NOBRE, 2003, p. 9)

Sobre o tema das indenizações e o valor outorgado pelo governo Edinaldo de 54 anos, ex-morador do Pelourinho e atual funcionário da Biblioteca do Ipac, falou o seguinte

Eu morei no Pelourinho nos anos 80. Eu sai do Bairro nos anos 80. O pessoal foi despejado, o governo diz que ia indenizar o pessoal, no ano 92 teve o governo de Antônio Carlos Magalhães e resolveu qualificar a área, restaurar. O pessoal no estava nos planos dele não. O pessoal foi indenizado. Quem queria ser indenizado foi indenizado. O pessoal reclamou que o valor era irrisório, não dava para fazer nada. O pessoal reclamou muito, alguns foram na justiça para receber. Alguns ficaram a morar por aqui pela área mesmo, outras foram para outro bairro, e depois voltaram, eles não se acostumaram a outra vida de bairro. Eram valores irrisórios. Cada desapropriação que tem não davam o valor real. Esse valor não dava para comprar casa, era para sair, morar fora do bairro e depois eles voltaram e depois disso perdia a casa. O valor era dado a moradores locatários⁴.

Portanto, segundo Ferreira (2010; p. 164), houve uma “expulsão rápida e violenta, praticamente sem negociação e sem nenhuma proposta de moradia em outro espaço da cidade”, o que teve como norte o fato de não se discutir nem deixar participar aos moradores sobre o que iria acontecer na renovação. Eles acusavam o governo de estar implementando

³ Entrevista realizada a Ronaldo, morador do Pelourinho e ex-policia. 23 de Maio de 2014.

⁴ Entrevista realiza com o sr. Edinaldo, 54 anos. Técnico em biblioteconomia, IPAC. 23 de Maio de 2014.

uma “operação limpeza”, que consistia em expulsar a população e transformar a área de Pelourinho em potencial turístico. Outros autores esclarecem que as negociações se davam diretamente com os proprietários dos imóveis, o que os colocava numa posição privilegiada mas os inquilinos receberam baixas indenizações e foram excluídos das negociações, tendo que ir morar em lugares distantes das suas atividades econômicas tradicionais. Por exemplo, muitos dos moradores antigos do Pelourinho participavam no setor informal da economia e em diversas formas precárias de inserção no mundo do trabalho. Segundo Dos Santos (2000, p. 55) “Esse moradores possuíam vínculos empregatícios precários e com baixas remunerações: 38,4% recebiam apenas 1 salário mínimo, 36,4% de 1 a 2 salários, 8,1% de 2 a 3 e 6,5% de 3 a 6 salários mínimos”.

Em outros casos, os imóveis ficavam em mãos do Estado para sua posterior venda ou aluguel, como indica Dos Santos (2000, Pág. 57): “1. Se o dono tivesse dois imóveis, doava um para o Estado e adquiria o outro restaurado; 2. Se possuísse apenas um imóvel, o proprietário transferiria sua posse em regime de comodato por 10 anos e, ao findar este prazo, o imóvel seria entregue de volta”. Mas, no caso de não acontecerem acordos sobre os parâmetros estabelecidos na negociação, aconteciam desapropriações, atingindo-se a finalidade de mudança na composição social do Centro Histórico de Salvador:

Hoje o Pelourinho encontra-se inteiramente ocupado por diversos segmentos de atividades comerciais e culturais, como: instituições bancárias, lojas de lembranças da Bahia, artesanatos, galerias, lojas de antiguidade, joalherias, hotéis, pousadas, teatro, escritórios, empresas de turismo, de câmbio, gráficas, sorveterias, escolas de 1 e 2 graus, de música de capoeira, associações e entidades carnavalescas (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, p. 20).

O centro histórico caracterizou-se como um espaço que mistura tipos de consumo para as classes sociais, o que depende de estar em lugares fechados ou abertos, a exemplo de restaurantes, eventos nas praças públicas e lugares comerciais que são acessíveis às classes pobres e média, mas por outro lado, hotéis, restaurantes, lojas de artesanato e joalherias, são dirigidas às classes altas, indicando a importância de gerar lógicas de consumo para um conjunto heterogêneo da população. Desse modo, é possível caracterizar o centro histórico, como bem argumenta Franco (1995: p. 42) como um lugar de “pluralidades de formas de informalidade”, o que indica uma concentração das atividades legais, comerciais e formalmente estabelecidas, assim como sua respectiva variedade e “convivência” com outros cenários e atividades informais.

Uma parte dos moradores deslocados se viu obrigado a migrar para outros espaços ao redor do Pelourinho, a exemplo de Santo Antônio Além do Carmo, Baixa dos Sapateiros, Ladeira do Tabuão e Água de Meninos, nos quais algumas famílias começaram a habitar antigos prédios abandonados, pois o programa de renovação não tinha estipulado o que fazer com a população em matéria de política habitacional.

“Sobre política de habitação não, nunca ouvi falar. Eu acho que esta tendo porque eu ouvi falar que ali no Passo tem um prédio dissos, mas são para pessoas que trabalham no Estado”⁵

“Eles restauraram e colocaram pessoas honestas em determinados locais, imóveis, e hoje estão tentando ajeitar algumas partes para colocar pessoas, se o imóvel ficar sozinho ele é destruído, esses imóveis precisam do calor humano. Tem casas no São Francisco, no Santo Antônio, no Pelourinho também, na rua da Poeira”⁶.

“A renovação do Pelourinho foi mais comercial, essa renovação foi voltada mais para o comércio, o humano foi jogado no canto, hoje não tem vida, com moradores tinha vida, movimento, aqui quando o comércio fecha, acaba tudo. Antes era mais humano, as pessoas se conheciam, hoje não tem isso. Melhorou mais o aspecto de restauração das casas, mas moradia não ficou para os moradores daqui, ficou para quem vem de fora. São poucas pessoas que são da área, a maioria são de fora. Política social de habitação? Restauraram muitos, dizem que vai ser moradia para servidor público, na sétima etapa vai ser para moradores e servidores públicos, mas essa parte não tenho muito conhecimento não. Dizem que essas casas da rua 28 de Setembro são para servidor. Que eu saiba não existem casarões renovados para famílias, os que voltaram estão vivendo ao redor do Pelourinho”⁷.

Na maioria dos casos, a realocação da população expulsa foi um impulso que contribuiu para expandir a cidade nas áreas periféricas, dando com isso uma contribuição para consolidar a conurbação com outros municípios. Segundo o documento “Programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador e o destino dos seus moradores e comerciantes. Salvador Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo” (IPAC, 2001) é possível observar a transformação em termos quantitativos no bairro do Pelourinho posterior aos processos de negociação e indenização, no seguinte quadro 01:

⁵ Entrevista realizada com a sr^a Elizabeth, 48 anos, dona de casa, ex-moradora do Pelourinho e atual moradora na Rua Itabuã. 23 de Maio.

⁶ Entrevista realizada com o sr Ronaldo, morador do Pelourinho e ex-policia. 23 de Maio.

⁷ Entrevista realizada a Edinaldo, Técnico em biblioteconomia, IPAC. 23 de Maio de 2014.

Tabela 3 - Moradores e comerciantes indenizados, segundo as etapas.

Etapas	No. Moradores	%	No. Comerciantes	%	Total	%
1	338	13	100	16,4%	438	13,7%
2	158	6,1	18	3,0	176	5,5
3	374	14,5	55	9	429	13,4
4	718	27,8	222	36,5	940	29,5
5	45	1,7	22	3,6	67	2,1
6(*)	592	23	93	15,4	685	21,5
7(*)	357	13,9	98	16,1	455	14,3
Total	2582	100.	608	100	3190	100.

Fonte: IPAC, GEPEL, Serviço Social, Ano 2000. (*) etapas não concluídas.

Os dados indicam o numero de pessoas que iam saindo do bairro à medida que recebiam as indenizações como exigência para o recebimento da indenização, observando-se no quadro 02, seguinte o local de destino dos comerciantes e moradores.

Tabela 4 - Destino dos moradores e comerciantes

DESTINO DOS MORADORES E COMERCIANTE	MORADOR	COMERCIANTE	TOTAL
Centro Histórico	297	102	399
Outro Bairro	1733	244	1977
Outro Município	92	06	98
Outro Estado	31	02	33
Outro País	01	-	01
Subúrbio	137	18	155
Zona Metropolitana	89	25	114
Não declarou	202	211	413
TOTAL	2582	608	3190

Fonte: IPAC, Gepel, Serviço Social, Ano 2000.

Entre aqueles que foram morar ao redor do Centro Histórico se encontram: 50 moradores e 8 comerciantes no Santo Antônio Além do Carmo, 18 moradores e 4 comerciantes para São Francisco e 4 comerciantes, 50 moradores e 14 comerciantes para o

Taboão, 14 moradores para a rua Frei Vicente. Muitos dos locais de destino estavam ao redor do Pelourinho, na “fronteira urbana da renovação”:

A retirada maciça dos antigos moradores, a atração para o mercado informal, os laços sociais existentes, são alguns dos fatores que contribuíram, nesses últimos anos, para promover a ocupação intensiva das encostas do Pilar, Lapinha, Santo Antônio e Taboão, além do surgimento de novos cortiços na Baixa dos Sapateiros e Saúde, seguidos pela ocupação sistemática de imóveis ociosos e ruínas, conforme já assinalado (IPAC, 2010, p. 93)

Em duas visitas de campo realizadas nos meses de Fevereiro e Abril de 2014, mais exatamente na Av. José Joaquim Seabra e na Ladeira do Tabuão, foi possível observar que na primeira, uma zona carregada intensamente de comércio formal e informal, existem lojas de celulares, roupa, lanchonetes, venda de sandálias, dois centros comerciais, sendo uma zona de entrada de um estacionamento que leva à “Praça das Artes” no Pelourinho. A Rua em menção tem um denso e agitado funcionamento de comerciantes e circulação de pedestres que tem que fazer “zigue-zague” para poder transitar, especialmente, nas horas da manhã e de tarde, mas na chegada da noite ficam esvaziadas, pois as lojas fecham depois das 17:30. À noite, torna-se um lugar para moradores de rua, sendo comum observarem-se casas que alugam quartos por noites, e famílias que moram em casas lotadas. Na Ladeira do Tabuão, visitada no mês de Abril, foi observada uma das casas cedidas pelo governo na qualidade de aluguel (pago ao IPAC). A casa tinha 6 andares e cada andar possuía 2 apartamentos de 2 quartos, sala, banheiro e cozinha, cada um, possuindo fachada já em estado de deterioração, roupas dos moradores penduradas nas janelas, constituindo um exemplo daqueles lugares onde antigos moradores do Pelourinho foram a viver.

Figura 02 - Ladeira do Tabuão. Casa outorgada pelo IPAC a Ex-moradores Pelourinho.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, Carlos Andrés Díaz. Abril 2014

Figura 03 - Ladeira do Tabuão



Fonte: Arquivo pessoal do autor, Carlos Andrés Díaz. Abril 2014

Figura 04 - Rua Av. José Joaquim Seabra.



Fonte: Arquivo pessoal do autor Carlos Andrés Díaz. Abril 2014

Nas fronteiras da renovação do Pelourinho, alguns antigos moradores passaram às casas alugadas ou outorgadas pelo IPAC, outros ocupam prédios antigos abandonados que evidenciam uma condição precária de vida e de ocupação do espaço, até em condições semelhantes àquela anterior à renovação iniciada em 1991:

Esse projeto de revitalização do Pelourinho, de grande impacto na área do CHS, deu ênfase às atividades voltadas ao turismo, eventos festivos, musicais e outros entretenimentos, incentivando o surgimento de bares, restaurantes e butiques, em detrimento do uso habitacional. Os cortiços passaram a ser sistematicamente eliminados, com a indenização dos seus antigos moradores em valores muito baixos, insuficientes para aquisição de novas moradias, fazendo com que a maioria dessa população passasse a ocupar informalmente áreas nos arredores, sobretudo, os prédios fechados e em ruínas, bem como as encostas e áreas livres, próximas (IPAC, 2010, p. 91)

Nessas fronteiras da renovação, os moradores foram aqueles que receberam o que se denominou como “cheque-despejo”, quer dizer, um valor em dinheiro para alugarem outros imóveis por curto tempo e não voltarem mais a seus lugares de moradia.

A alternativa oferecida para os moradores que não tivessem condições de pagar o financiamento –ou seja todos- era a remoção com o pagamento de “auxílio moradia” denominado pelos movimentos de moradia como “cheque-despejo”, fixado entre 1,5 mil reais e 5 mil reais. Com esses recursos eles deveriam buscar uma alternativa habitacional. No total, foram cadastrados 1670 núcleos familiares, que incluíam pessoas sozinhas, casais ou famílias completas (BONDUKI, 2010, p. 339)

Como exemplo, outros dois antigos moradores relatam sua experiência pessoal com as negociações e em especial com o que foi denominado como o “cheque-despejo”:

Maria Domingas de Oliveira, 37, teve que trocar o casarão do século 18 em que morava por uma casa de 20 m² num Morro de Salvador, pela qual paga R\$ 45,00 de aluguel. Preferia o Pelourinho. Com a indenização que recebeu do governo baiano para sair do Pelourinho, diz que não conseguiu comprar um barraco. “Deviam expulsar os ladrões e as putas do Pelourinho, mas deviam deixar lá o povo trabalhador”, reclama Maria, lavadora de carros que ganha cerca de R\$ 80,00 por mês. O Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Bahia diz que não houve expulsão. Proprietários e inquilinos receberam entre US\$ 150 e US\$ 2.000 para deixar as casas, segundo o órgão (Jornal Folha de São Paulo, 3 Outubro 1994)

“Com os proprietários, alguns que tinham dois ou mais imóveis, deu um imóvel abandonado, em contrapartida o outro imóvel foi recuperado pelo governo, entregue ao locador, o dono, e com isso alguns permaneceram, e os locatários, os inquilinos, eles foram indenizados, uma indenização irrisória, onde as pessoas sem nada do bolso, as vezes pela manhã não tinham nem que comer, então quando vem um monte de 4000 reais, pessoal achou que aquilo era muito dinheiro e com isso alguns compravam geladeira, fogão, roupa, o dinheiro acabava e não tinha como voltar mesmo, quando não tinham o que comer, saíam a vender os objetos já comprados. Isso foi chamado “cheque despejo”⁸

Alguns moradores que receberam a indenização voltaram a ocupar as casas abandonadas e viraram uma população sem teto que não soube o que fazer com o dinheiro recebido, considerando que era para algo passageiro, fugaz e não garantia estabilidade nenhuma. No entanto, neste processo de renovação do Pelourinho, foram surgindo grupos que iriam a reverter esse quadro desolador, como foi o caso da Associação de Mulheres: “Do Pelô

⁸ Entrevista Auricio Apolínaires, 48 anos, morador do Pelourinho. Locatário de uma casa outorgada pelo IPAC. 23 de Maio.

não saio, daqui ninguém me tira”, que foi a bandeira do movimento fundado com o nome de “Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)”, em 3 de Julho de 2002. Segundo dados divulgados,⁹ elas dizem que não queriam negociar as indenizações com o Estado e sim o valor da sua cidadania. A líder do movimento nesse período, Jecilda Mello (Professora) diz a este respeito: “A Amach vai além da luta pela permanência no centro histórico, pois, quer priorizar a qualificação profissional para que os moradores possam ser inseridos no mercado. No começo ninguém ligou para as 104 famílias cadastradas. Elas lutaram sozinhas. Pequenas notícias da resistência então surgiram nos jornais. Aí os partidos políticos da oposição se juntaram à causa. Venceram as eleições e tiraram o corpo fora. Nossos parceiros eram Deus e a comunidade”.

A intervenção, os moradores e a AMACH (Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico)

Segundo Braga; Dos Santos (2009) e Cavalcante (2008), uma das características da 7ª. Etapa da Intervenção no Pelourinho foi o surgimento da AMACH (Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico) a qual tinha como objeto gerar novas condições sociais, de moradia e participação social no processo de renovação de Pelourinho, exigindo principalmente o seu direito à moradia. Seu surgimento se deu em um contexto político favorável: por um lado, a aprovação no Congresso Nacional, no ano 2000, do artigo 6º. da Constituição Federal que introduziu a habitação como direito fundamental. Por outro lado, a sanção do Estatuto da Cidade em 2001, aprovado pelo Congresso na presidência de Fernando Henrique Cardoso, somando-se ainda o surgimento da Medida Provisória 2000, que reconhecia o direito à moradia e obrigava o Estado a garantir uma alternativa habitacional em caso (cortar casso) de remoção dos moradores. E finalmente, a vitória e posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003. (BONDUKI, 2010, p. 340).

Esta Associação teve a capacidade de estabelecer um conjunto de condições legais e sociais no processo de revitalização do Centro Histórico, na expulsão da população residente e nas novas formas de utilização destinadas ao espaço. Inclusive, como mencionam Braga; Dos Santos (2009; p. 28), a Associação instaurou uma ação civil pública contra o Governo do Estado da Bahia e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder) que foi capaz

⁹ Revista Bons Fluidos, Maio de 2009. Acessado em http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_472223.shtml

de paralisar o processo de intervenção da 7ma etapa impedindo a definição de novas políticas sociais e de habitabilidade para os moradores. Desta forma, em outubro de 2007, foi entregue o primeiro imóvel recuperado para Habitação de Interesse Social aos moradores remanescentes na área. Nesta etapa, também se criou uma nova instancia de decisão em relação ao processo de intervenção, chamada Conselho Gestor do Centro Antigo (outubro de 2007), cujo nome foi alterado no Projeto de Renovação “Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Integrado e Participativo”.

Neste plano de renovação, não se fala mais em “Recuperação”, senão em “Reabilitação”, o que indica uma preocupação pela manutenção formal daquilo que é original da área (Braga; Dos Santos, 2009; p. 30). Ainda assim, os termos do plano “Integral e Participativo” sugeriam uma forma de elaboração de projetos e sua gestão posterior, através de uma parceria que incluiu, além do poder público e o privado, a população:

As iniciativas a médio e longo prazo, previstas para serem implantadas entre 2008 e 2010, prevêem o investimento público em habitação (2000, R\$ 113 milhões), Monumento (22, R\$ 59 milhões), Manutenção e infra-estrutura (1300 melhorias habitacionais, R\$ 28 milhões) (BRAGA, 2009, p. 32)

Em contraste com os parâmetros e lógicas do projeto anterior de intervenção, na Sétima Etapa se procurava introduzir uma maior atuação e participação da UNESCO em diferentes áreas, pois além de ser considerado o Centro Histórico como Patrimônio da Humanidade, não havia suficiente apoio por parte desta instituição, o que tornou-se uma das propostas em matéria da sua sustentabilidade, aspecto que segundo Braga/Dos Santos (2009; p. 31), não foi alcançado. Nesse contexto, a AMACH surgiu como resposta a uma tendência ou ideia de renovação urbana baseada no turismo como estratégia suficiente para recuperar e manter a área do Centro Histórico de Salvador, estimulando a mobilização social dos moradores que começaram a ter acesso a documentos oficiais que permitiam saber sobre as projeções institucionais das suas moradias. Criaram grupos de debate e deliberação com um sentido propositivo e estabeleceram redes com outras organizações sociais e políticas locais, surgindo líderes que tornaram visível o papel da mulher na participação política e, finalmente, o tema da renovação foi colocado no âmbito da esfera pública:

Para se contrapor a esse modelo de renovação urbana excludente, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) denunciou a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia– CONDER, pela violação do Direito à Moradia. O movimento organizou atos públicos, entrevistas em jornais e revistas e entrou com uma

As condições nas quais se vinham desenvolvendo o processo de renovação urbana, exigiram que se firmasse um compromisso por parte do Governo Estadual para garantir a permanência dos moradores e subsidiar uma política de habitação de interesse social, assinado em 1º. de Junho de 2005 e denominado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, pelo qual se garantia a permanência de 103 famílias na área da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador. Um dos acordos aos quais chegaram por meio do TAC (Termo do Ajuste a Conduta) foi o seguinte:

- Remanejamento das famílias que já residiam no lugar;
- Permanência das famílias nesses “locais provisórios” de remanejamento, garantindo espaço para a continuidade do trabalho/comércio que desenvolviam;
- Elaboração do projeto de recuperação da 7ª Etapa com a comunidade, tendo em vista compatibilizar os projetos das unidades arquitetônicas com as composições das famílias, ressaltando a vontade de diversos moradores de permanecer em suas casas “historicamente” habitadas.
- Incorporação da mão de obra local (os moradores do Centro Histórico) nas obras da 7ª Etapa;
- Revisão da proposta de auxílio-relocação para indenizar os moradores que não desejassem permanecer na área. (NAZEM, 2011, p. 15).

Como se pode visualizar no documento, a renovação daí em diante, significaria uma política de inclusão dos moradores projetando especialmente sua permanência no bairro e permitindo que os respectivos prédios renovados garantissem, tanto seu direito de moradia, como o desenvolvimento de atividades comerciais na zona. Mas em matéria do cumprimento dos acordos a AMACH assinalava que:

A morosidade na execução do projeto, sobretudo no que se refere ao uso residencial, evidencia a falta de prioridade do governo em relação à 7ª Etapa. Dos 76 imóveis somente 8 (10,5%) foram efetivamente entregues. No entanto as obras relacionadas aos monumentos de referência nacional foram quase todas realizadas ou se encontram em fase de conclusão. (NAZEM, 2011, p. 18)

Aqui se referem ao Programa Monumenta, no qual participaram vários agentes institucionais de cultura e desenvolvimento que visavam a recuperação de monumentos do Patrimônio Histórico. Assim na “cidade no papel”, este programa também tinha previsto o melhoramento e adequação de 337 apartamentos em 76 casarões para atender à população que poderia acessar a moradia por meio do Programa de Arrendamento Residencial. No entanto,

segundo Nazem (2011, p. 12) este programa atenderia à população com renda de até 6 salários mínimos, o que tornava-se um critério seletivo e excludente para a maioria da população:

Em consonância com essa lógica, o Ministério da Cultura e o Estado da Bahia, com a participação do município de Salvador, assinaram, em 2002, o convênio de Requalificação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador, através do Programa de Preservação de Patrimônio Cultural Urbano (Programa Monumenta) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), além de recursos de contrapartida do governo Estadual (NAZEM, 2011, p. 9)

Dois grandes projetos integrantes do Programa de Preservação de Patrimônio Cultural Urbano (Monumenta) foram implementados: os programas de Habitação de Interesse Social (PHIS) e o Habitacional do Servidor Público (Prohabit), uma vez que existiam muitos prédios em perigo de desabamento, e foram ocupados por famílias e pessoas que vieram neles uma opção válida para morar. Posteriormente, as pessoas se negaram a sair, uma vez que não haveria volta, e o dinheiro recebido como indenização pelo governo era pouco, revelando uma atitude que provinha das experiências imediatamente anteriores, onde os moradores foram expulsos e os processos de negociação não favoreceram a muitos deles (Almeida; Cavalcante, 2008).

Em artigo do Jornal Folha de São Paulo, se pode perceber a situação dramática pela qual passaram muitos moradores durante o processo de expulsão:

A rua do Bispo não é mais como muitas do Centro Histórico. Em seus casarões recuperados e novos, vivem agora com dignidade as pessoas que havia bem pouco habitavam as casas enegrecidas que ainda jazem ao lado. Ela deixou de ser igual às outras quando, há dez anos, moradores do Pelourinho começaram a receber ordem judicial de despejo. O programa de revitalização da região, em sua sétima etapa, batia às portas. Como nas anteriores, quando os invasores receberam uma pequena indenização, em média, R\$ 1500, ou foram deslocados para a periferia, a notícia soou "como a pior de sua vida", recorda a jovem Elisangela Nunes, 24. "O medo então apareceu", reforça Jecilda Mello, 53, há 19 anos moradora da região. E então a rua do Bispo não foi mais a mesma (Jornal Folha de São Paulo, 3 Outubro 1994).

Confirmamos, então, como a “cidade no papel” fez promessas discursivas que estavam longe de ser alcançadas na prática, já que na relação com os prédios reformados se pretendia ofertar ao final da sétima etapa:

316 apartamentos de um e dois quartos, destinados a famílias que tenham sua renda mensal de dois a seis salários mínimos, além de mais 60 espaços para comércio (padaria, açougue etc). Os imóveis serão financiados pela CEF, através do Programa de Arrendamento Residencial (ALMEIDA; CAVALCANTE, 2008, p. 20).

2.3 A precariedade social e infraestrutural como justificativa para a intervenção.

A caracterização das condições de vida da população que habitava o Pelourinho antes da renovação permite dar atenção ao aspecto da precariedade social e infraestrutural do bairro, uma vez que a intervenção no espaço se afirmou sobre a ideia do velho, sujo, decadente, perigoso e desarrumado, em relação ao antigo Pelourinho e seus moradores:

A população que ali habitava vivia, em sua maioria, em situações subumanas devido ao alto grau de degradação da área, sem um sistema de esgotamento sanitário, fornecimento de água encanada, energia elétrica e telefones eficientes, além de ser marginalizada por morar numa área com altos índices de criminalidade e prostituição. (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, Pág. 19).

Sobre as “carências e circunstâncias” de vida dos moradores do Centro Histórico se produziram e justificaram as políticas e discursos que avaliavam a intervenção do Pelourinho, tanto da ótica de higienização, como do desenvolvimento econômico. Para observar mais de perto o tipo de população que habitava o lugar, retomamos um Censo Populacional, realizado entre 1983 e 1984 (IPAC) o qual contemplava trezentas e noventa e sete famílias (Miranda; Dos Santos (2000).

Este Censo foi desenvolvido nas áreas de Cruzeiro de São Francisco, Terreiro de Jesus e o Largo do Pelourinho, incluindo a área do Maciel nas seguintes ruas: João de Deus, Gregório de Matos, Francisco Muniz Barreto, Inácio Acioly, Santa Isabel, J. Castro Rabelo, Leovigildo de Carvalho e Frei Vicente. Constatou-se que 78.20% dos moradores pagavam aluguel, 19.60% por cessão, 2% outro tipo de ocupação e só 0,20% eram proprietários:

O censo do Maciel mostrava que a área era ocupada em sua maioria absoluta por pessoas com baixo nível de escolaridade e baixo nível de renda. Do total de 1297 moradores, 716, isto é 55.30% não ganhavam qualquer tipo de renda; 283 ou 21,80% recebiam menos de um salário mínimo; 230 ou o equivalente a 17,70% ganhavam de um a três salários mínimos; 10 pessoas, representando 0,80% tinham rendimentos de três a seis salários mínimos; 2 ou seja, apenas 0,10% conseguiram ganhar entre seis e 10 mínimos e 56, correspondente a 4,30% não informaram suas rendas mensais. (MIRANDA; DOS SANTOS, 2000, Pág. 64).

O nível educacional das pessoas residentes, segundo o Censo, indicava que 22,70% dos entrevistados tinha interrompido o primeiro grau, 20,10% estava em idade não escolar (crianças com menos de 6 anos de idade), enquanto as pessoas com o primeiro grau em andamento eram 18,40%, os analfabetos 13%, os alfabetizados 11,40%, e o pré-primário correspondia a 3,70% dos entrevistados. Entre as ocupações mais encontradas estavam: vendedor ambulante, dona de casa, desempregado, sem ocupação, prostituta, comerciante, lavadeira, servente e artesão. Na maioria destas ocupações recebiam entre 1 e 3 salários mínimos.

Quanto às habitações, no ano de 1992 o Pelourinho oferecia os seguintes dados: 70 % dos casarões estavam arruinados, renda média das famílias estipuladas em 110 dólares mensais, 3,4 pessoas por família residindo em cubículos e 1788 famílias residindo sem infraestrutura (água, luz e rede de esgoto). Os prédios, casas e monumentos correspondiam à quantidade de 3000, construídos entre o século XVI ao século XX. Ferreira (2010) nos mostra que entre os anos de 1992 e 1993 era possível observar que exerciam “atividades ligadas ao setor terciário, ganhando destaque as seguintes: vendedores ambulantes (24,8%), biscateiros (5%), comerciantes (4,8%), funcionários públicos (4%), empregados da construção civil (3,7%) e comerciários (2,5%)”. Os homens desenvolviam uma variedade de atividades e os papéis das mulheres relacionavam-se ao desempenho de tarefas tradicionais como as atividades domésticas, sejam remuneradas (5,4%) ou como donas de casa (4,5%) e lavadeiras (3,4%).

Segundo Cobos (2012, p. 31) a ideia das renovações deixa os seguintes riscos: a) a modificação de imóveis para adapta-los a interesses turísticos; b) transformação dos centros históricos em conjuntos mortos de museus, bibliotecas, centros culturais, monumentos. c) o monumentalismo, que só se ocupa de proteger os grandes imóveis, os do poder político e econômico, e deixa de lado o popular, as tramas, quer dizer, a combinação complexa da cidade original; d) o fachadismo, que não resolve fatores importantes de destruição; e) substituição da população residente por uma itinerante. Esta tendência observada em um dos primeiros conjuntos populacionais a ser objeto de deslocamento (embora ainda hoje em dia se mantenham) diz respeito às prostitutas e vendedores de drogas:

Segundo relato de entrevistados, os primeiros a serem retirados do local foram justamente os traficantes e os nichos de prostituição, recebendo indenizações. Porém a grande maioria dos moradores não queria sair do lugar. As informações dos moradores da localidade e proximidades que

presenciaram todo o processo contam que nessa fase os promotores de justiça faziam pressões diariamente para que os “ocupantes” abandonassem suas residências, “muitos dos mais idosos chegaram a falecer” (RIBEIRO, 2007, p.40)

Entre os obstáculos à integralidade do projeto de renovação do Pelourinho aponta-se a falta de investimento do programa estadual, conforme evidencia o artigo “Prostitutas e mendigos voltam ao Pelourinho”¹⁰:

Como resultado da ocupação, turistas, moradores e comerciantes estão se sentindo acuados e deixando o local. É vergonhoso dizer, mas um dos principais sítios arquitetônicos da América Latina é, na realidade, a sala de estar da prostituição e dos meninos de rua”, afirmou o presidente da Acopelô (Associação dos Comerciantes do Pelourinho). (Marcos Libâneo, Folha, 15 Julho, 2007)

Esse artigo evidencia a preocupação dos comerciantes locais, de 450 cadastrados na Acopelô, pelo menos 90, quer dizer, 20% migraram da zona como produto do abandono por parte do governo estadual em matéria de segurança e infraestrutura. Esta situação aconteceu, segundo o artigo, durante o período do governo de Jacques Wagner, dentro do qual se reduziu o investimento em programas culturais que atraíam turistas para a zona, o que fez o Pelourinho voltar a lembrar das décadas anteriores à Renovação.

No começo da década de 90, com o início das restaurações dos casarões, PMs expulsavam os meninos e reprimiam a prostituição. Com as atividades culturais diárias, não havia espaço para a mendicância e a prostituição. De uma hora para outra, tudo acabou e temos de conviver com esta vergonha, afirmou Clarindo Silva proprietário do Bar da Lua. (Folha, 15 Julho, 2007)

Nas palavras do proprietário se pode refletir sobre as possíveis ou inexistentes políticas públicas de atenção à população vulnerável, lembrando que a polícia encarregava-se de expulsar meninos e prostitutas da zona, garantindo a limpeza social. O comércio também não ficou alheio a esse processo de re-deteriorização:

De acordo com Carlos Roberto de Almeida, presidente da Associação de Barraqueiros do Terreiro de Jesus, área que faz parte do centro histórico de Salvador, “existem 142 ambulantes cadastrados no local. Mas, com a crise, outros 200 trabalham clandestinamente. É ruim para todos nós, mas temos de pensar que isto é uma maneira de sobrevivência” (Folha, 15 Julho de 2007)

¹⁰ Tomado de: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1507200726.htm>

Os comerciantes alegam que não pagam impostos ao governo devido ao baixo rendimento das vendas, o que gera demissões dos seus empregados: falam que o Baiano deixou de frequentar o Pelourinho. As dívidas são com o IPAC, entidade encarregada da arrecadação dos impostos e cobrança de alugueis na zona, como mostra o jornal A Tarde, 19 de Agosto de 2012, com o título “Comerciantes e moradores do Pelourinho devem R\$ 10 milhões ao Ipac”:

Comerciante nenhum é feliz devendo, isso tumultua sua vida particular inteira. Mas as condições estão difíceis no Pelourinho. “Falta mídia positiva, o baiano tem preconceito contra o Centro Histórico, as pessoas não querem vir para cá”, afirma Rita Maria Dorotéia, 58 anos, dona de uma loja de chocolates. A taxa de concessão que os ocupantes dos imóveis deveriam pagar ao Ipac varia entre R\$ 30 e R\$ 900, segundo a diretora administrativa do Instituto, Vicenza Berbert. “Isso se dá pelo apagão de oito anos que o Centro Histórico vem passando. Apagão turístico, cultural, de infraestrutura e segurança. É uma realidade que o Estado não pode se omitir, é de sua responsabilidade”, diz Lenivaldo Cunha, presidente da Acopelô. (Jornal A Tarde 19 Agosto 2012)

A re-deteriorização abrange uma situação econômica não favorável aos comerciantes legais, assim como ao surgimento do comércio informal, significando uma denominação que atribuía o mal-estar do Pelourinho à presença de população indesejada (prostitutas e meninos de rua) aos olhos da Renovação. Em outro artigo publicado no Jornal Carta Capital, “Pelourinho: a rota do turista e a rota do crack”¹¹, se fala que o Pelourinho tem uma área reformada e embelezada pelas cores e igrejas e outra arrumada pelo comércio formal, no entanto estes são dos fatores que convivem nas fronteiras urbanas da renovação com a decadência e miséria do Pelourinho:

De um lado igrejas que impressionam pela beleza, museus, casarões restaurados e lojas de souvenirs. Mas no entorno dessas construções o que se vê é uma pobreza extrema que tem no consumo de crack seu principal agravante. A maior parte dos turistas que visita o Pelourinho é alertada por comerciantes, donos de hotel e até policiais para que não circule em determinadas ruas do bairro. (Revista Carta Capital, 1 Junho 2013)

A renovação tem uma cara para mostrar e outra para ocultar, sendo esta última o mundo “subterrâneo” do qual são protegidos os turistas, sendo a primeira, o perímetro urbano que foi foco de intervenção, o espaço delimitado e objeto de políticas de renovação que na sua maioria fazem parte de políticas de desenvolvimento econômico e não social. A segunda, faz

¹¹ Tomado de: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pelourinho-a-rota-do-turista-e-a-rota-do-crack-743.html>

parte da fronteira urbana e do foco delimitado da intervenção, onde usualmente se marcou o lugar fronteiro, esse é o lugar onde os habitantes que foram expulsos se deslocaram com suas respectivas atividades econômicas e sociais:

Alguns dos casarões antigos do Pelourinho, que não sofreram nenhum tipo de intervenção do poder público, correm risco de desabar e servem de abrigo para os “sacizeiros” (pessoas que consomem crack). Ali, não chamam a atenção da polícia. Em um deles “Macarrão” e outros quatro homens fumam crack. Todos magros e com os dedos queimados pelo uso contínuo da droga. Eles explicam que, dentro dos casarões, a polícia não incomoda. “O que eles não querem é que a gente fique na rua, porque isso assusta aos turistas”, diz um dos homens. (Carta Capital 1 de Junho 2013)

Intervenção, recuperação e intervenção para quem? Quando os habitantes são ocultados nas fronteiras da renovação urbana e pouco ou nada herdaram desse projeto de renovação que pode ser denominado como seletivo, parcial e focado há setores específicos (empresariais e comerciais) do Pelourinho. A prostituição também foi um fenômeno que não desapareceu, este negócio ainda funciona clandestinamente, como se pode apreciar nas palavras de uma prostituta chamada Mônica.

Ela diz que não sabe ler nem escrever, mas consegue falar três idiomas (espanhol, italiano e inglês) que aprendeu atendendo a turistas estrangeiros que visitam o local. “Hoje em dia é só a decadência que vem fazer programa, mas já teve muito gringo rico que passou por aqui e deixou tudo que tinha”. Mônica, usuária de cocaína, conta que seus programas variam de 20 a 60 reais. O valor depende de fatores como estar ou não devendo para traficantes da área. (Carta Capital, 1 de Junho de 2013)

Em publicação da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) intitulada “Obras realçam beleza do Pelourinho e facilitam acesso para baianos e turistas”¹², se faz menção a esse espírito acessível e recuperado:

Quem trabalha no Pelourinho, ou caminha por suas ruas já se acostumou com a presença de pintores, carpinteiros, pedreiros, engenheiros, arquitetos e técnicos. São 130 homens trabalhando diariamente na requalificação do Centro Histórico de Salvador (CHS). As obras envolvem recuperação de fachadas e telhados das casas, iluminação pública, pavimentação e restauração dos passeios, com projeto de acessibilidade. (CONDER, 1º. De Outubro, 2013).

¹² Tomado de: http://www.conder.ba.gov.br/index.php?menu=noticia&COD_NOTICIA=127

Os projetos atualmente vigentes consistem na requalificação e manutenção dos prédios por meio do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, executado pelo DIRCAS (Diretoria do Centro Antigo de Salvador). Estas ações são realizadas por blocos de casas, o que garante a execução das obras e assim se produz menos transtornos à população, tendo como alvo atrair atividades culturais e de visitação para Baianos e turistas, como a Diretora do Dircas afirma:

Todas essas obras, além de recuperar os prédios, de dar mais segurança às localidades, atraem atividades culturais e, conseqüentemente, visitação tanto dos baianos quanto dos turistas. Estamos trabalhando a perspectiva de mais recuperação de ruas e passeios, mais manutenção de imóveis. No verão vai estar muito melhor (CONDER, 1 Outubro 2013)

Como mostramos no conjunto da argumentação, é evidente que desde os inícios da intervenção sistemática vivenciada no Pelourinho, na década dos noventa, começaram os relatos de moradores que foram expulsos. No artigo do Jornal Folha de São Paulo, de 3 de outubro de 1994¹³ se diz que a renovação combinou a festa com tragédia, como se as duas palavras pertencessem a grupos sociais diferentes, envolvidos na Renovação. Festa para a construção de um cenário com novos ares de desenvolvimento, mas tragédia para quem habitava o bairro:

A restauração do centro histórico de Salvador conciliou festa e tragédia, na visão de moradores e ex-moradores. Festa porque “o Pelourinho tá um amor: não tem briga, não tem ladrão e tem três polícias em cada esquina”, como diz Joselita dos Santos, 70, que chegou ao bairro em 1937 e saiu de lá em 1993. Tragédia foi a “expulsão dos moradores para a abertura de lojas”, segundo Elvira de Souza, 64, presidente da Associação de Mães do Pelourinho. “Eles esqueceram cruelmente as pessoas. Eu só consegui ficar aqui porque conheço uns políticos” (Folha, 3 de Outubro 1994)

¹³ Tomado de: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/03/ilustrada/12.html>

CAPÍTULO 3. PROJETO DE RENOVAÇÃO “CIDADE PARAISO”, CALI, COLÔMBIA.

Tendo em vista que o objetivo da presente dissertação é analisar a relação entre o que é projetado e o que é concretizado, consideramos o caso do Pelourinho em Salvador como emblemático para o que pode ocorrer na cidade de Cáli. Para tanto, apresentamos a seguir o programa de intervenção nesta última cidade, para dar prosseguimento à apresentação dos critérios comparativos.

Delimitação

Cali é uma cidade Colombiana que está localizada no Sur-Occidente do país, entre a Cordilheira Occidental e Central, sendo atualmente a capital administrativa do Departamento do “Valle do Cauca” e considerada a terceira cidade mais povoada da Colômbia com aproximadamente 2.250.000 habitantes. Desde finais do século XX e princípios do XXI os gestores da cidade de Cali começaram a elaborar um conjunto de projetos de renovação urbana materializados na construção e articulação de vias de transporte, através do Sistema Massivo de Transporte denominado MIO (Massivo Integrado de Occidente), abertura de shoppings centers e a respectiva ampliação dos existentes, melhoramento da imagem e estética dos espaços, construção de Mega Obras¹⁴, instalação de espaços para o consumo e, em termos gerais, a construção de uma infraestrutura urbana voltada para a modernização da cidade. Neste contexto geral de transformações é que surge um dos projetos de renovação da cidade de Cali que consiste em uma estratégia de recuperação e revitalização do Centro Antigo.

Este projeto intitulado “Cidade Paraiso, um centro para todos” é realizado, planejado e gestado pela empresa municipal EMRU (Empresa Municipal de Renovação Urbana da cidade de Cali-Colômbia), uma empresa Industrial e Comercial do Estado, encarregada de executar ações urbanas integrais, desenvolvimento de programas e projetos derivados das políticas e estratégias contidas no Plano de Ordenamento Territorial (POT), pretendendo ser um projeto de gestão conjunta entre empresa privada e pública que têm como um dos seus objetivos

¹⁴ Dentro delas estão as ampliações e interseções visuais, construções de espaços públicos, construção de “cidades educativas” localizadas no Oriente da cidade nas comunas 14, 15 e 21 (compostas por escolas primárias, ensino médio e fundamental, técnico, bibliotecas e praças públicas).

gerais a renovação social, econômica e cultural do Centro Antigo de Cali. Para isto, planeja-se criar um centro inclusivo no sentido de recuperar sua competitividade e habitabilidade por meio da construção das seguintes infraestruturas:

- a sede principal da Fiscalía Geral da Nação (Instituição encarregada da administração da justiça da cidade e da região);

- infraestrutura para um centro comercial e centros de serviços, ao lado de prédios residenciais e da construção da estação intermediária do Sistema de Transporte Integral da cidade M.I.O. (Massivo Integrado de Ocidente).

A localização deste projeto no centro da cidade inclui os bairros chamados “Calvário, San Pascual e Sucre”, os quais são bairros que atualmente combinam usos de tipo residencial, comercial (formal e informal), e industrial, sendo habitados (especialmente o bairro Calvário) por uma população considerada em condições de vulnerabilidade social. Esta zona central da cidade é caracterizada também por ter uma grande oferta de instituições de serviços e de tipo administrativo como, Governo, Prefeitura, Notarias e de tipo financeiro (Bancos principais a nível nacional), mas se caracteriza também por uma intensa economia informal (especialmente vendedores na rua) e estabelecimentos comerciais dedicados à venda de flores, madeira, móveis residenciais, restaurantes, empresas de reciclagem, pequenas indústrias, e eletrodomésticos. O projeto inclui 928 prédios distribuídos nos bairros anteriormente descritos, tendo uma extensão total de 23,16 hectares distribuídas assim: 35.604 m² para zonas verdes e espaço público, 465.822 m² para áreas comerciais, 138.315 m² para vivenda e finalmente 33.406m² de vias renovadas, sendo cada intervenção realizada em 3 fases: a fase I, corresponde à construção da sede principal da Fiscalía Geral da Nação, a fase II, ao bairro San Pascual e a Fase III ao bairro Sucre.

Neste processo de renovação participam a Prefeitura Municipal, a Metro Cali (Entidade pública encarregada da organização do Sistema de Transporte Integral Massivo de Ocidente de Cali denominado M.I.O), além de um sócio privado para realização dos investimentos. As instituições que participam conjuntamente no projeto de Cidade Paraíso são as seguintes:

- Internacionais (Banco Mundial)
- Setor Público Nacional: SENA (Serviço Nacional de Aprendizagem), ICBF (Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar; Polícia Metropolitana; Ministério de Proteção Social)
- Setor Comunitário: Junta de Ação Comunal (Calvário e São Pascual), ASOBOCE (Associação de Bodegueiros do Centro), ARC (Associação de Recicladores do Centro), APROENCALI (Associação de Proprietários do Centro de Cali).

- Setor Público Municipal: Secretaria de Bem-Estar Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Governo, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Vivenda, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Fomento e Competitividade, Programa de Inclusão Social, Oficina de Cooperação Internacional.
- Setor Privado: Comfandi, Cidade Limpa, Câmara de Comércio, Consórcio Prosperar, Setor Bancário, Grecocentro (Associação de empresários e comerciantes do Centro de Cali), Fundapre (Fundação para Desenvolvimento e a Educação), Cedecur (Centro de Educación e Investigación para el Desarrollo Comunitário Urbano y Rural), Fundação Marcelina Bosconia. (EMRU, 2010, p. 59).

Dando continuidade à metodologia indicada em capítulo anterior, consideramos dois focos transversais interpretativos: o primeiro consiste em identificar e caracterizar o que se entende por Renovação Urbana, outorgando especial atenção às lógicas que mobilizam a modernização do espaço, os objetivos, os parâmetros sobre os quais se pensa a renovação e a reestruturação do centro da cidade Cali como novo polo de desenvolvimento, mobilidade e consumo; o segundo, consiste em indicar as tensões produzidas na relação entre modernização/renovação urbana e a organização social do espaço, indagando principalmente pela forma como a modernização e renovação urbana supôs a implantação de lógicas de higienização e expulsão da população moradora.

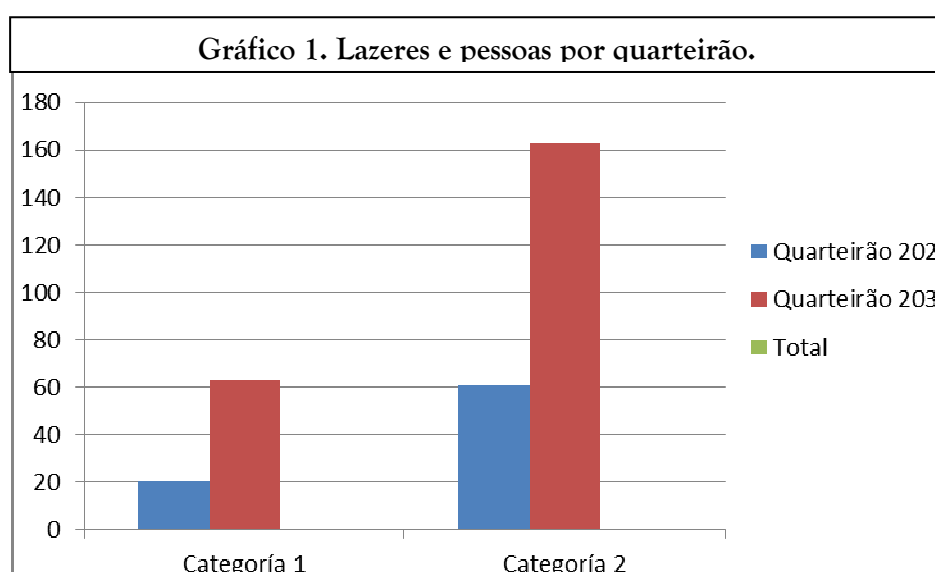
Estes dois focos analíticos pretendem responder a perguntas do pesquisador e se desenvolvem partindo de uma delimitação da informação institucional e de publicações em jornais. Os jornais analisados foram “El País”, “El Tiempo” e “ADN” e a informação institucional selecionada baseou-se em documentos publicados pela Prefeitura e a EMRU (Empresa Municipal de Renovação Urbana de Cali) dentro dos quais estão os seguintes:

- ALCALDIA DE CALI. Plano del centro global de Cali - diagnóstico urbanístico. Universidad del Valle, Universidad San Buenaventura. Junio de 2010.
- ALCALDIA DE CALI. Ciudad Paraiso. Departamento Administrativo de Planeación Municipal. Empresa Municipal de Renovação Urbana EMRU. 2010.
- EMRU. Informe Gestión Social Ciudad Paraiso. Proyecto Ciudad Paraiso: Planes parciales El Calvario, San Pascual, Sucre y Sede Fiscalía General de la Nación. E.M.R.U. Empresa Municipal de Renovación Urbana. 2010.

- **Perfil dos Moradores do Centro.**

Para se ter uma ideia das características da população que habita os bairros em questão, e os tipos de uso do solo anteriores ao projeto “Cidade Paraíso”, citamos alguns dados contidos em um conjunto de documentos institucionais produzidos pela EMRU (Empresa Municipal de Renovação Urbana de Cali) intitulado “Informe Gestão Social Cidade Paraíso”, documento produzido no ano de 2010, durante a prefeitura de Jorge Ivão Ospina Perez, que foi iniciada em 1º. de Janeiro de 2008 e durou até 31 de Dezembro de 2011. Esta instituição participou de um Censo Populacional e descrição sócio-ocupacional dos bairros para a posterior execução do projeto, no qual o bairro Calvário possui 30% da população a ser atingida pelo projeto “Cidade Paraíso”, com 2764 pessoas registradas, prevalecendo uma população negra nas seguintes porcentagens: 33% afro, mestiça 30%, branca 28% e 9% indígena.

O estudo demográfico foi realizado segundo o numero de pessoas que habitam as casas e os tipos de ocupação, encontrando-se as seguintes características nos dois quarteirões (A202 e A203) que foram objeto de demolição: Casas unipessoais (32 pessoas nos dois quarteirões), famílias pequenas (entre 2 e 5 membros por família, em 22 casas), famílias grandes (6 e 8 pessoas por família, em 27 casas) (EMRU, 2010, p. 8). Em quatro prédios do quarteirão 202 se encontram registrados 19 lazeres que contam com um total de 62 pessoas, e no quarteirão 203 se identificam 19 prédios onde há 61 lazeres concentrando 163 pessoas.



EMRU Ciudad Paraíso 2010.

A composição por sexo e faixa etária indica 45% para as mulheres e 55% para os homens, predominando os adultos e uma baixa porcentagem de crianças. Os tipos de residências para adultos são temporárias e na maioria dos casos são alugados por dias, prevalecendo os contratos de tipo informal e verbal. Quanto ao nível de escolaridade, nos dois bairros apenas uma pessoa tem formação técnica, é menor e habita no bairro A203 e entre os outros 29 menores, apenas 15 frequentam programas de atenção social presentes na zona. Em relação ao trabalho, o EMRU (2010) encontrou 22 pessoas na situação “buscando trabalho” e entre os maiores de idade que são produtivos, apenas 6 deles procuram ingressar ao mercado de trabalho. Além disso, o Censo registrou 115 pessoas entre 15 e 84 anos que estão trabalhando, dos quais 3 são menores. A relação dos cidadãos destes bairros com o centro da cidade revela que 79% depende laboralmente do lugar onde mora, enquanto 85% dos estudantes têm sua instituição escolar no centro da cidade.

Ao encontrar-se um lugar onde as atividades ilícitas são visíveis e até certo ponto admitidas, a venda de drogas faz parte de uma das “ocupações” de certa porcentagem da população que mora no Calvário e em muitos dos casos complementam com trabalhos de camelô. Dado que o consumo de psicoativos é muito alto e não distingue gênero nem idade, este elemento marca e determina um dos tipos de atividades da população habitante do bairro, no entanto é importante assinalar outras atividades laborais da população. Entre elas, destacam-se as atividades de serviços de limpeza e de vendas na rua, encontrando-se também as atividades relacionadas com a marcenaria e a carpintaria que se constituem nos ofícios de maior reconhecimento no setor devido à renda que geram (EMRU, 2010, p. 13). Quanto ao nível de renda, 38% das famílias têm uma renda inferior a um salário mínimo que está ligado ao tipo de trabalho informal que desenvolvem, observando-se outras ocupações da população que correspondem a: administrador de inquilinato, marcenaria, vendedor de rua, reciclagem, segurança, limpeza, serviços gerais e prostituição.

TABELA 5 - Descrição dos ofícios dos residentes trabalhadores

OFICIO	A202	A203	CANTIDAD
Administrador de negocio ou inquilinato	1	3	4
Marcenaria-Carpintaria	9	7	16
Vendas comidas varias	9	6	15
Vendas ambulantes	0	21	21
Vendedor outros	3	5	8

Reciclagem	1	10	11
Segurança	2	4	6
Serviço de aseio e limpeza	8	19	27
Operario de maquina	3	2	5
Serviços gerais	0	7	7
Outros ofícios	2	10	12
Estudante	0	2	2
Ns/NR	5	2	7
Não aplica	21	64	85
TOTAL.	64	162	226

Fonte: EMRU, Informe de gestão social. Ciudad Paraiso 2010.

Em consequência do baixo nível de renda, boa parte da população não paga aluguel, devido à informalidade dos respectivos contratos já mencionada, combinados diretamente com o dono do imóvel. Suas atividades informais e instabilidade fazem com que seja uma população que muda bastante de residência no interior do bairro, observando-se que o valor de aluguel mensal corresponde a \$236.000 mil pesos colombianos o que equivale a R\$236 reais mensais.

Complementando esse perfil da população dos bairros pesquisados, o acesso a serviços básicos situa-se da seguinte maneira: Dos 226 residentes, 26% não tem nenhum serviço de saúde e afirmam não estar no interior do Sisben (Sistema de Identificação de Potenciais Beneficiários de Programas Sociais), nem tem carta ou está cadastrado no EPS (Empresa Prestadora de Saúde), sendo que alguns deles têm dificuldades com seus documentos de identidade. O quarteirão 203 é mais vulnerável, abrigando 53 residentes neste estado, enquanto o quarteirão 202 abriga apenas 6 casos (EMRU, 2010, p. 15). Nos prédios habitados por seus proprietários, 10 apresentam contrato por escrito e 1 com contrato verbal, enquanto no restante, 8 pessoas afirmam ser ocupantes ou sem ter contato com o proprietário, há mais de 10 anos na maioria dos casos (EMRU, 2010, p. 16).

Segundo a fonte citada, a EMRU identificou 116 negócios realizados no interior dos prédios como por exemplo: venda de móveis, localizados em sua totalidade na Carreira 10 e na Rua 13 deste quarteirão, sendo o grupo mais representativo com 20 % do total dos negócios; Comercio de alimentos, dedicando-se ao embarque, distribuição e venda de alimentos, com 11% de trabalhadores; Oficinas de marcenaria: negócios organizados em equipes que pagam aluguel nos prédios destes quarteirões para realizar os trabalhos de

marcenaria, pintura, soldadura, produção de estruturas para moveis; Vendas de alimentos: com 12% da população; Venda de flores: localizados no quarteirão 202 representam 10% do total dos 116 negócios; Reciclagem, representam O 8% dos negócios, em reciclagem de pequenas quantidades para empresas de processamento; Comércio variado: 6% das atividades produtivas com produtos esotéricos, plásticos, materiais de construção; Fabrica de processamento de alimentos e outros, que incluem 6% dos negócios, como temperos, produtos para padaria, prendas de vestir e elementos plásticos (EMRU, 2010, p. 21).

Diante das condições sociais, nível de renda, tipos de ocupação e estrato socioeconômico, o esquecimento e abandono por parte do Estado influíram na degradação na infraestrutura do bairro. A deterioração destes quarteirões é tão alta que um número muito representativo de prédios têm sido adequados por lotes como inquilinatos, preferidos por pessoas que moram sozinhas, o que é reconhecido pelas partes internas em todos os quarteirões. Já as casas que datam dos anos 30 e 40 são preferidas por famílias pequenas. (EMRU, 2010, p. 26).

A população do bairro “El Calvário” encontra-se fora do sistema de aposentadoria e nenhum é proprietário, com uma porcentagem bastante alta, 20% que manifesta não realizar nenhuma atividade. “As circunstancias assinalam condições de existência críticas, em extrema pobreza, dado que pode se referir à população infantil e adolescente desvinculada do sistema escolar e de adultos” (EMRU, 2010, p. 29).

3.1 A cidade no papel, o centro de Cali.

O conjunto de definições que marca os objetivos do projeto de intervenção no Centro antigo da cidade de Cali ¹⁵ pode ser identificado com a construção de um polo dinâmico que, segundo os termos do projeto, contenha novos usos de tipo administrativo, comercial, cultural, mobilidade e residencial, e promova uma imagem nacional e internacional, gerando uma articulação do Centro Antigo com as dinâmicas de circulação de capital e consumo. Inicialmente se define o projeto a partir de dois componentes claros que são a “competitividade e a habitabilidade”: “é um processo de Renovação Urbana de 23,16 ha. que fortalece o centro da cidade em termos de habitabilidade e competitividade” (EMRU, 2010, p.

¹⁵ “Informe de Gestão Social Ciudad Paraíso, planes parciales El Calvario – Sucre – San Pascual” durante a prefeitura de Jorge Ivan Ospina (1 de Janeiro 2008 até 31 de Dezembro 2011).

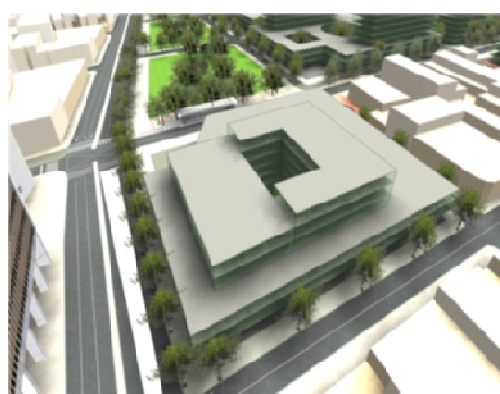
4). O primeiro, está ancorado na criação de novos equipamentos de bens e serviços, com melhoria comercial e agilização dos fluxos na cidade, especialmente, com a construção da central de Transporte MIO (Massivo Integrado de Ocidente). Isso implica em oferecer espaços públicos ao pedestre, o que tornaria o centro um lugar de circulação: “É um projeto que gera novos equipamentos institucionais e culturais de escala urbana (Fiscalía Geral da Nação, 2 quarteirões) e cria novas áreas de espaço público 3,8 ha.” (2010, p. 5).

Os documentos são explícitos (pelo menos nas imagens) ao mostrar as mudanças que se dariam, observando-se que no momento da realização deste estudo as obras ainda estão em andamento, mas já se fez a demolição de vários quarteirões do bairro “El Calvário” (ver foto abaixo). A expulsão da população residente iniciou e muitos dos planos e objetivos do projeto “Cidade Paraiso” ainda estão em processo de execução. Nas fotos e imagens seguintes é possível observar a dimensão do que atualmente é o espaço a ser recuperado e renovado e sua respectiva projeção para o futuro.

Figura 05. Foto barrio El Calvário. Cali



Figura 06. Foto Cidade Paraiso. Cali



Fonte: EMRU 2010.

Figura 07. Transformações bairro El Calvario a Cidade Paraíso. Cali



Fonte: EMRU Ciudad Paraíso. 2010

Figura 08. Transformações bairro El Calvário a Cidade Paraíso. Cali



Fonte: EMRU. Cidade Paraíso. 2010.

Figura 09. Transformações bairro El Calvário a Cidade Paraíso. Cali.



Fonte: EMRU Cidade Paraíso. 2010

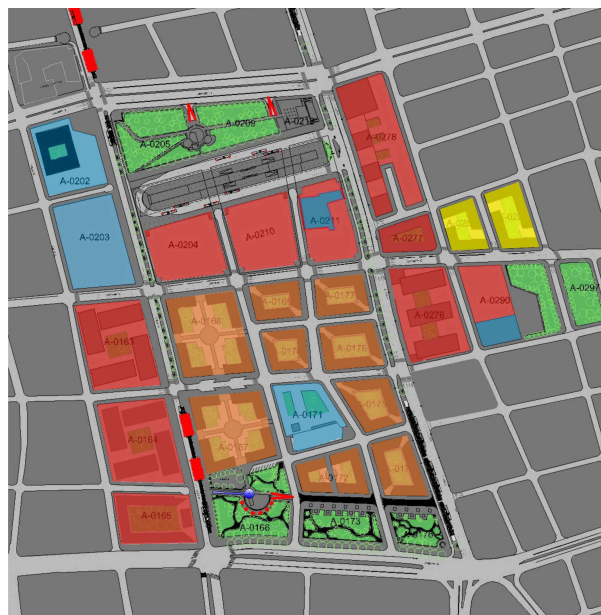
Figura 10. Demolição bairro El Calvário. Cali



Fonte: Jornal "El Pais" Abril 13 2010.

Um outro foco do projeto Cidade Paraiso consiste na articulação do centro a toda a cidade por meio da construção de um complexo de transporte MIO, indicando a importância do tema de transporte: “é um projeto que articula o centro com o sistema integrado de transporte massivo MIO, gerando um sistema de mobilidade que envolve diferentes meios e modos de transporte”. Isto permitirá a articulação funcional do Centro com a cidade que se conecta com escalas geográficas mais abrangentes, como é o caso da região, pois sendo a cidade de Cali a capital do Departamento do “Valle del Cauca”, precisaria de estabelecer relações com seu mundo exterior.

Mapa 2. Distribuição do solo urbano segundo o Projeto Cidade Paraiso.



Comercio	
Vivenda	
Mixto	
Institucional	

Fonte: EMRU, Cidade Paraiso. 2010

- **Proposta urbanística Cidade Paraiso.**

O destaque da renovação é transformar o centro em um lugar especializado no setor comercial e administrativo em detrimento da função residencial, onde os três componentes (comercial, transporte, administrativo) são os focos e se estabelecem como prioridade, o que só vai aparecer como uma formalidade escrita no que aqui se denomina a “cidade no papel”. Nos documentos consultados se descrevem e explicitam um conjunto de políticas de desenvolvimento territorial para o centro que incluem as estratégias:

- É um projeto socialmente sustentável. É urbanisticamente um detonante do desenvolvimento da zona: geração de 38,000 m2 de espaço público (12,000 m2 fase 1).
- Criação de 2 instituições de alto impacto: Fiscalía e Estação Intermedia Metrocali.
- Consolidação de um setor especializado em comercio e serviços: por exemplo, a construção.
- Futuros desenvolvimentos alternativos de moradia VIS ou VIP: por aluguel ou desenvolvimento misto-privado.
- Recuperação do setor como peça chave urbana produtiva e habitável: 23 Hectares intervindos.
- 3072 habitantes beneficiados e 978 lazeres da população mais vulnerável da cidade (EMRU, 2010, p. 19).

As estratégias indicadas visam reverter o quadro de deterioração do Centro da cidade, e a vulnerabilidade dos seus habitantes. A leitura dos documentos permitiu identificar que a ideia de renovação urbana contida no “Informe de Gestão Social Cidade Paraiso” (2010) parte do abandono social e material do centro, e propõe um projeto de participação social e de interesse coletivo, como segue:

- Alta possibilidade de impactar positivamente o problema histórico de deterioração do centro da cidade.
- Tema de alto interesse público e político que gera interesses coletivos.

- Possibilidade de gerar transformação local e desencadear o desenvolvimento dos seus bairros vizinhos que compartilham dinâmicas e problemáticas semelhantes.
- Efeito de intervenção na zona, o reordenamento do território, a recuperação do espaço público que incide na construção de um novo imaginário de cidade, mais equitativa e justa para todos (EMRU, 2010, p. 44).

O documento do EMRU detectou que em termos sociais trata-se de um bairro com pouca organização comunitária, mas com fortes laços de vizinhança próprios da vida de bairro, o que permitiu a construção de um “tecido e redes de sobrevivência” por meio da pobreza e penúria, o que faz parte da cotidianidade das relações sociais do bairro. Segundo os termos do referido documento, a renovação se interessa pela conversão dessa pobreza, com o desenvolvimento comercial, mas não conta com a participação daquela população, já que o projeto de renovação não teria estipulado programas sociais para mudar estas condições de pobreza. A construção da infraestrutura no novo Centro visa os interesses próprios de uma modernização ligada a grandes investimentos econômicos e não sociais:

- Reconhecimento por parte dos diferentes atores das condições de pobreza e diferentes problemáticas existentes na zona de intervenção.
- Aceitação comunitária de a mudança uma realidade na zona.
- Interesse social, comunitário e institucional de melhorar condições de vida e de construir redes sociais que mudem as condições de vida.
- Mínima existência de organização comunitária, de alguns grupos de atores.
- Pertinência e arraigo na zona, baseada nas relações de vizinhança e de sobrevivência.
- Tem-se tecido redes de sobrevivência no setor.
- Decrescimento de prédios destinados à moradia (EMRU, 2010, p. 45)

Enfatizamos que embora o documento institucional reconheça e se tenha consciência das condições de vida da população, estas não são alvo de intervenção, pois o foco da renovação e revitalização do espaço, sua forma, imagem e suas qualidades infraestruturais. Vale à pena sublinhar que no documento institucional se reconhece a carência de organizações comunitárias ou sociais, o que deixa nas mãos dos agentes institucionais a concepção, decisões e praticas de modernização. Diante desta característica, “Cidade Paraíso” caracterizar-se-ia por ser uma renovação urbana_vertical, embora o tema da “participação social” seja reiterativo nos documentos, o que vai ser objeto de críticas quanto ao poder real decisório que podem ter os diversos agentes (especialmente os habitantes). Os princípios básicos do plano de gestão são os seguintes:

- Cidade incluyente (sustentável, equitativa e educadora).
- Participação reconhecendo-se o cidadão como artífice do êxito ou fracasso do projeto.
- Projeto de cidade ambicioso e complexo que envolve a todos, a partir do lugar onde se possa acessar a mudança. Por isso, a família, a comunidade, a empresa, as organizações sociais, as comunitárias, as religiosas e o Estado estão chamados a participar, porque todos têm obrigações concorrentes (presentes), simultâneas e inter-relacionadas, todos os atores sociais têm responsabilidades sobre o bem estar e o desenvolvimento (EMRU, 2010, p. 49).

Diante destes princípios, caberia indagar se levando em conta o tipo de caracterização socioeconômica e ocupacional da população moradora no bairro, esta seria reconhecida como cidadã e potenciais participantes do projeto Cidade Paraíso? Ou, sobre quem recairia a representatividade dessa população?

Inicialmente o projeto estipula três agentes sociais:

Este projeto coletivo de cidade reconhece o encontro e concurso do setor público, a sociedade civil e o mercado, como âmbitos de poder com capacidade para mobilizar recursos de toda índole, dinamizando assim a transformação e o desenvolvimento político, urbano, social, econômico e cultural de nossa cidade. (EMRU, 2010, p. 50).

As vantagens apontadas estão na cidade e na cidadania e são classificadas como segue: valorização do solo urbano e propriedade, aumento da produtividade e competitividade, gestão público-privada, segurança, mobilização da população por meio da construção da estação de transporte, transformação das condições sociais da população e extinção de impostos para os investimentos privados. Esta concepção de renovação contida no projeto Cidade Paraíso abrange a modernização e valorização do solo e da propriedade implicando na expulsão da população em situação de vulnerabilidade, já que é uma renovação que prescinde da mesma. Embora existam diferentes programas de bem estar social, vale a pena sublinhar que correspondem a planos formais, institucionais, que estão “sobre o papel”, e que não estão sendo executados mesmo partindo da descrição social da zona. Segundo a EMRU (2010, p. 61) estes programas devem incluir: “Acesso a programas de alimentação, programas de reabilitação, projeto de vida, capacitações laborais, acesso a serviços de nutrição (especialmente população idosa), consolidação de atividades produtivas, ação policial preventiva, fomento ao desenvolvimento cultural”.

A recuperação, entendida como uma estratégia de reorganização social do espaço, se “justifica” sob o ponto de vista institucional, pois, as condições de pobreza afetam a competitividade, produtividade e sustentabilidade da cidade num dos seus lugares

estratégicos. Assim, as condições de precariedade e abandono são o alicerce da renovação e esta se afirma como um antônimo da pobreza, implicando em destruição das casas antigas, abandonadas e mal cuidadas, em pro da criação do novo centro (EMRU, 2010, p. 19). Nesse sentido, o horizonte da renovação de “Cidade Paraiso” provém da uma tendência nacional na Colômbia, estipulada no Plano Nacional de Desenvolvimento (2006-2010) chamada “Cidades Amáveis”_que exige das cidades que são capitais dos departamentos (como é o caso de Cali capital do Valle del Cauca) a implantação de estratégias de “utilização ótima do território”, otimização dos sistemas de transporte, promoção da intermodalidade e melhoramento da qualidade ambiental dos núcleos urbanos:

Renovar o centro implicara uma tarefa conjunta entre os setores público e privado, daí a importância que se conheça todas as iniciativas e projetos de uns e outros, para que todos confluam no novo processo de recuperação urbana (inédito em Cali), a partir da renovação ambiental, econômica e urbana do coração da cidade, que se reverte em melhores condições sociais para seus habitantes e usuários atuais e futuros (ALCALDIA CALI, 2010, p. 20).

Esta agenda de planejamento urbano para as cidades da Colômbia, segundo o roteiro das “Cidades Amáveis”, é regida por critérios de eficiência, aproveitamento dos usos do solo, a potencialização das vantagens competitivas dos territórios e propõe a otimização da localização dos seus habitantes em função das suas respectivas atividades. Doravante, o documento diz o seguinte:

A construção de cidades amáveis deve suportar-se sobre um modelo de desenvolvimento urbano planejado e de uso eficiente do solo, que permita aperfeiçoar a localização dos seus habitantes em função de seus diferentes atividades e potencializar as vantagens dos territórios urbanos para lograr um desenvolvimento sustentável (ALCALDIA CALI, 2010, p. 20).

A “otimização da localização dos habitantes em função das suas atividades” não é esclarecida, pois, os centros das cidades têm como uma das suas funções os usos comerciais e residenciais, e no caso aqui estudado, da cidade de Cali, os bairros centrais não estavam por fora desse padrão. No entanto, o ponto a assinalar é que são espaços de economia informal e até ilegal, habitados por pessoas com agudas carências econômicas, em situação de extrema pobreza e cujas atividades econômicas se desenvolvem no cotidiano. Sendo esta uma das características sociais da população, como aperfeiçoar essa localização dos habitantes dentro dos planos de ordenamento e renovação territorial? O aperfeiçoamento da localização dos

habitantes é definido em proporção das funções que adquire o centro urbano e se este vai adquirir denotações comerciais, de serviços e de mobilidade, o aperfeiçoamento consistiria na sua re-localização.

Isto se explica uma vez que o projeto de Cidade Paraíso é uma proposta de renovação urbana dentro do marco geral do Plano de Ordenamento Territorial de Cali o qual possui uma visão mais abrangente e global do centro. Este Plano estipula a “Renovação Urbana do Centro Global” e define as funções do centro antigo tradicional no cenário da Política da Competitividade Territorial e Fomento Turístico contemplado no artigo 9 do POT (Plano de Ordenamento Territorial). Esta política da competitividade territorial pretende:

Melhorar e potencializar a produtividade do território, procurando um aproveitamento mais eficiente da cidade construída, propiciando intervenções de consolidação e renovação que melhorem sua qualidade e propiciem a implantação de atividades de alta hierarquia (ALCALDIA CALI, 2010, p. 55).

O que se quer enfatizar, é que o título de “Plano Centro Global” sugere que a cidade contemporânea (e para falar do caso específico da cidade de Cali) tem como objetivo, desenhar estratégias de renovação e reorganização sócio-espacial, que lhe permitam participar de um cenário favorável no âmbito global. Esta visão se insere numa perspectiva de cidade vista como empresa, que está ligada às dinâmicas econômicas mundiais de desenvolvimento, mas também é a cidade que redefine a partir de reordenamentos e renovações regidas pelo paradigma da competitividade e o turismo como formas de atrair investimentos e renda para as cidades. O que se considera como “atividades de alta hierarquia” também faz parte da estratégia que pretende ligar alguns espaços específicos aos novos cenários nacionais, regionais, continentais e mundiais. Segundo o documento da Prefeitura de Cali, (ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 56) o que se pretende com a renovação é “buscar incentivar, com decisão, a localização de atividades econômicas e institucionais de alta hierarquia no centro da cidade, da escala urbana, metropolitana, regional e internacional”.

Para alcançar esse objetivo a renovação do Centro da cidade de Cali definiu o seguinte:

- Requalificar zonas de interesse patrimonial e representativas da cidade que apresentam problemas de deterioração.
- Propiciar processos de densificação de setores do centro, que por suas características físicas e urbanas e sua localização possuem um potencial superior ao da sua atual localização.
- Qualificar zonas de concentração de atividades de alcance urbano, metropolitano e regional.

- Fomentar a reutilização de setores desenvolvidos do centro que tem perdido sua vigência urbana; recuperar e re-funcionalizar para o mercado estas zonas como focos da nova valorização.
- Reativar setores do centro com potencial associado à sua ubiquação e infraestrutura. (ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 58)

O que se quer enfatizar também é que a linguagem utilizada neste documento torna mais clara e explícita a destinação do traçado para revitalização como estratégia de “recuperar e re-funcionalizar o espaço para o mercado”, regida pela oferta e procura, relegando a outro âmbito o componente residencial, pois é um centro que não teria a vocação residencial como marca. A cidade então vira uma empresa que entra nas redes da concorrência mundial e da globalização, como se observa no Programa do Plano Centro Global que estipula dois objetivos:

1. De aglomeração e diferenciação de atividades
2. De ações e promoção da iniciativa privada.

Na primeira, se pretende construir um ambiente de certeza normativa para a localização da atividade privada em áreas onde se busca gerar aglomerações de serviços, de instalações produtivas especializadas (ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 119). No segundo aspecto, se pretende desenvolver de maneira eficiente o potencial urbanístico e produtivo da cidade construída, prever atuações mistas entre o setor público e o setor privado e promover ações urbanas específicas. Desse modo, o documento não deixa estabelecidos os alinhamentos que estão orientando o desenvolvimento de uma política de moradia especial para o centro, como ação chave para a recuperação social do mesmo.

- **Articulação entre os Documentos.**

Muitos dos princípios e pressupostos do projeto Cidade Paraíso estão ancorados neste Plano Centro Global e já vinham sendo pensados desde o ano de 1997, segundo o documento da Alcaldia de Cali (2010, p. 68). Com o documento seguinte, o POT (Plano de Ordenamento Territorial) se estabeleceu que o Centro da cidade de Cali precisaria das seguintes transformações:

- 1) Fortalecimento de espaços para a circulação de pedestres.
- 2) Criação de uma nova estrutura funcional por médio do Sistema de Transporte Massivo (MIO).

- 3) Inclusão no projeto da atividade informal, organizando-a para controlá-la.
- 4) Regulamentação sobre a contaminação ambiental.
- 5) O bairro a Merced¹⁶ amerita ser pensado como um cenário para pedestre.
- 6) A área conta com um conjunto de prédios não edificados, abandonados ou em estado de deterioração, o que constitui uma oferta para o desenvolvimento de projetos concretos.
- 7) Desenvolver no centro projetos de maior complexidade.
- 8) As construções que se recomendam para o centro são: centro administrativo, centro comercial popular e de comércio informal, centro produtivo artesanal e centro residencial.

De tal forma renovação estipula a reorganização social do espaço para melhorar os problemas de circulação (veículos, ônibus e pedestre), onde as atividades e imagens visam garantir uma revitalização do centro com estas novas funções. No ano de 2003, se levou a cabo um estudo pelo Instituto de Planejamento Municipal e a Sociedade de Melhoras Públicas de Cali, denominado Plano de Renovação Urbana do Centro, 2003. Este documento define os parâmetros a seguir para o desenvolvimento do Plano Centro e suas ideias principais estabelecem uma ligação com as ideias do Plano Centro Global de 1997, mencionado anteriormente. Estas ideias são:

- Permitir o uso e desfrute do espaço público o qual deve acolher ao pedestre (principal ator do centro);
- Redensificar e repovoar o centro por meio de projetos de moradia de qualidade;
- Destaque à necessidade de um Estado promotor do processo, mas facilitando a atuação do setor público e privado;
- Proposta de que a administração pública retorne ao centro;
- Visão integral do transporte e finalmente proposta de unidade de atuação (ALCALDIA DE CALI (2010, p. 77)..

O projeto de Centro Global se consolida como um Mega Projeto na medida em que se complementa com estratégias de circulação como é o caso do SITM (Sistema Integrado de Transporte Massivo, MIO). Este projeto iniciado em 2008 teve como objetivo “a recomposição funcional e espacial da cidade a partir do reconhecimento do modelo POT, o qual deve ser ajustado em função do SITM MIO”(ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 122) e por meio deste objetivo se visualiza o centro no seu papel estratégico em todas as escalas, especialmente na urbano-regional, por suas conotações já indicadas. Neste sentido se propõe:

O fortalecimento do centro global como centro de negócios da cidade mais importante do Sul Ocidente Colombiano, para o qual deve fortalecer-se e

¹⁶ O bairro a Merced é o bairro mais antigo da cidade de Cali. É um bairro de gestão cultural da cidade

melhorar como prestador de bens e serviços, aproveitando as transformações físicas e econômicas que traz consigo o passo do SITM, tanto pela consolidação dos corredores de atividade, como pela inserção de novos usos que podem contribuir com o melhoramento de uma zona que se encontra deteriorada, mas que tem um alto potencial de renovação, tal como detectou o Plano de Ordenamento Territorial (ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 122)

No artigo titulado “O novo centro, assim se projeta o centro de Cali em 8 anos”¹⁷ de 10 de Outubro de 2013, se fala em proposta de mobilidade e construção do “corredor verde” para o centro, o que consiste em “integrar componentes do Sistema Integrado de Transporte Massivo com uma avenida para bicicletas e o melhoramento de espaços públicos através de um eixo central que atravesse Cali”.

Nos termos da Prefeitura o centro é entendido como:

“Lugar por excelência da vida urbana através dos espaços públicos e seus equipamentos, muitos deles de valor patrimonial. É necessário consolidar nesta área um espaço público que possa percorrer o pedestre e que tenha o potencial de implementar outros modos de transporte acordos com o pedestre como é a mobilidade de bicicletas. Os planos têm como alvo um centro ambientalmente saudável, socialmente incluyente, economicamente atrativo para o investimento, tecnicamente contemporâneo, institucionalmente forte e representativo, funcionalmente acessível e facilmente legível, ações que em conjunto se verão traduzidas em um espaço urbanisticamente revitalizado (ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 138)

O centro é visto como espaço público renovado ao qual confluiriam lógicas comerciais, mobilidade, lazer, consumo e circulação que estariam contidas no Projeto Cidade Paraíso, o qual seria uma renovação do Centro como espaço para circular e consumir, mas deixando de ser um lugar para morar. O tema das problemáticas sociais (dentro dos quais se inclui a moradia) é visto como algo alheio a suas perspectivas e, inclusive, é concebido como um potencial obstáculo para o desenvolvimento da intervenção urbana:

Geralmente as áreas nas quais se propõem projetos de renovação urbana possuem complexas problemáticas sociais que fazem necessária uma intervenção mais além do planejamento dum novo esquema urbano. É necessário desenvolver esquemas de gestão social que em muitas ocasiões fazem devagar o desenvolvimento dos projetos, só pena de fazê-los inviáveis de executar¹⁸

¹⁷ Documento consultado em: <http://www.ccc.org.co/revista-accion-ccc/17532/el-nuevo-centro.html>.

¹⁸ Documento consultado em: <http://www.emru.gov.co/emru.html>

Sobre o tema da moradia, o Projeto Cidade Paraíso contempla a construção de uma zona residencial no que hoje é o bairro de Sucre, o qual é fronteira do bairro “El Calvario”, mas o próprio documento conclui que um dos grandes problemas das intervenções e renovações na zona do centro é o processo de gestão para o repovoamento, “tanto na vivenda como na injeção de novas atividades econômicas que imprimam valor agregado e capacidade de atração” Alcaldia (2010, p. 522). A valorização do centro se produz pela criação infra-estrutural e as novas lógicas de desenvolvimento, mas esse é um processo paralelo ao esvaziamento populacional, já que a população moradora que foi excluída da renovação urbana se deslocou para ocupar e morar em alguns dos espaços do bairro Sucre, repetindo as mesmas condições de habitabilidade que tinham no bairro “El Calvário” a saber: habitantes de rua, violência, assaltos, aluguel de quartos por dia, preponderância de inquilinatos e suas condições precárias de vida. A pauperização da população e o deterioração estrutural e funcional do espaço entra na renovação como uma condição a ser revertida, mas isto não implica em relocação da população ou realização de programas sociais.

Segundo a EMRU, o processo de renovação foi antecedido por outros de deterioração:

Com o tempo, alguns centros urbanos, durante muitos anos abrigaram o crescimento das atividades comerciais, equipamentos e administração pública, com deterioração pela magnitude das mesmas, ou bem porque outras áreas têm começado a adquirir importância de tal jeito que as atividades com maior demanda se relocariam nestes novos setores. Este processo tem uma dupla repercussão sobre a estrutura da cidade. Por uma parte, se geram vazios importantes naquelas zonas centrais que não têm demanda para a localização de outras atividades e, por outro lado, alguns desses vazios começam a ser ocupados por atividades residuais ou marginais. Os processos de renovação urbana representam então a oportunidade para redirecionar estas mudanças e gerar novas dinâmicas em zonas em processo de deterioro e desarticulação do tecido urbano.¹⁹

Finalmente, a ideia de renovação do centro de Cali abre as portas para o investimento do setor privado através da sua participação em processos de renovação considerados estratégicos para contribuir com um cenário mais eficiente e funcional. Este é um projeto propício aos negócios e muito atrativo para os investidores, pois tem como alvo a criação de zonas comerciais seguras. No entanto, trata-se de uma modernização sem intervenção social, que traz consigo zonas de exclusividade e seletividade, com concentração de capital e esforços institucionais em favor de melhoramentos dos espaços previamente selecionados.

¹⁹ Documento consultado em: <http://www.emru.gov.co/> mínimo na Colômbia esta ao redor de R\$ 630,00 reais, o que incide nas formas de ocupação e emru.html

Nesse sentido, as políticas de renovação urbana evidenciariam políticas seletivas na sua gestão e aplicação em relação com uma população que é afastada e marginalizada dessa renovação o que faz parte das primeiras etapas de gentrificação, a saber, sua expulsão.

Da perspectiva da institucionalidade, o tema do social aparece no na “Cidade no Papel”, como justificativa e aceitação cidadã da renovação, gerando um consenso geral ao redor da necessidade da renovação desta zona deteriorada, pois, segundo o documento: “a **EMRU estimula a renovação urbana com um claro critério de responsabilidade social**” mas para isso foi necessária a limpeza e higienização do espaço.

3.2. Limpar e higienizar para renovar e recuperar

A população moradora dos bairros Calvário, Sucre e San Pascual, cujo perfil já foi apresentado anteriormente, corresponde a 53,5% de pessoas independentes e trabalhadoras, entre as quais 44,6% do total recebe uma renda mensal inferior a \$200.000 (\$200,00 reais mensais). Estes dados oferecem um panorama estatístico para caracterização social do centro da cidade, tratando-se de uma população de baixa renda considerando-se que o salário manutenção do espaço, uma vez que dependendo do nível socio ocupacional e da respectiva renda mensal dos moradores é que os espaços urbanos adquirem características estruturais. Esta é uma das possíveis explicações para o bairro ser considerado deteriorado, pois, a manutenção dos mesmos é realizada em pequenas reparações básicas e com pouca ou nenhuma construção ou reparações nos imóveis. Segundo o documento de referencia, as condições do bairro permitem:

Confirmar as condições de pobreza da população presente na zona, o que leva a concluir que para realizar as ações de atenção a esta população, se requer a integração dos atores tanto públicos como privados, assim como os programas e projetos sociais da administração municipal (Secretaria de Vivenda, Secretaria de Governo, Secretaría de Bem Estar Social, Secretaria de Saude e Educação e o Departamento Administrativo Geral do Medio Ambiente (EMRU, 2010, p. 13)

Em termos gerais, o bairro possui pouca segurança, estado de deterioração dos imóveis é avançado, abundancia de inquilinatos, nenhum programa social de atendimento à população (com exceção de programas de doações feitas pela Fundação Samaritanos, a qual é de caráter religioso), população em estado de extrema pobreza (muitos deles sem nenhuma ocupação) e população indígena e afrodescendente deslocada como consequência do conflito

armado. Diante deste panorama social a EMRU desenvolveu Censos e estudos sobre o estado de deterioração dos imóveis, com as seguintes características: alguns dos prédios foram identificados como em ruína total, e seu estado de deterioração vem desde duas décadas atrás, conservando em estado normal somente os primeiros andares. Dá a coincidência que os prédios de 2 andares ou mais, foram utilizados como cortiços e são aqueles que estão em maior estado de deterioração. O aluguel destes cortiços variava entre o pagamento diário, semanal ou mensal, dependendo da negociação, mas sempre eram regidos por uma forma de aluguel flexível. Segundo a EMRU um inquilinato é:

Uma edificação localizada nos estratos socioeconômicos Baixo-Baixo, Baixo e Meio-Baixo, com uma entrada comum desde a rua, onde se alojam três ou mais lazers que compartilham em condição de inquilinos de espaços comunais com quintais, corredores, solares, áreas sociais e serviços como banheiros, lavadeiros, cozinha. Os contratos de alugamento em inquilinato se caracterizam por estabelecer-se de forma verbal, com proprietários ou administradores, são de caráter indefinido e o valor é determinado de forma arbitrária e aleatória (EMRU, 2010, p. 8)

O que se evidenciou até o momento foi um processo de expulsão desta população que habitava o bairro “El Calvário”, a qual foi migrando para o bairro “Sucre”, levando suas respectivas problemáticas e condições sócio econômicas que a primeira fase do projeto de renovação não solucionou. Na primeira etapa, a renovação significou limpeza social e higienização do espaço, justificada como modernização e reconquista econômica do espaço urbano nas mãos dos agentes da renovação que não tinham estipulado o que fazer com esta população.

Nos documentos analisados, o que aqui se denominou como a “cidade no papel” tinha muitos “programas sociais de atendimento” e se fazia especial recomendação escrita sobre o cuidado que se deveria ter com a população vulnerável mas na “cidade no papel” o tema do social virou uma justificativa e uma forma de estimular a renovação tendo como alicerce o “bem estar social da cidadania”, tão só como uma formalidade institucional plasmada no papel, no discurso e que não transcendeu na prática. Este tipo de justificativa significa que na “cidade no papel” aparecem planos, projetos, objetivos, metodologias, estratégias e formas de intervenção que mitigariam os impactos da renovação, no entanto, no devir do projeto, se evidenciam incongruências entre discursos e práticas institucionais, como buscamos demonstrar ao longo do presente trabalho.

Por exemplo, o “plano de gestão social” do projeto Cidade Paraiso inclui um componente metodológico para a compra de prédios o que tem como objetivo geral, segundo a EMRU (2010, p. 52) “adiantar ações sociais e de compensação para diminuir os impactos que podem gerar a execução do projeto de Cidade Paraiso na sua primeira fase de execução, à população afetada pelo processo de aquisição de prédios requeridos para as obras”. A compra dos prédios antecedeu os processos de acompanhamento “social e psicológico à população proprietária e inquilina do bairro”, além das alternativas de compensação econômica e indenizações para a população. Esta justificativa social da renovação do espaço é definida em etapas segundo o EMRU (2010, p. 53):

- Sensibilização, promoção e posicionamento do projeto.
- Concertação/Negociação com atores.
- Mobilização de residentes/comerciantes.
- Entrega de reconhecimentos econômicos. Transição e controle do impacto do espaço.

Em relação à compra dos imóveis, o artigo intitulado “Em Maio se inicia a compra de prédios para Cidade Paraiso”²⁰ (Jornal “El Pais”) se diz o seguinte:

Alguns proprietários dos prédios que tenderam que ser demolidos para dar passo a este novo projeto, indicaram que a proposta econômica da EMRU é demasiado baixa se se estima a localização dos prédios. Mario Rodriguez, herdeiro (junto com seus irmãos) de duas casas no bairro El Calvário e quem faz parte da Junta de Associação de Proprietários do Centro de Cali, Aproencali, assegurou que a Alcaldía (Prefeitura) apenas ofereceu \$18 milhões de pesos (R\$18.000 reais brasileiros) por uma casa de 80 metros quadrados, quando uma vivenda de interesse social na periferia da cidade custa mais de \$40 milhões de pesos (R\$40,000 reais brasileiros). (El Pais, Abril 21 de 2014).

Esta compra por parte da EMRU tornou-se uma tensão dentro do projeto Cidade Paraiso devido ao preço que oferecem aos proprietários, os quais argumentam que os pagamentos são irrisórios e não correspondem ao valor real do imóvel, já que a EMRU esta pagando sobre o preço desvalorizado e não por sua localização estratégica na cidade. No artigo publicado pelo jornal “El Pais” intitulado “Quatro grupos de investidores estão

²⁰ Tomado de: http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/mayo-inicia-compra-predios-ciudad-paraiso-centro-cali?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia.

interessados em renovar o centro de Cali”²¹, de 29 de Abril de 2012, afirmam sobre o projeto e a compra dos prédios:

Segundo a líder dos proprietários do centro, a localização das casas valeu seu peso em ouro. A ubiquação é a melhor, temos boas redes de serviços públicos, foi por isso que na tempestade de faz uns dias não nós inundamos nem se foi a energia. É certo que há um deterioro importante e que o tema da seguridade lhe resta valor, mas também não vamos a dar nossos bens. Queremos que nos paguem o justo, diz a senhora Ramires. Por sua parte, o presidente da Junta de Ação Comunal do Bairro São Pascual, Roberto Alimentato, diz que “os residentes do setor nos sentimos afetados com o projeto porque com certeza nos vão a deslocar daqui”. Mas como diz Gustavo Jaramillo, gerente da Lonja de Propriedade Raíz de Cali y Valle “as melhores terras de Cali estão no centro por sua cercania com o setor financeiro, governamental, cultural e comercial. (El Pais, Abril 29 de 2012).

É possível ler o mesmo sentimento de inconformidade dos proprietários e moradores no Artigo publicado no jornal “El Pais” intitulado: “Valor da terra, obstáculo para a renovação do centro de Cali”²² de Abril 27 de 2014.

Segundo María del Pilar Giraldo, presidenta da Associação de Proprietários do Centro de Cali, Aprocencali, “existe muita inconformidade com os valores avaliados das propriedades apresentados pela EMRU. São prédios subvalorados em 40% ou 50% sobre o que os donos estimamos que é o valor comercial real”. No Calvário, muitas propriedades têm mais de 60 anos de antiguidade e muitas estão em má situação, é por isso que seu valor comercial é baixo. No mesmo artigo sobre a desvalorização estratégica do espaço “Héctor Palácios, também herdeiro de um prédio na zona, diz que “foi o Estado que permitiu que esta zona deprimisse a tal ponto de se converter num bairro ruim. Mas nem tendo um quartel da policia como o de Fray Damian, tem logrado que a situação melhore. É como se quiseram que o patrimônio de nossos pais valesse cada vez menos” (El Pais, Abril 27 de 2014).

As diferenças atribuídas aos valores das propriedades pela EMRU e particulares, justificam-se por ser um espaço que foi historicamente deteriorado, desvalorizado nas suas infraestruturas, mas que por sua localização central e estratégica na cidade possui uma importante valorização, a qual não é reconhecida no momento da sua compra. Portanto, diante destas circunstancias, será possível estabelecer uma associação (ou consequência direta) entre três fenômenos a saber:

²¹ Documento pesquisado em: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/cuatro-grupos-inversionistas-estan-interesados-en-renovar-centro-cali>.

²² Documento pesquisado em: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/valor-tierra-obstaculo-para-renovacion-centro-cali>.

- O primeiro, os projetos de renovação dos centros urbanos;
- O segundo, uma “estratégia de desvalorização” desses espaços que foi se tecendo historicamente e intencionalmente com o objetivo de comprar a baixos preços (tanto por agentes particulares como estatais);
- o terceiro, a posterior expulsão da sua população.

Sendo assim, caberia pensar que as condições de deterioração e pauperização dos habitantes foram causadas durante muito tempo pela ausência de programas sociais, e pouca ou nula presença do Estado como garantia, executor e gestor das políticas de bem estar social. Esse “esquecimento” permitiu a compra barata dos prédios e casas por parte do Estado e empresários, permitindo, não só a mudança populacional (o que é uma reorganização social do espaço), como também sua revalorização por meio da implantação e execução de novos projetos de desenvolvimento urbano.

Aos exemplos dos inquilinatos, republicas, alugueis diários, soma-se o fato das pessoas que foram habitando esses bairros pertencerem à classe trabalhadora (muitos deles informal ou até desempregados), fazendo com que o bairro adquirisse assim a “fama” de lugar ruim, sujo, onde mora “gente indesejável”, lugar de distribuição de drogas e todas as catalogações que o associam às informalidades e ilegalidades existentes na sociedade. Posteriormente, esse espaço central vem sendo revalorizado através da renovação que dá impulso à sua revalorização pelos novos capitais e investimentos, o que traduz uma nova imagem de “moderno”, espaço competitivo, contemporâneo, esteticamente apresentável, adequado ao consumo. No entanto, entre a desvalorização e revalorização, acontece um processo de higienização e limpeza social, concebido como “necessário” do ponto de vista da sua modernização, em processos que acontecem com mais intensidade quando o espaço em menção é considerado estratégico por sua localização e por suas potenciais opções de gerar lucro e renda.

3.3. Renovar e Recuperar

O que se quer enfatizar neste estudo é que o projeto de renovação “Cidade Paraíso” apresenta um tipo de modernização e renovação urbana que prescindiu dos programas sociais e, se existiram, foram somente como protocolos da “cidade no papel”, reconquistando assim (nas mãos de agentes particulares e estatais) um espaço considerado como estratégico para o desenvolvimento capitalista da cidade. Doravante, modernização e programas sociais são duas

diretrizes que parecem seguir em vias de interesses opostos. Tanto é assim, que despertou questionamentos por parte de diferentes setores sociais, por exemplo, no artigo intitulado “Preocupação por investimento social em Cidade Paraiso”²³, se diz:

Assim mesmo, Tamayo Ovalle considera que o Governo Municipal também não faz precisão à parte social. “Conhecemos um bom plano, no que trata da compra de prédios, avaliações comerciais; mas nas ruas do Calvário e San Pascual a situação é a mesma: recicladores, micro tráfico, prostituição e inquilinatos, além de desemprego e insegurança que convive com seus moradores”, diz Tamayo Ovalle, que argumenta que no Acordo Municipal 300, que foi sancionado no Plano Parcial Cidade Paraiso, há todo um compendio do artigo terceiro ao quarto sobre a parte social que não estar-se-ia fazendo (Conselho de Cali, Abril 1 de 2010)

Portanto, toda esta argumentação evidencia a intenção de “limpar para renovar”. Vale à pena se deter na análise das formas como a renovação implica em mitigar alguns dos impactos na população residente, quanto à compra dos prédios e as formas de negociação com os moradores e proprietários, nas quais aconteceram ofertas que ao olhar da Prefeitura podem mitigar os impactos, sugerindo que a negociação é “justa e equitativa” para os proprietários, inquilinos, e comerciantes. Em continuação se cita alguns desses componentes importantes:

“Reconhecimento por atividades econômicas formais e informais a comerciantes alugadores. Conta de um incentivo econômico para as pessoas proprietárias de negócios que se desenvolvem nos prédios objeto de aquisição do projeto. Reconhecimento econômico por traslado a lazeres. Auxílio econômico para os lazeres residentes nos prédios que devem se transladar a causa da compra destes”. (EMRU, 2010, p. 55)

Como parte dos parâmetros utilizados para entregar os benefícios aos residentes, estabelece-se a seguinte classificação: os prédios aos quais se aplicam são os de uso residencial, comercial, industrial e misto; os ocupantes beneficiados são: inquilino de prédio que tenha a condição de residente, inquilino de prédio que tenha a condição de comerciante ou proprietário de unidade produtiva e desenvolva a atividade econômica no prédio objeto de aquisição por parte da EMRU, e os inquilinos devem apresentar uma documentação que certifique sua relação contratual com o proprietário do prédio:

No processo de negociação predial será incluída a compensação econômica por lucro cessante aqueles proprietários que percebam renda por conceito de alugamento dos imóveis objetos de compra por parte da EMRU e que

²³ Documento pesquisado em: <http://www.nexura.com/sitio7/publicaciones.php?id=37793>.

desenvolvam atividade comercial e produtiva no prédio. Esta compensação correspondera à entrega de três cânonos de alugamento por cada alugador que ocupe o prédio (EMRU, 2010, p. 57)

Este ponto poderia ser problemático já que, como se mencionou anteriormente, muitos dos contratos entre as pessoas são de tipo oral, como modalidade típica de contratação nos bairros atingidos. Os cânonos de arrendamento não seriam destinados aos locatários (que fazem parte da maioria da população moradora), pois, como se demonstra neste estudo, o objetivo é sua expulsão, para que o centro da cidade possa voltar-se para outras vocações. Assim, o fenômeno da expulsão dos moradores é estipulado pelos próprios documentos como uma tendência susceptível de acontecer (o que na realidade já aconteceu). No documento da ALCALDIA (2010, p. 142) se diz:

A tendência à expulsão dos moradores pode se dar pelas seguintes razões: saturação das suas áreas residenciais, ausência de áreas novas para a oferta de vivenda e a intensidade no cambio de uso residencial e comercial.

A saturação citada acima faz menção à quantidade de pessoas que vivem nos prédios e casas em condições precárias (como os inquilinatos, republicas, etc) e relaciona-se também ao seu nível sócio ocupacional, assim como à qualidade infra estrutural do espaço onde moram. Em relação à ausência de áreas novas para a oferta de moradia, provavelmente, as casas e conjuntos residências estipulados no projeto não serão destinados a essa população moradora, pois, até o momento desta pesquisa o projeto de moradia só existe na “cidade no papel”. Por outro lado, a tendência de ocupação do espaço é dada pelo aluguel diário dos quartos, pois, a população moradora dos bairros El Calvário, San Pascual e Sucre é em sua maioria de trabalhadores independentes que fazem parte do mercado de trabalho informal, como se faz menção no documento da ALCALDIA (2010, p. 148):

Em bairros como o El Calvário e San Pascual predomina como tipo de ocupação habitacional o quarto. Esta ocupação está acima da ocupação em casas e apartamentos. Ao redor do 70% da ocupação no Calvário é de tipo quarto e um 55% em San Pascual, fato que reafirma a condição de deterioro e perda de apropriação do espaço.

Diante destes dados caberia se questionar como o projeto Cidade Paraiso vai dar solução ao problema habitacional da população, já que uma boa porcentagem ocupa o solo de forma residencial e o que se pretende é priorizar zonas comerciais, administrativas. As

respostas começaram a aparecer, por exemplo, no jornal “ El Pais”²⁴ da cidade de Cali (16 de Junho de 2013), intitulada “Aonde foram os habitantes da rua El Calvário, trás a intervenção na zona?”, se diz que:

“A situação de deslocamento e “migração” de mais de 300 habitantes de rua, que tiveram que sair do bairro depois da intervenção institucional, foi acompanhada pela policia. Segundo a versão de um habitante de rua, morando há mais de oito anos no setor, ele diz que “com tanta policia nesta zona é melhor nem passar por ai. Agora, muitos outros procuram outros sítios para localizar-se”. Estes habitantes foram migrando forçosamente para outros espaços da cidade que ficam perto do lugar renovado, especificamente, nas fronteiras do bairro Sucre”.

“As antigas instalações da ferroviária, na rua 25 a rua 26 e Santa Elena, agora servem como casas para estas pessoas, segundo pesquisa realizada pela Fundação Samaritana da Rua, nas últimas semanas, para finalizar a intervenção policial no Calvário no passado 31 de Maio”. Também se incluem migrações forçadas a bairros ao redor como são o bairro Obreiro, Alameda, Siloé, entre outros, e especialmente no Bairro Sucre, o qual também vai ser objeto de intervenção dentro do estipulado pelo Projeto Cidade Paraiso.

Estas primeiras formas de intervir evidenciam a confluência de dois fenômenos: por um lado, um discurso higienista sobre a população, o que afasta e controla por meio do uso da força a um grupo social que está em condições de extrema pobreza e miséria, e por outro lado, um processo de renovação que regula e disciplina o uso social e econômico do espaço por meio de um ideário de modernização infra estrutural e de consumo:

Jairo Rojas, segurança de um centro comercial localizado na Rua 15, entre Carreiras 6 e 7, diz que aquém dos “loucos”²⁵ conhecidos, agora há população nova. Senhores, garotas, meninos, tem de tudo. Depois de media noite acomodam-se para dormir nos bordeis da Rua 15.

Aida Riaño, líder comunal do Bairro São Judas II, outro dos bairros receptores destes habitantes, diz que nas noites nosso bairro parece um cemitério de mortos vivos. De três a cinco indigentes se deitam a dormir num só borde. O bairro se esta deteriorando_(El Pais, Junho 13, 2013)

²⁴ Documento pesquisado em: http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/si-estan-calvario-para-donde-fueron-habitantes-calle-cali?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia

²⁵ Como “Loucos” se conhece na linguagem comum à população moradora de rua, de extrema pobreza.

O projeto “Cidade Paraíso”, como aparece nos documentos institucionais, menciona as políticas de assistência social a serem contempladas no Plano de Gestão Social e Intervenção Social”, como segue²⁶

A renovação urbana e social do centro da cidade de Cali implica no desenvolvimento de ações em prol do bem estar social da população assentada na zona. Neste sentido o projeto Cidade Paraíso tem contemplado a gestão e o acompanhamento social como estratégia fundamental para sua adequada execução (EMRU, 2010)

As seguintes ações institucionais estão previstas: diagnóstico social, socialização do projeto a diferentes públicos da cidade, gestão interinstitucional, acompanhamento permanente da equipe social aos lazeres e comerciantes da zona, entrega de reconhecimentos econômicos para famílias e donos de negócios e atenção a lazeres que tenham alto nível de vulnerabilidade²⁷. Mas como se mencionou anteriormente, nas análises feitas nos jornais estes princípios discursivos diferem das praticas institucionais e a intervenção no Bairro “El Calvário” e o projeto de Renovação Cidade Paraíso estão inseridos numa perspectiva nacional e governamental de intervir nos centros das cidades considerados em estado de deterioração, como se expressa no decreto do atual Presidente da Colômbia Juan Manuel Santos, que declarou uma “guerra” aos lugares considerados como “ollas”, o que significa bairros esquecidos, com presença de prostituição, população em extrema pobreza, drogados, deslocados, desempregados etc. Esta “guerra” consiste numa política de controle da zona por parte da policia, abordagens em casas, captura de pessoas que vendem drogas e recolhimento das drogas e armas, pelo fato de que alguns habitantes se dedicam a este comercio, o que justifica o controle por parte da força pública. Assim, o bairro “El Calvário” é visto como um dos núcleos do problema das drogas em Cali, mas dentro desta “visão” está implícita a necessidade de limpar e higienizar socialmente. Num artigo publicado pelo Jornal “El Tiempo” intitulado “O Calvário em Cali, um vendedor invisível” diz que:

Depois da visita de Juan Manuel Santos ao Bronx²⁸ de Bogotá, este declarou a guerra a 24 lugares de venda de droga localizados em 20 cidades do país, um desses é o Calvário em Cali. A polícia metropolitana de Cali tem apreendido nestes três meses mais de 2.25 toneladas de alucinógenos como

²⁶ Tomado de: <http://www.emru.gov.co/contenido/paraiso.html>

²⁷ Tomado de: <http://www.emru.gov.co/contenido/paraiso.html>

²⁸ O Bronx de Bogotá é um bairro com condições semelhantes as do Calvário em Cali, de extrema pobreza, pessoas aditas ao consumo de drogas, habitantes de rua, prostituição, deslocados pela violência, indígenas, desempregados e atividades informais e ilegais

maconha, cocaína, bazuco, heroína. A política metropolitana de Cali adianta diferentes operativos, entre eles tomas massivas dos espaços, abordagens e investigações judiciais que permitem neutralizar o acionar delinquencial. (El Tiempo, 18 Junho, 2014)

Os argumentos demonstram que o Projeto Cidade Paraíso também articula uma estratégia policial de recuperação do espaço sob o argumento de serem lugares de núcleos urbanos de venda e consumo de droga, ao conceber como solução a necessidade de proporcionar segurança e controle na zona. No entanto, é bem sabido que estas redes de venda se re-localizam nos bairros ao redor. A população vira então uma população sem teto, “flutuante” que perambula pelos arredores, tentando sobreviver nas fronteiras do lugar renovado. Com diz o Padre José Gonzáles da Fundação Samaritanos, no artigo intitulado “Aonde se foram os habitantes do bairro El Calvário, trás intervenção na zona?”²⁹ (El Pais, 16 Junho, 2013)

É muito triste ter que ver uma intervenção policial, sem intervenção social. A atomização já está e me dá medo que em Cali não exista um Calvário se não dez Calvários.(2013).

Quanto aos recursos disponíveis para as políticas sociais que deveriam acompanhar os processos de renovação, na secretaria de Bem Estar Social de Cali, fala-se da inexistência desses recursos e sempre no futuro, não de algo palpável:

Segundo, Leonor Garcés, coordenadora da área de população vulnerável da Secretaria de Bem Estar Social, necessitam-se ao menos de \$30.000 milhões (R\$30.000 mil reais) para dar atendimento à população indigente de Cali e hoje não existem esses recursos. Explica a funcionaria que num futuro, ainda sem data, se acudirá às alianças públicas privadas para poder abrir novas casas de passo na cidade. Atualmente só existe uma. O investimento será de \$148 milhões (R\$ 148.000 reais) e permitirá abrir estes centros em Santa Elena e no Bairro As Orquídeas, na Comuna 14. (El Pais, 16 Junho, 2013).

²⁹ Tomado de: http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/si-estan-calvario-para-donde-fueron-habitantes-calle-cali?utm_source=facebook&utm_medium=facebook-pais&utm_campaign=ampliar-noticia.

Deterioração e perda de funcionalidades de centro.

Um das instituições que atualmente faz serviço social na área se chama “Fundação Samaritanos da Rua”, mas o jornal “El Tiempo” do dia 3 de Maio de 2014³⁰ menciona que depois das ações da polícia na zona a área ficou solitária, vazia. O próprio comandante da Polícia, Nelson Rincón, falou da situação da zona como “uma tragédia humana”, pois, estas ações da polícia têm como objetivo a confiscação de armas, drogas e a captura de pessoas dedicadas ao “crime organizado” da cidade. Segundo palavras do próprio comandante, trata-se de “não tirar às pessoas da zona, se não de dismantelar os expendidos de estupefacientes e capturar a quem este comprometido com esse delito”.

No mesmo editorial, o Padre José Gonzalez, diretor da Fundação citada, fala sobre os deslocamentos que vem acontecendo com os habitantes de rua. Ele diz que: “Nesse panorama se tira as pessoas, mas a droga fica ou se translada. As Secretarias de Saúde, Educação, Infraestrutura, Deportes e o ICBF devem agir de forma integral”.

Assim, o negócio, a venda e consumo das drogas, pode ser uma justificativa para a ação policial intervir na zona com o objetivo de executar a limpeza social. É evidente que El Calvário faz parte de um dos pontos de venda de droga da cidade de Cali, sendo ele tão só um dos tantos existentes e a ação policial, além de ir atrás dos lugares e pessoas que vendem, também gera um efeito (direito ou indireto) contra a população habitante da zona, que migra forçosamente para bairros ao redor e os expendidos de droga procuram novos pontos de venda.

Como defende o Padre José Gonzalez, a intervenção deve ser um projeto abrangente com outros aspectos além do policial.

Depois há que se meter com a família, pergunta-lhes de onde provem, por que saíram da sua casa, indagar seu aspecto emotivo e depois vem uma intervenção psicológica e psiquiátrica, com trabalhadores sociais, terapeutas, deportólogos, médicos. É o que chamamos uma cura corporal, mas também mental. (Jornal El Tiempo, Maio 3 de 2014).

³⁰Documento pesquisado em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7bjSne23RcUJ:m.eltiempo.com/colombia/cal+i/cali-y-su-deuda-social-con-los-olvidados-de-el-calvario/12731414+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-beta>

Igual inquietude apresenta um morador de rua que em declarações para o jornal “El Pais” (13 de Abril de 2010)³¹ diz o seguinte:

“Moro neste lugar faz oito anos, às vezes na rua, às vezes em alguma casa. Vou ver se posso continuar no bairro depois das mudanças, ou se não, vou embora para outro lado. Até agora ninguém me tem dito o que vai acontecer com nós? Luis Olmer Santana, habitante das ruas do bairro “El Calvário” (EL Pais, 13 Abril de 2010).

O que se encontrou neste estudo é que se cataloga um bairro como decadente e precário (em termos infraestrutural e social), e se abrem as portas e opções para sua futura recuperação e renovação, pois, a modernização dos lugares não tolera “o velho, o acabado, o decadente, ou o inseguro”, mas ao contrario, estas são características a serem substituídas por meio de uma política de implantação de novas infraestruturas e lógicas de uso do espaço central da cidade. A elaboração do discurso que justifica sua renovação cria a imagem de lugar inseguro, de distribuição de drogas, de informalidade, feio, sujo, com casas em risco de desmoronar, etc. servindo como alicerce para que a intervenção o transforme.

Mas também se encontrou o Estado e o setor privado se eximindo de certa responsabilidade pela deterioração histórica da zona, o qual só vem a aparecer como agentes de transformação positiva.

Na caracterização das condições de habitabilidade encontramos:

- Vários prédios tinham sido modificados na sua estrutura e ditos câmbios não foram reportados nas instâncias correspondentes.
- As construções destes quarteirões que estão na mão de residentes possuidores não contam com serviços públicos.
- Em alguns prédios as praças do imóvel não coincidem com os recibos dos serviços nem com os registros que tem o município em outras dependências.
- A estrutura predial dos quarteirões e de alguns imóveis não coincide com a cartografia existente na zona. (EMRU, 2010, p. 4)

Observa-se que os prédios da área central evidenciam modificações improvisadas, carências no fornecimento dos serviços públicos, evidente estado de deterioração e um padrão de estética urbana que reflete um abandono geral. Este tipo de condições estruturais estão acompanhadas nas representações da população de Cali – de afirmações como “entrar ou morar no bairro “El Calvário” significa perigo, ser susceptível de roubo, um lugar para comprar drogas e muitas sensações associadas à topofobia do “cidadão à pé”.

Neste bairro, cerca de 30% dos prédios tem uso habitacional e alguns deles se misturam com uso para comércio, apenas 9 deles tem uso exclusivamente habitacional. Os usos dos prédios são:

Prédios multifamiliares ou inquilinatos: são imóveis onde moram mais de três lazeres. Nos dois quarteirões há um total de 12 prédios, dois no quarteirão 202 e dez no quarteirão 203. Os inquilinatos mais representativos se localizam em 4 prédios, um no quarteirão 202 e 3 no quarteirão 203, ali estão 53 lazeres cujos integrantes sumam 123 pessoas em total (EMRU, 2010, p. 6)

Este uso corresponde a uma ordem de maior a menor: os de tipo moradia, comércio, misto, industrial e sem informação, sendo os últimos catalogados como prédios sem ocupação, enquanto 10% dos prédios tem uma utilidade industrial que indica uso para reciclagem e venda de alimentos. É importante notar que uma alta porcentagem dos prédios tem dois ou até três andares e foram construídos nos anos 80, o que indica certas condições de manutenção nas duas últimas décadas, em comparação com os prédios qualificados em mal estado que correspondem aos que têm mais de duas décadas e estão em ruína total (EMRU, 2010, p. 7)

- Todos os prédios tem conexão a serviços, mas só 12 prédios tem conexão formal a estes serviços e 8 tem conexões ilegais, incluso alguns não contam com contadores da empresa de serviços
- 13 dos prédios tem paredes construídas com materiais de desperdícios (entre os quais predomina o adobe) e só em 6 prédios prevalece o uso de tijolo.
- A coberta de estas vivendas amostra 9 prédios com cobertura de telha, 6 prédios têm materiais de eternit e madeira y 4 lajes.
- Os pisos são especialmente em madeira (10 prédios) lhe seguem 8 prédios em baldosa/cimento e um prédio em terra.
- Do anterior se conclui que 8 prédios são qualificados em bom estado, 9 em condição regular e 2 em mal estado. (EMRU, 2010, p. 7)

Como queremos enfatizar, enfrentar a deterioração por meio do reordenamento e recuperação do espaço público seria uma “recuperação social”, entendida como uma expulsão e higienização social, e não um melhoramento das infraestruturas existentes ou a gestão de programas sociais. As casas correspondentes ao quarteirão sobre o qual vai-se construir a Fiscalía Geral da Nação (prédio administrativo), já foram demolidas por seu estado de abandono e assim o problema da deterioração se torna um problema político.

O elemento conceitual é o interesse público que demanda a construção de “algo novo” expresso no reordenamento e recuperação do território, e que no Plano se entende por uma

cidade “equitativa e justa para todos”, onde a renovação tem que superar algumas das dificuldades do bairro, identificadas pela EMRU como:

- Relações cidadãs afetadas de forma acentuada por atividades ilícitas e altas condições de insegurança.
- Graves deficiências de habitabilidade para uma grande porcentagem da população pelo número de imóveis de inquilinatos existentes.
- Valoração de algumas famílias de atividades ilícitas como condição de vida e possibilidade de subsistência.
- Relações de convivência familiar permeadas pelo consumo de substâncias psicoativas e existência de atividades ilícitas.
- Presença de organizações ilícitas fortemente estruturadas com raio de ação na cidade e a região. As bandas que incidem são históricas e tem vínculos estreitamente familiares e territoriais.
- Sem infraestrutura pública cultural e recreativa. Mínimos cenários esportivos no bairro. Não há espaços para encontros comuns.
- Morfologia física dos prédios caracterizada pela vetustez e abandono, presença de prédios totalmente inabitáveis.
- Concentração da população na rua de todos os grupos de idade.
- Concentração de vivenda com modalidade de inquilinato.
- Alta concentração de bodegas de reciclagem e população recicladora.
- Alta porcentagem de população que labora no setor informal.
- Pouca afetação do Estado e organismos de segurança.
- Representativo número de entrevistados cabeça de lazer, laboram na comuna ou em setores ao redor. (EMRU, 2010, p. 46)

A descrição do documento acima mostra as dificuldades e problemas do bairro em foco, no qual temos um panorama geral das condições de vida da população moradora (EMRU), afetada pelas atividades ilícitas e a insegurança as ruas, é um bairro sem espaços de lazer nem culturais, marcado pelo abandono e deterioração dos prédios. Trata-se de umas características urbanas e sociais que dão fundamento e legitimidade às posteriores renovações, onde o capitalismo segrega, exclui, condena, assinala e renova, eximindo-se da sua responsabilidade nas soluções desta decadência, tratando-se de áreas de atenção que surgem como desafios sociais e estruturais que o projeto Cidade Paraíso tem que afrontar, sendo elas os pilares sobre os quais se erige e fundamenta a renovação.

Os problemas do centro antigo de Cali, especialmente os bairros que estão sendo objeto de “intervenção e renovação” no projeto Cidade Paraíso, se assentam sobre problemas de tipo estrutural que são prioridades no momento de se elaborar um projeto ou modelo urbanístico futuro, como o que se está analisando aqui:

Entre os problemas estruturais aparecem a insegurança, a proliferação de habitantes em condições de indigência, a adesão as drogas e prostituição, unidos ao escasso equipamento de saúde, a difícil solução ao problema da

vivenda e a falta de oportunidades de emprego como detonador da perda de territorialidade da área (ALCALDIA DE CALI, 2010, p. 185)

A lógica na qual se apoiam os agentes encarregados da renovação considera esta zona como lugar pobre, deteriorado, precário e vazio, que precisaria de projetos inovadores para ser reinserido em demandas globais, segundo a Alcaldía (2010, p. 157):

O que realmente acontece nesta zona é a transição de emprazamentos desocupados, às novas unidades econômicas. Este fenômeno mostra o centro global como uma opção importante para ofertar este tipo de produtos imobiliários nos processos de renovação urbana.

Portanto, a ideia de velhice e decadência se erige sobre a ideia de um centro que perdeu suas respectivas funcionalidades. O centro perdeu a qualidade das suas residências sendo pouco a pouco ocupado por uma população considerada como vulnerável como produto do abandono e distanciamento tanto do Estado, como da ausência de planejamento urbano nas condições sócio econômicas do bairro. É por isso que antes destas condições, alguns dos habitantes antigos do bairro “El Calvário”, lembram que este espaço, tempos atrás, foi possuidor de tranquilidade, paz, seguridade e laços de vizinhança.

Quando eu cheguei ao setor, existiam os três mercados do Calvário, então todo o setor era comercial e residencial, era tranquilo. Quando os mercados deixaram de existir, eu observei que o setor começou a deteriorar-se terrivelmente, no moral, no social, então já a gente não podia caminhar por todo o setor porque assaltavam à gente.

As principais problemáticas do bairro sempre tem sido e não deixaram de ser a violência.

A vida era muito boa, saudável, se poda viver, todo o mundo se conhecia, todo mundo sabia quem era quem, era um bairro feliz para viver em família e em comunidade, não se olhava todo o que hoje vemos, todo o mundo, donos dos seus prédios, trabalhadores queriam sua terra, já agora se vem deteriorando como você esta vendo (Vídeo Institucional Cidade Paraíso)³²

Como se pode apreciar na versão dos seus antigos moradores, antes da sua deterioração o bairro “El Calvário” misturava usos residenciais e comerciais, tinha vizinhança³³ e as pessoas se conheciam. Este processo de deterioração e desvalorização está associado a dois aspectos principais: primeiro, às condições paupérrimas e precárias de vida

³² Video institucional Cidade Paraíso produzido pela EMRU: <https://www.youtube.com/watch?v=7yQOMpEcG28>

³³ O que não quer dizer que no cenário que se considera desvalorizado não tenha este tipo de relacionamentos de vizinhança

da sua população, considerada como vulnerável, e em segundo lugar, às condições de deterioração da sua infraestrutura e imagem espacial, ainda que seu valor como lugar central da cidade e sua localização estratégica seja agora bastante alto. O que se denomina aqui como deterioração das condições de existência dos moradores, se evidencia na situação dos Indígenas Embera Katio (provenientes do Estado de Risaralda), os quais foram deslocados pelo conflito armado nas suas terras consideradas como estratégicas, e torna-se uma população que veio morar no Bairro El Calvário como resultado do deslocamento rural urbano. Chegaram a este bairro “motivados” pelos preços anteriores das habitações, as quais eram “baratas e ao seu alcance”, no valor de 8000 e 10,000 pesos (R\$8 ou R\$10 reais brasileiros) diários. Segundo o Censo Populacional feito pela “Personería de Cali”, seu número era de 199, conformados por 39 famílias (87 menores de 12 anos de idade).

No artículo publicado pelo Jornal “El Pais” (1 de Março de 2014), intitulado “Indígenas Embera Katio vivem em péssimas condições no centro de Cali”³⁴ se pode ler essa situação.

O cheiro de fumaça, que vem do forno onde cozinham o pouco que tem, penetra os ossos, tanto como a pobreza e a sujeira do lugar. É parte de viver alí, nesse quarto pagado no Bairro El Calvário, no Centro de Cali, onde não há leis senão drogas e violência. Em cada quarto vivem até sete ou oito pessoas num espaço onde não caberia nem sequer uma cama dupla. E assim, de quarto em quarto, são em total 190 indígenas Emberá Katío, que chegaram desde Pueblo Rico, Risaralda. São 40 famílias em total que respiram um ar queimado, que dormem no chão e se repartem entre três casas da mesma quadra (Jornal El Pais, Março 1 de 2014).

O Projeto Cidade Paraiso, por meio da “Personería de Cali” fez um Censo no dia 28 de fevereiro de 2014³⁵, para saber as condições de vida dessa população, evidenciando-se os seguintes problemas: falta de alimentos como consequência do desemprego, problemas de saúde (especialmente nas crianças), infraestrutura inadequada e insalubre e insegurança ao redor do bairro. Apesar da existência destas condições e da superlotação, a comunidade indígena Emberá Katio também teria que sair do bairro para dar início às respectivas obras da renovação. Trata-se de uma população que tem que se inserir no mercado informal de trabalho e viver do dia a dia, as mulheres trabalham na rua pedindo esmolas e os homens trabalham

³⁴ Tomado de: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/embera-katio-viven-verdadero-calvario-cali>

³⁵ Tomado de: <http://www.personeriacali.gov.co/actualidad/noticias/1492-critica-situacion-humanitaria-vive-comunidad-embera-que-habita-en-el-sector-del-calvario-en-cali#.U3YA-0DyDIV>.

vendendo picolé nas ruas do Centro, fazendo parte desse “senso comum” que considera o bairro El Calvário como “deteriorado, sujo e feio” pela presença de grupos humanos empobrecidos, dos quais este grupo é só é um exemplo.

CAPÍTULO 4. PONTOS DE CONVERGÊNCIA. “A CIDADE NO PAPEL E AS INTERVENÇÕES NOS CENTROS DAS CIDADES”

Para situar os aspectos mais significativos dos tipos de intervenções analisados e explicitar suas diferenças e semelhanças, partimos da suposição de que as diferenças expressam as lógicas próprias de desenvolvimento, supõem particularidades que fazem do caso selecionado uma unidade, e resultam da maneira como os casos em menção se afirmaram a partir das conotações que adquiriram (ou que ainda adquirem). A diferenciação também supõe que o caso selecionado possui uma identidade que lhe pertence, a qual provém da forma específica, como foi pensada e executada a intervenção e as lógicas de higienização social do espaço.

Portanto, neste capítulo se tenta apontar as diferenciações e também a maneira pela qual permitiram compreender como as cidades encontraram uma ponte em comum, nas formas e estratégias como foram sendo articuladas em períodos históricos específicos. A partir dos respectivos programas de intervenção e recuperação dos seus Centros, as cidades programaram um conjunto de planejamentos estratégicos para afiançar sua articulação com outras escalas que extrapolam seu âmbito local e nacional, para se vincularem aos cenários continentais e globais, o que supõe formas particulares de como as duas cidades se vinculam com uma tendência mundial. Apesar das diferenças aqui explicitadas na renovação e no tipo de gentrificação, estes supuseram certa integração ao mundo global por meio da criação de zonas de consumo, lazer, turismo, mobilidade, refuncionalização administrativa e cultural e, também, a utilização do patrimônio como estratégia de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, as semelhanças não implicam que sejam projetos da mesma estirpe ou que sejam espaços homogêneos; as semelhanças podem expressar pontos de encontro dos respectivos projetos em relação à necessidade de “revitalizar, recuperar e re-funcionalizar” um espaço que era considerado esquecido e em estado de deterioração. Vale à pena dizer que, hoje em dia, o nível de abrangência dos projetos de intervenção nos dois centros está sendo ampliado, indo além dos bairros centrais que fazem parte do centro histórico, já que os agentes nas duas cidades, planejam implementar nos próximos anos megaprojetos de renovação dos seus Centros (o que não foi o foco de atenção deste trabalho, devido ao tempo que não permitiu abranger esse campo de estudo). No entanto, um aspecto desse nível macro

das transformações urbanas contemporâneas já abordadas, diz respeito às capitais dos seus respectivos Estados (Bahia) ou Departamentos (Valle del Cauca).

Apresentamos a seguir alguns elementos comparativos entre os dois casos analisados, tendo em vista as reflexões feitas no capítulo metodológico com base nas categorias analíticas “A cidade no papel”, “Limpar e Higienizar para Intervir e Recuperar” e “A precariedade social e infraestrutural como justifica da intervenção”. Além destas categorias se selecionaram outros itens e temas que serviram para organizar a informação levantada.

Os dois processos de intervenção e recuperação dos bairros que fazem parte dos respectivos centros histórico e antigo foram feitos a partir de **programas** que tinham como alvo, em primeiro lugar, implementar um tipo específico **de recuperação e refuncionalização de Centros Urbanos**, o que no caso do Pelourinho, consistiu na relação entre Patrimônio, Cultura e Economia, fazendo do patrimônio, da história e da cultura um objeto de desenvolvimento econômico da cidade, na medida em que se promoveu uma imagem da cidade atravessada por sua cultura como objeto de consumo, lazer e folclore. No caso de Cali, sua recuperação consistiu na refuncionalização do centro por meio da recuperação de seu sentido administrativo, comercial e de mobilidade. Em segundo lugar, os dois programas projetaram o centro como **lugar estratégico para fazer parte de um mundo global**, seja pela via do turismo e da cultura, ou pela via da recuperação das funções administrativa e comercial, melhorando assim os níveis de integração e aperfeiçoamento funcional da cidade com o regional, o nacional e o mundial.

Nos dois casos analisados se identificou um **“vocabulário comum” (discurso) que passou a fazer parte do desenvolvimento urbano e das formas de intervir na cidade**, o que foi assinalado nos documentos institucionais dos respectivos programas. Neles se destacaram, por exemplo: “recuperação”, “modernização”, “revitalização”, “renovação”, “parcerias público-privado”, “desenvolvimento turístico”, “refuncionalização do centro”, “aperfeiçoamento dos bens e serviços que a cidade oferece”, “cooperação multilateral”, “formação de áreas para comercio, serviços e turismo”, “fornecimento de espaços públicos para o pedestre”, “competitividade”. Estes conceitos fizeram parte das diversas concepções de intervenção e se tornaram um alvo a ser alcançado, sendo o mais forte a noção de “competitividade”.

Este último conceito indica a construção de um cenário cujas condições possibilitariam ao centro (seja histórico ou antigo) posicionar favoravelmente a cidade no contexto da concorrência interurbana, aproveitando desta maneira vários aspectos que poderiam marcar

diferenciações importantes e, também, posicionar a cidade vantajosamente em comparação com outras. A concorrência inclui a construção ou consolidação de zonas específicas de circulação e consumo dos lugares, tornando-os atrativos e chamativos para quem os frequenta. Nesse sentido a história, o patrimônio, sua estética de fachada, museus, igrejas, vida cultural, eventos e até a identidade dos lugares viram alvo das estratégias de desenvolvimento que enxergam no espaço uma forma válida de gerenciar recursos e gerar ingressos para a cidade, especialmente pela via do turismo e da cultura, como é o caso do Centro Histórico de Salvador, ou pela via da recuperação funcional e renovação dos lugares centrais, como é o caso do projeto Cidade Paraíso.

O papel ativo de grupos empresariais, agentes imobiliários e do Estado nos programas. Os primeiros são encarregados do desenvolvimento econômico da zona e, o segundo, o promotor da imagem da cidade por meio de campanhas agressivas de publicidade que evocam um centro recuperado, limpo, seguro, amável, transitável e pronto para ser consumido pelos cidadãos e turistas. Os dois agentes vão à procura do benefício do “uso do solo urbano” e do “marketing urbano” que possa oferecer o lugar. Para o caso dos programas de Recuperação do Pelourinho, muitos autores convergem em afirmar que o que se construiu nesse bairro e faz parte do Centro Histórico foi um “shopping a céu aberto” desde a década dos anos 90 (ver, por exemplo, Fernandes, 1995; Sant’anna, 2004; Mourad, 2011). E para o caso de Cali, o projeto é voltado para construir uma zona comercial com um Shopping, sede administrativa e polo de mobilidade urbana para facilitar o seu acesso e articulação com a cidade em geral. Nos dois casos, prima a ideia que assinala Arantes (2000), ao afirmar que uma das tendências contemporâneas das cidades latino-americanas consiste na construção de lugares enfocados no uso comercial, seja na forma de Shoppings, como estratégia de desenvolvimento, ou a consolidação de diversos pontos que focalizam consumos do lugar. É por isso que muitos dos lugares das cidades contemporâneas podem parecer semelhantes nos usos do solo urbano, já que estão sustentados em critérios de desenvolvimento que abrem espaço para os agentes privados da construção, do capital imobiliário e os empresários, os quais têm como alvo o lucro do solo por meio das suas funções comerciais e o aproveitamento estratégico devido também a seu posicionamento geográfico na cidade, pois o centro sempre é núcleo de diversos processos sociais, políticos, econômicos e culturais importantes para a cidade em seu conjunto.

Um das inquietações que foi surgindo no trabalho consistiu em saber se estes processos de recuperação eram influenciados por lógicas mais extensas das propriamente

locais, se tinham processos globais atraindo de múltiplas maneiras as transformações urbanas locais e a maneira como estas transformações urbanas permitiam afirmar a cidade de forma mais ativa numa rede global. Nesse sentido, as duas cidades teriam estratégias diferenciadas, por um lado a turistificação e, por outro, a refuncionalização que afirmariam sua articulação (claro esta, com múltiplas tensões sociais) no contexto global.

Os dois processos de recuperação romperam com o perfil residencial do bairro.

Antes da recuperação e intervenção, a vocação dos dois bairros era residencial e um dos objetivos perseguidos foi a modificação da vocação da propriedade e das funções em termos de ocupação do solo. Depois do processo de intervenção prepondera o uso comercial e de serviços em detrimento do residencial. Nesse caso, o CHS foi emblemático para pensar o que aconteceu (e ainda acontece) no Centro de Cali com o projeto Cidade Paraíso, já que a modificação do perfil residencial foi traumática, profunda, intensa e conflituosa para os moradores de ambas as cidades. Processos bem semelhantes aconteceram no Centro de Cali, tal qual aconteceu no Centro Histórico de Salvador, dos quais podemos ressaltar as seguintes: A) negociações que tinham como objetivo específico à expulsão da população, oferecendo preços muito baixos sobre o valor degradado da propriedade e oferecendo para os habitantes, proprietários no bairro “El Calvário” em Cali, o que se denominou no Pelourinho “Cheque Despejo”, quer dizer um dinheiro por baixo do preço real da propriedade. Este preço não foi produto de consensos nem acordos. Por exemplo, segundo a presidente da Associação de Proprietários do Centro de Cali, Aproencali, “existe muita inconformidade com os avaluados apresentados pela EMRU na valoração do terreno. São prédios subvalorados em 40% ou 50% sob o que os donos estimamos que é o valor comercial real”³⁶. B) As pessoas que eram “alugadoras” (inquilinos) tiveram que procurar outros lugares para morar, que no caso do bairro El Calvário, não receberam dinheiro, nem auxílio tipo moradia por parte da Prefeitura, tal como aconteceu no Pelourinho. C) Aconteceram subvalorizações das propriedades, as quais tinham em conta seu estado histórico de deterioro (ver fotos em anexos) para realizar os pagamentos, esta foi uma forma como se estipulou o valor dos prédios e das casas.

Participação das instituições multilaterais de caráter mundial. Tanto o Banco Mundial, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), fazem parte das instituições de caráter multilateral de financiamento. Tanto no documento do IPAC (1997) para o caso do Pelourinho, como no documento da EMRU (2010), se estipula que a inserção do capital estrangeiro no financiamento dos programas de renovação supõe a criação de

³⁶ Tomado de: Jornal El Pais.com.co. “Valor da terra obstáculo para a renovação do centro de Cali”. Abril 27 de 2014

condições específicas para ter acesso ao crédito (definidas pelas instituições) e que esses recursos (investimentos) têm que ser recuperáveis ao longo prazo. Assim, inserem-se as lógicas do mercado (oferta e procura) nas dinâmicas do solo urbano e seu respectivo uso, procurando a rentabilidade dos mesmos. Ver, por exemplo, a análise desenvolvida por Carrion (2013, p. 524) segundo o qual a centralidade histórica deve readequar-se às novas funções da cidade para as quais se recorre a grandes projetos de investimento, que são significativos em infraestrutura ou recuperação, estes incluem: melhoramento de transportes para aperfeiçoar a articulação do centro com a cidade, recuperação e revitalização de funções, atividades econômicas, consolidação de espaços culturais e turísticos, renovação de casarões antigos para usos culturais, remodelação de igrejas, museus, etc. trazendo como consequência o esvaziamento e despovoamento do Centro.

Nesse sentido o CHS permitiu pensar e identificar que uma das tendências dos projetos de recuperação e revitalização do Centro consiste no esvaziamento e despovoamento, uma vez que este tipo de rumo foi o que aconteceu no Projeto Cidade Paraíso, no qual a renovação prescindia da população moradora, ela não é considerada nas respectivas projeções no novo centro. No entanto fica uma preocupação que consiste em se perguntar, tal e como aconteceu no CHS, quem e como dar vida ao centro sem população moradora? Como evitar os processos de esvaziamento? Quando um espaço vira comercial e de consumo turístico é suficiente para garantir o fluxo de pessoas? Estaríamos assistindo então a projetos de recuperação dos Centros onde eles já não seriam mais moradia e só definidos por diversos usos.

Os dois projetos fazem parte de um conjunto e nível de abrangência ainda maior, de outras renovações urbanas que as respectivas cidades vão empreender nos próximos anos, no qual seu nível de abrangência vai abarcar o que se denomina como “Centro Antigo”. Este tipo de projeção se pode evidenciar tanto no documento do IPAC (2010) (para o caso de Salvador) no qual se denomina “Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo”³⁷, como no documento da Prefeitura de Cali (2010) que se denomina “Plano do Centro Global”. Ambos se integram em mega-projetos de renovação urbana, os quais segundo

³⁷ Projeções a futuro ao redor do Centro Histórico de Salvador: “Hotel Hilton Salvador (Área Contorno-Comercio), projeto estrangeiro. Hotel Design Salvador Bahia localizado na praça Castro Alves e executado pela Prima Empreendimentos. Casarão 28 Bed and Breakfast, travessa Vidal da Cunha –Avenida contorno; vista para a Bahia. TXAI Salvador Hotel e Residence e duas unidades imobiliária, próximo ao convento Santa Tereza 2 de Julho e Ave Lafayette Coutinho e a Rua Visconde Mavá próximo ao contorno. Cluster Santa Tereza (Eufort Patrimonial e RFM Participações, no 2 de Julho já adquiriram 50 imóveis”

Nobre (2003, p. 2) “procuram atrair novas atividades econômicas através da construção de centros cívicos, de negócios, comerciais e de turismo, com suas modernas torres de escritórios, shopping centers sofisticados, hotéis, centros de convenções, restaurantes, complexos poliesportivos e parques temáticos em varias cidades do mundo”. Estes mega projetos têm como característica os grandes investimentos em infra-estruturas, projetam a cidade mais além do cenário local fortalecendo seus laços com a região, seu papel como capital de Estado (Bahia) ou Departamento (Valle del Cauca), seu nível de articulação com o país e sua projeção continental e mundial. São renovações ao longo prazo e contêm fortes participações de capital internacional.

Limpar e Higienizar para Intervir e Recuperar.

A população que habitava o centro mudou, ela foi deslocada e expulsa por meio de lógicas de higienização e limpeza social, porque uma das tendências mais explícitas dos respectivos projetos era a consolidação de um lugar recuperado sem presença da antiga população moradora. Esta população que habitava o bairro faz décadas e considerada como tradicional, foi nomeada por meio de muitos estereótipos que giravam principalmente sobre sua condição de vida no bairro, e a imagem que projetava o bairro com eles como moradores. Circularam imagens como a de bairro perigoso, violento, inseguro, lugar de compra e venda de droga, micro-tráfego, prostituição, lugar da malandragem, deteriorado, etc. Em primeiro lugar, as condições em termos de infraestrutura e saneamento básico foram semelhantes: muitas das casas antigas foram transformadas em casarões ou inquilinatos, estes lugares com o passar do tempo foram padecendo de decadências nas infraestruturas, esquecimento por parte de políticas públicas (saneamento, manutenção, limpeza, segurança etc.).

Um aspecto que pouco se enxerga é que algumas das reformas que foram feitas nos prédios eram realizadas pelos próprios inquilinos e habitantes, os quais faziam a respectiva manutenção do lugar e do bairro em geral, que apesar das suas condições precárias de existência conseguiam manter o lugar em condições mínimas (mais precárias) de habitabilidade. Pode-se afirmar que os dois bairros em menção não ficaram em piores condições físicas graças ao uso e manutenção feitos pelos habitantes. Em entrevista realizada no dia 3 de Maio de 2014 a Aurício Apolinar de 48 anos de idade e atual morador do bairro Pelourinho, ele afirmou que uma das características sociais que tinha o bairro antes do processo de recuperação era a solidariedade e o trabalho coletivo entre os vizinhos quando de

concertar as casas se tratava. As pessoas utilizavam seu tempo livre para colaborar na reparação dos casarões por diversos problemas como por exemplo: esgotos, troca de madeiras podres, pintura, colocar janelas, fazer reparações dos tetos, etc. segundo ele, foram os próprios moradores os que conservaram os casarões para que não ficaram pior do que foram encontrados ao momento em que começaram os programas de recuperação. Estas pequenas reparações também eram feitas para posteriormente alugar quartos nos casarões na modalidade de inquilinatos. Isto devido a que muitas das casas e casarões não tinham um bom sistema de saneamento básico havia falta de água e eletricidade, o que levava a métodos pouco convencionais para adaptar as moradias.

Os moradores tinham alguns aspectos semelhantes nas condições laborais tanto do Bairro Pelourinho e Calvário antes da recuperação: famílias, trabalhadores informais, mães chefes de famílias, prostitutas, comerciantes, trabalhadores diaristas, aposentados, desempregados, ofícios vários e algo em comum: o centro é o núcleo de vida e das suas atividades sociais e laborais. Eles junto com habitantes de rua, ladrões, vendedores de droga e população em situação de miséria e abandono, conformavam as características sociais e culturais do lugar.

A comparação realizada nesse estudo mostrou que devido ao padrão de intervenção, a população moradora tornou-se desnecessária e por isso foi realizada a sua exclusão e expulsão. Assim, a recuperação utilizou um tipo de gentrificação, que consistiu na retirada e expulsão desta população para abrir caminho a uma reconquista do espaço através de investimentos, negócios, comercio, lojas, hotéis, restaurantes, artesanato e todo um novo ambiente que daria uma “nova cara” e “imagem” ao centro. Nesse sentido o caso do Pelourinho que aconteceu desde a década dos 90 foi bastante emblemático para pensar o caso do “El Calvário” o qual começou a se gestar desde o início do 2000 e ainda hoje esta em execução. A população que era moradora sempre virou um problema que desde a perspectiva de tipo específico de recuperação urbana deu como resultado uma modalidade específica de gentrificação, que no caso das duas cidades aqui estudadas, corresponde ao que Carrion (2013) denomina como “Boutiquização”, que se caracteriza por: 1) Mutaçao da função residencial por outras funções e usos do solo urbano. 2) Redefinição da centralidade a partir da revitalização do centro com múltiplas funções, sejam elas comerciais, administrativas, culturais e econômicas. Mas o que caracteriza este processo é que o centro perde seu componente residencial. 3) Diferenças entre Gentrificação, e “Boutiquização”, quem retoma ou reconquista o espaço não é a classe alta (pois estas não tem interesse em morar nele), e sim

um conjunto de negócios de variada estirpe que faz do lugar um “shopping a céu aberto” 4) Limpeza social dos antigos moradores 5) Inserção das dinâmicas econômicas do centro nas lógicas do mercado.

Figura 11. Fotos Salvador. Bairro Pelourinho



Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994³⁸.

Figura 12 - Bairro Pelourinho



Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1994³⁹

Figura 13 - Bairro Pelourinho



Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1994⁴⁰

Figura 14 - Bairro Pelourinho



Fundação Cultural do Estado da Bahia. 1994⁴¹

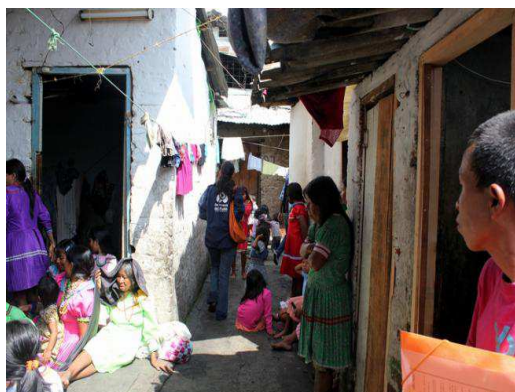
³⁸ Pelourinho: Centro Histórico de Salvador Bahia: A grandeza restaurada. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador 1994.

³⁹ Pelourinho: Centro Histórico de Salvador Bahia: A grandeza restaurada. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador 1994.

⁴⁰ Pelourinho: Centro Histórico de Salvador Bahia: A grandeza restaurada. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador 1994.

⁴¹ Pelourinho: Centro Histórico de Salvador Bahia: A grandeza restaurada. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador 1994.

Figura 15 - Fotos Cali, bairro “El Calvário”



Fonte: Jornal El Pais, 3 de Março de 2013⁴²

Figura 16 - Bairro “El Calvário”



Fonte: Jornal El Pais, Março 1 de 2013⁴³.

Figura 17 - Bairro “El Calvário”



Fonte: Jornal El Pais, Março 1 de 2013⁴⁴.

Figura 18 - Bairro “El Calvário”



Fonte: Jornal El Pais, 3 de Março de 2013⁴⁵

A falta de articulação entre intervenção e políticas sociais. Nenhum dos dois programas de intervenção sabiam o que fazer com a população moradora em termos de definir sua re-localização. Os projetos de moradia e reabilitação do bairro Pelourinho e “El Calvário” faziam parte da “cidade no papel”, de discursos institucionais, os quais diferiam e tinham uma ampla distância com as praticas institucionais das entidades encarregadas da execução dos respectivos projetos. Tratava-se de programas de intervenção com pouca ou nula vocação

⁴² Jornal El Pais, 3 de Março de 2014. Ver: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/fotos/imagenes-viaje-interior-calvario-llamadas-ollas-centro-cali>

⁴³ Jornal El Pais, 1 de Março de 2014. Ver: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/emberakatio-viven-verdadero-calvario-cali>

⁴⁴ Jornal El Pais, 1 de Março de 2014. Ver: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/emberakatio-viven-verdadero-calvario-cali>

⁴⁵ Jornal El Pais, 3 de Março de 2014. Ver: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/fotos/imagenes-viaje-interior-calvario-llamadas-ollas-centro-cali>

residencial e assinala-se que antes da intervenção eram lugares residenciais. O processo de recuperação do CHS afetou principalmente à população que era pobre, alugadores e na sua maioria negra. Este processo teve diferentes momentos onde foi criticado por sua vocação comercial e turística que ia em detrimento aos interesses dos moradores, daí que surgiu (como foi explicado no capítulo sobre Pelourinho) o Termo de Ajuste da Conduta. Um processo semelhante acontece atualmente no Projeto Cidade Paraíso, o qual até na atualidade está passando por um freio jurídico devido à situação humanitária da comunidade Indígena Embera Katio os quais são aproximadamente 210 integrantes e que moram nos inquilinatos faz aproximadamente um ano. O retrocesso jurídico que afronta o projeto Cidade Paraíso consiste em saber qual vai ser o destino dos Indígenas após o início das obras, para isso segundo o jornal “El País” do dia 23 de Janeiro de 2015⁴⁶ titulado “Indígenas do Calvário serão realocados em um mês”, se tem pensado mandar a eles para três Municípios opcionais (Pueblo Rico, Virginia, Cartago) no qual se tem que garantir educação, saúde e projetos produtivos.

As negociações estabelecidas entre moradores e o Estado não favoreceram aos moradores. O objetivo era expulsar a população e os **tipos de pagamento** nos dois casos, geraram tensões e inconformidades que se podem resumir em dois aspectos principais: 1) O valor que se pretendia pagar aos moradores proprietários não correspondia ao valor real do imóvel, já que os pagamentos efetuados eram feitos sobre as condições de deterioração do imóvel e não sobre sua posição estratégica no centro da cidade. 2) Os pagamentos recebidos (especialmente no caso do Pelourinho) para aluguel de outro imóvel, só garantiam a saída do lugar, e foi denominado como “cheque despejo” (ver capítulo sobre Pelourinho), servindo apenas para pagar um ou dois meses de aluguel em outro lugar, especialmente na periferia da cidade e fora do alcance (quer dizer do centro) das atividades cotidianas das pessoas que moravam no Pelourinho. Esta situação de deslocamento espacial levou a uma reconfiguração das atividades sociais e econômicas das pessoas que moravam no Centro, tanto no “Pelourinho” como no “Calvário” a população que foi expulsa começou a ocupar casas ou alugar quartos nos arredores da “fronteira das intervenções”, as pessoas que moravam no bairro “El Calvário” do centro da cidade de Cali começaram a ir aos bairros São Pascual, Sucre e Bairro Obreiro. Este fenômeno de deslocamento também se evidenciou em primeira instância no caso do Pelourinho, onde os antigos moradores foram a morar nas casas abandonadas e inquilinatos dos arredores do foco da renovação, localizando-se na Ladeira do

⁴⁶ Tomado de: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/noticias/indigenas-calvario-seran-reubicados-mes>.

Tabuão e Rua dos Sapateiros, repetindo as mesmas condições sócio espaciais que se evidenciavam antes da renovação.

A precariedade social e infra estrutural como justificativa da intervenção.

Revalorização. Estes bairros antigos eram considerados “desvalorizados” pelas suas condições sociais e de infraestrutura nos quais estavam, esta situação serviu de fundamento para comprar as casas a preços mais baixos dos reais o qual gerou desconforto nas respectivas populações. Noutra etapa posterior às intervenções de recuperação dos centros, e tendo em conta as respectivas transformações sociais e espaciais, os bairros foram revalorizados, os preços subiram e as casas foram compradas pelo Estado ou agentes particulares para dar espaço à chegada dos negócios e comércio em geral. A revalorização foi acompanhada da sua conversão em novos usos, funções e estética do solo urbano, incluso, nas formas de ser e estar no espaço.

Figura 19 - Salvador. Antes e depois da renovação



Fonte: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1994.

Figura 20. Cali. Antes e depois da renovação



Fonte: Jornal El Pais, 3 de Março de 2013⁴⁷.

Estereótipos. Os moradores antigos tinham uma “má reputação” o que foi convertido em uma representação social construída pelos meios de comunicação e promovida pelas Prefeituras⁴⁸. A imagem dos bairros antigos como lugares violentos, cheios de malandragem, venda de droga, prostituição, insegurança, informalidade, negócios ilícitos etc. faz parte das hipóteses aqui sustentadas, já que estas representações foram construídas com o intuito de viabilizar e justificar a transformação do lugar. Seguindo esta lógica pós-renovação, o bairro seria “limpo, seguro, amigável, consumível, tranquilo, funcional, formal, legal, turístico e transitável”. Sendo o caso da cidade de Cali muito mais intenso e marcante nesse sentido, pois o fato de ser “El Calvário” um bairro denominado na linguagem comum e incluso institucional como “Olla”⁴⁹ legitimou tipos de intervenção que visavam a higienização do lugar, sua “recuperação” e conquista por varias expressões da “legalidade”, por exemplo, o lugar começou a ter policia nas ruas, se definiram os proprietários e usos das casas, já não existem mais inquilinatos nem população habitante de rua, usualmente outorga-se ao lugar um uso administrativo, comercial e turístico e o lugar virou alvo de campanhas de publicidade que divulgam uma nova imagem da cidade. Nesse sentido o caso do CHS que foi preponderantemente turístico, divulgou uma ideia de Centro Histórico que refletia a

⁴⁷ Jornal El Pais, 3 de Março de 2013. Ver: <http://www.elpais.com.co/elpais/cali/fotos/imagenes-viaje-interior-calvario-llamadas-ollas-centro-cali>

⁴⁸ Ver o capítulo sobre os casos de Salvador e Cali, onde se citam algumas versões das próprias prefeituras e jornais sobre a imagem construída dos moradores e dos bairros em geral.

⁴⁹ Quando um bairro é denominado “Olla” significa sinônimo de perigo, micro tráfico de drogas, que seus moradores na sua maioria são habitantes de rua, inquilinatos, sobrelotação, assaltos, etc. estas “Ollas” estão localizadas nos centros das cidades.

identidade da cidade, sua história e incluso seu componente étnico, reivindicando aspectos promocionais da cultura Afro como gancho e estratégia de atração para ser um lugar altamente frequentado. O caso do Pelourinho é emblemático em termos de promoção cultural e uma estética de fachada, e o caso de Cidade Paraíso em termos de divulgar uma “nova cidade com um centro para todos”

Funções. Essas imagens afirmaram a necessidade de re-funcionalizar a cidade, e especificamente o Centro diante de um processo de estagnação econômica, social e cultural que foi se forjando décadas atrás, associado a vários aspectos, dentre eles: precariedade da população; perda das funções do centro como lugar de moradia digna; ausência e dificuldade de manter atividades administrativas, culturais, comerciais e de mobilidade. Os centros urbanos, sejam denominados centros históricos ou administrativos são potencialmente rentáveis pelos diversos usos que podem oferecer, essa qualidade deles permite projetar e impulsar com mais força as intervenções. Eles são o alvo do que Harvey (2007) denomina “Ajustes espaciais”, os quais são políticas sociais, econômicas, culturais e geográficas que consolidam novas espacialidades transformando fortemente os usos antigos visando a rentabilidade desde diversos focos.

Fronteiras. Os arredores da área de influencia dos programas de intervenção e recuperação marcam uma linha fronteira até onde espacialmente foi delimitada, sendo possível afirmar que a recuperação tem “uma cara para mostrar e outra para ocultar”. A primeira, faz parte do perímetro urbano que foi foco da intervenção e alvo das políticas de desenvolvimento econômico-cultural ou conservação patrimonial, a segunda cara faz parte de um mundo “subterrâneo” do qual são protegidos os turistas e cidadãos, é outra face onde a intervenção não chegou, mas mostra os bairros para onde os habitantes que foram expulsos se deslocaram com suas respectivas atividades econômicas e foram ocupando espaços como moradores de rua ou em inquilinatos. No caso do Pelourinho, vale à pena mencionar que a área onde foram “migrando” os antigos moradores foi a Ladeira do Taboão e Baixa dos Sapateiros e o caso do Bairro “El Calvario” em Cali, os bairros “Sucre e San Pascual”. Em entrevista feita no dia 16 de Maio de 2015 a Elizabeth, dona de casa e que mora faz 21 anos na Ladeira do Passo, segundo ela nenhum prédio foi renovado para moradia para as pessoas e a renovação significou “uma reforma de casas, elas caíam e precisavam de reformar, as pessoas escoliam dinheiro (indenização) ou relocação para outro prédio que já tinha sido reformado, esses predios eram só por aqui, em Tabuão, no Passo”.

AS DIVERGENCIAS: SUAS PROJEÇÕES PRÓPRIAS.

- **Tipos de refuncionalização dos centros.** Salvador e Cali foram cidades nas quais os agentes intervieram e revitalizaram seus centros para inseri-los, de formas específicas, no mundo da concorrência interurbana global, o que se traduz em desenhar e implementar estratégias de desenvolvimento urbano para melhorar a funcionalidade da cidade, ampliar o investimento de capitais (sejam nacionais ou estrangeiros) e fazer com que a cidade seja regida pelo marketing e racionalidade de tipo empresarial. Esta ideia se traduz na implementação e consolidação de novos usos do espaço central, tendo em vista que ele é parte fundamental da vida social, econômica, política e cultural da cidade. No entanto, ao longo do presente trabalho se identificou que cada cidade teve padrões próprios de intervenções e incluso estes iam-se transformando com as diferentes fases e desafios. Para o caso do Centro Histórico de Salvador, o Pelourinho foi recuperado seguindo a lógica de aproveitamento econômico do patrimônio histórico e cultural, estabelecendo alianças entre Cultura e Economia, espetacularização da sua história, monumentalização da arquitetura colonial e difusão do tema “afro” por meio da sua promoção cultural. O fato de ter sido denominado “Patrimônio Histórico da Humanidade” em 1986 serviu para impulsiona-lo como projeto de preservação associado ao desenvolvimento econômico. Por outro lado, no caso de Cali, a renovação foi focada segundo critérios de refuncionalização e recuperação de suas funções administrativas, comerciais e de mobilidade, criando uma infraestrutura básica que lhe permitisse projetar esta ideia de núcleo urbano e centro administrativo, além de espaços públicos para eventos culturais. Recuperação supus então refuncionalização, reutilização a desenhar estratégias de aproveitamento do lugar para projetar a cidade num plano mais global.
- **Processos de recuperação.** Da perspectiva funcional ou tradicional se caracterizaria por: no caso de Cali (funcional) sua integração intra-urbana, mediante a consolidação de múltiplas funções, centralidade do mundo empresarial e símbolo dominante de centro comercial, além da revitalização das suas funções políticas e administrativas. No caso de Salvador (tradicional), a recuperação da centralidade estaria baseada num processo histórico de longa data, e no resgate do significado do momento fundacional da cidade, cuja existência é resultado da ação pública e tem como um dos seus símbolos a praça, os monumentos, sua patrimonialização, sua história e sua cultura como capital simbólico da cidade.

- No caso do Centro Histórico de Salvador, existe uma clara diferenciação que se refere à separação das funções administrativas, as quais foram deslocadas desde o final dos anos 70 para um novo Centro Administrativo, localizado na Avenida Paralela.
- Enquanto o Centro da cidade de Cali vincula-se com a ideia de um “Central Business District”, quer dizer, que o centro é o coração administrativo e comercial das grandes aglomerações e estaria chamado a desempenhar atividades de gestão administrativa, financeira e política (Castells, 1979, p. 82), sendo ele um dos núcleos das atividades vitais da cidade (comercio, política, administração)
- A mobilidade no centro é um tema que acompanha as estratégias de transformação urbana, tanto pelo lado de garantir a acessibilidade de veículos, como de ser percorrido pelo pedestre. Para o caso de Cali se tem como alvo a construção da infraestrutura para o projeto de mobilidade do Massivo Integrado de Ocidente (MIO) e de espaços abertos para o pedestre. Para o caso do Pelourinho, o projeto de mobilidade foi pensado para o pedestre, com o objetivo de poder percorrer os museus, igrejas, casarões, restaurantes, lojas, artesanatos e a vida noturna. No entanto, seu acesso está estabelecido através das ruas contíguas ao Pelourinho, daí que o Programa de intervenção construiu alguns estacionamentos, tal qual foi descrito em capítulos anteriores. Nesse sentido os dois casos analisados evidenciaram enormes diferenças na implementação de estratégias de mobilidade dos respectivos centros. Os fluxos de pessoas em Pelourinho foi pensado para percorrer suas ruas, onde o frequentador do Centro Histórico poderia caminhar, tirar foto, ir a museus, restaurantes, lojas de artesanato, assistir peças de teatro, eventos musicais, culturais etc. além que as ruas empedradas evocam uma fase da história da cidade e da sociedade em geral (pois estas foram construídas por escravos desde os tempos coloniais). No caso do Centro de Cali o fluxo combina tanto de pessoas e carros, ambos sendo fortalecidos pela construção do Sistema de Transporte Massivo (MIO).
- O processo de intervenção no Pelourinho, especialmente na sua Sétima Etapa, deu origem a um processo de resistência e mobilização, criando-se a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH), a qual reivindicava a permanência dos moradores no seu bairro, maior participação democrática nas decisões e gestões da renovação, luta no âmbito político e jurídico para que a proposta de intervenção não deslocasse os moradores e para que esta tivesse uma proposta de tipo residencial. A AMACH, junto com outras instituições e organizações, teve a capacidade de frear processos de deslocamento e fazer assinar uma carta de compromisso intitulada “Termo de Ajuste da

Conduta” (TAC). Em comparação com o caso de Cali, na atualidade estão surgindo e se estão produzindo algumas mobilizações dos moradores, os quais foram expulsos sem nenhuma forma de organização coletiva (até o momento) que possa frear o projeto de intervenção, salvo o posicionamento da “Fundação Samaritanos da Rua”, através de algumas críticas no jornal local ao processo de expulsão dos moradores. No mês de Julho de 2014, se produziu uma mobilização no centro da cidade para rejeitar as políticas e intenções do projeto Cidade Paraiso, segundo o Jornal “Pazifico notícias” em notícia publicada no 17 de Julho de 2014 se diz o seguinte:

Apois de percorrer as principais ruas da cidade, com cartéis e arengas em contra da administração do Prefeito Rodrigo Guerrero, centos de manifestantes chegaram até as instalações do Conselho de Cali para exigir a não aprovação do projeto Cidade Paraiso.

Durante a mobilização os cidadãos também manifestaram sua inconformidade com a Empresa de Renovação Urbana EMRU; no entanto, seu gerente encarregado Nelson Londoño afirmou que o projeto só vai trazer benefícios para a comunidade e que a situação não é tão grave como parece. A deputada departamental Patricia Molina denunciou que trás esse projeto há escuros interesses. Segundo ela, a intenção da administração municipal com este projeto é entregar o terreno a uma fidúcia que segundo ela se constituiu entre Camacol e Comfandi, à qual pertence Nelson Garcés, cérebro da campanha que levou a Rodrigo Guerrero a ser prefeito da cidade. Estes habitantes do centro da cidade exigiram respeito por seu território e calificaram o nome deste projeto como uma contradição, já que segundo eles, o único que parece oferece-lhes é o caminho há o inferno⁵⁰

- No centro histórico de Salvador, o tema “Afro”, sua cultura, história, simbologia, e danças, foram utilizados como forma e marketing para promovê-lo, pois quem frequenta o centro histórico (especialmente turistas) sabe o que ele oferece: a arquitetura colonial, museus religiosos, patrimônio e também a cultura afro. Enquanto no caso de Cali a promoção da imagem do centro é dada pelos critérios de refuncionalização de uma perspectiva comercial, administrativa e de mobilidade urbana, que também se vincula com uma ideia estética do lugar, pois o centro ofereceria uma cara nova, limpo, seguro e revitalizado.
- No caso do Centro Histórico de Salvador, existe outra clara diferenciação na comparação entre os dois processos de recuperação, cabendo perguntar se o tipo específico de “gentrificação” foi marcado por um componente racial, pelo de que a intervenção implicou transformações que passaram de proprietários majoritariamente negros (antes da intervenção) para majoritariamente estrangeiros ou mestiços (após intervenção). Afirma-se

⁵⁰ Tomado de: <http://pazificonoticias.com/ver-noticia/2014-07-marcha-en-rechazo-a-%E2%80%9Cciudad-paraiso%E2%80%9D-y-el-pot/>

isto, partindo de observações de campo⁵¹, já que os novos proprietários(as) de residências, restaurantes, hotéis, lojas, casas de artesanato, etc. são na sua maioria estrangeiros e/ou mestiços. Como se falou em capítulos anteriores, os antigos moradores que pertenciam às famílias negras foram expulsos do bairro, e suas casas (alugadas ou próprias) foram compradas por novos usuários e donos do capital para desenvolverem seus investimentos, contratando como trabalhadores hoje em dia à população Afro-descendente. “O processo de requalificação do Centro Histórico de Salvador é conhecido nacionalmente como uma estratégia autoritária e segregadora, em que 3.574 famílias pobres, moradoras do Pelourinho, em sua maioria negras, foram expulsas desde o início do processo em 1992 e estendeu-se até 2003” (CONDER/MONUMENTA/BID, p. 412) apud Mourad (2011, p. 135).

⁵¹ No entanto, se teria que complementar esta afirmação com dados estatísticos e Censos que demonstrem a “raça” a qual pertencem os novos proprietários dos diversos estabelecimentos.

REFERENCIAS.

- ALMEIDA, Marcos Jorge; CAVALCANTE Thiago. 7ª etapa do programa de recuperação do centro histórico de salvador: situação atual, problemas e soluções. Universidade Católica do Salvador. 2008
- ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era de precarização estrutural do trabalho?. Em: Infoproletarios, degradação real do trabalho virtual. Boitempo. 2009.
- ARANTES, Otília Beatriz. Uma estratégia fatal, a cultura nas novas gestões urbanas. In: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. ARANTES Otília, VAINER Carlos, MARICATO Ermínia (Org.) Editora Vozes Petrópolis. 2007.
- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. Em: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. ARANTES Otília, VAINER Carlos, MARICATO Ermínia (Org.) Editora Vozes Petrópolis. 2007.
- BORJA Jordi, CASTELLS Manuel. Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la información. Editorial Taurus. 2000
- BRAGA Paula Marques, DOS SANTOS Junior Wilson Ribeiro. Programa de recuperação do centro histórico de salvador: políticas públicas e participação social. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Risco. 2009
- BRAGA, Paula Marques. As problemáticas das intervenções urbanas contemporâneas em áreas centrais históricas e a questão cultural - estudos de caso em salvador e recife. Universidade de São Paulo, USP. Urbicentros #3, morte e vida dos centros urbanos. 2012.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Uma proposta de valorização do Centro de Salvador. Em: Em: Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade. (Org.) Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.
- BONDUKI, Nabil. Intervenções urbanas da recuperação de centros históricos. Brasília. Iphan/Programa Monumenta 2010.
- CARNEIRO de Araujo, Ângela Maria. Globalização e Trabalho: Uma resenha da literatura. BIB, São Paulo, No 52, 2do semestre de 2001.
- CARRION Fernando. Dime quien financia el centro histórico y te diré qué tipo de centro histórico es. Revista Digital del programa en gestión de la ciudad. No. 16 Octubre 2013.
- CARRION Fernando. Centros Históricos, relación social, globalización y mitos. In: “Desarrollo cultural e gestión en los centros históricos”. Quito Ecuador. 2000
- CARRION Fernando. Las nuevas tendencias de la urbanización na America Latina. Em: “La ciudad construída, urbanismo em América Latina”. Flacso-Ecuador. 2001.

- CARVALHO Inaiá, PASTERNAK Suzana, BÓGUS Lúcia Machado. Transformações metropolitanas: São Paulo e Salvador. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 301-321, Maio/Ago. 2010.
- CARVALHO Inaiá. Capital imobiliário e desenvolvimento urbano no Brasil contemporâneo. Observatório das Metrópoles. Em: Seminário Internacional A Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos. Rio de Janeiro, Novembro de 2013.
- CASTELLS Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. São Paulo. Editorial Paz e Terra. 2000
- CASTELLS Manuel. A questão urbana. Editora Paz e Terra. 2009
- CASTELLS, Manuel. Problemas de investigação em sociologia urbana. Editorial presença urbana. 1979
- COBOS, Emilio Pradilla. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. En: Seminário Internacional: A Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos. Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro 2013.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Editora Boitempo. 2006.
- DIOGO, Érica Cristina Castilho. Habitação social no contexto da reabilitação urbana da Área Central de São Paulo / Érica Cristina Castilho Diogo. São Paulo, 2004.
- FERNANDES Ana, FILGUEIRAS Marco Aurélio Gomes. Pelourinho: Turismo, Identidade e Consumo Cultural. Em: Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade. (Org.) Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.
- FERREIRA, Nobre Maria Ivanilde. No reino de pedra e cal. O centro histórico e o patrimônio de Salvador em época pós-moderna. Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2010.
- FRANCO, Ângela. Não só de referência cultural (sobre) vive o centro histórico de Salvador. Em: Pelo Pelô. História, Cultura e Cidade. (Org.) Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.
- FREITAG Barbara, Teorias da cidade. Campinas, SP. Papirus 2006.
- GASPAR, Ricardo Carlos. Espaço metropolitano, política e economia global. Cadernos metrópoli 14 pp. 31-49 2º sem. 2005
- GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 83-118.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1987.
- GOTTSCHALL, Carlota de Sousa e SANTANA, Mariely Cabral. (Organizadoras). Centro da cultura de Salvador. Ed. Universidade Federal da Bahia Salvador 2006.

- HARVEY David. “A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural”. São Paulo. Loyola. 2007.
- HARVEY David. Espaços de esperança. Edições Loyola. São Paulo. 2004.
- HARVEY David. O enigma do capital e as crises do capitalismo; tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP. Boitempo, 2011.
- HENRY Lefebvre. “O direito a cidade”. São Paulo SP. Moraes, 1991.
- IANNI Octavio. A sociedade global. 5ª edição. Civilização Brasileira. 1997.
- IANNI Octavio. Teorias da globalização. 4ta edição. Civilização Brasileira. 1997
- IANNI Otavio. A política mudou de lugar. Em: Desafios da globalização. Editora Vozes. 1997.
- BAHIA, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. Reabilitação urbana: centro histórico. Salvador: IPAC, 1997.
- JIMÉNEZ Becerra, Absalón; TORRES Carrillo, Alfonso (comp.). La práctica investigativa en ciencias sociales. DCS, Departamento de Ciencias Sociales. UPN, Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, Colômbia. 2006.
- LACATOS, Eva Maria; Marconi, Maria de Andrade. Metodologia científica. 2da edição. São Paulo. Atlas, 1991.
- MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias, planejamento urbano no Brasil. Em: A cidade do pensamento único, desmanchando consensos. ARANTES Oflia, VAINER Carlos, MARICATO Ermínia (Org.) Editora Vozes Petrópolis. 2007.
- MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. Em: As metrópoles e a questão social brasileira. Editora Revan. Observatório das Metrópoles. 2007.
- MARQUES, Paula e SANTOS, Wilson Ribeiro dos. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo. 2010.
- □ MENDES Luís. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. Maio de 2010. Revista e-metropolis. No 1 ano 1
- MIRANDA Luciete Barreto, DOS SANTOS Maria Aparecida S.C. Pelourinho desenvolvimento socioeconômico. Editora Bigraf. 2000.
- MONTOYA Urpi. Por trás das fachadas coloridas. Etnografias nos “novos” bairros do Recife (Pernambuco) e Pelourinho (Bahia). Universidade Federal da Bahia. CNPq. 2000
- MONTOYA Urpi. O lugar da História no consumo do chamado patrimônio histórico. INTERSEÇÕES, Rio de Janeiro, v. 14 n. 1, p. 7-24, Jun. 2012
- MORLINO Leonardo. Problemas e opciones en la comparación, em: “SARTORI Giovani e MORLINO Leonardo. La comparación em las ciencias sociales. Alianza Editorial. 1991”.
- MOURAD Laila Nazem. O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador. 2000-2010. Ufba. 2011.

- MOURAD Laila Nazem, BALTRUSIS Nelson. Pelourinho, entre a gentrificação e coesão social. XIV encontro nacional da Anpur. Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Maio de 2011.
- MOURAD, Laila Nazem. A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador. URBA 2011.
- NOBRE, Eduardo A.C.. Intervenções urbanas em Salvador: Turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho. X Encontro Nacional de Anpur. Cidade Planejamento e gestão urbana: historia das ideias, das práticas e das representações. Maio 2003.
- PÁDUA ZOLINI, Gustavo Pimenta. A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. 2007. 181 f: il.
- PANEBIANCO Angelo. Comparação e explicação, em: “Schneider Sergio, Schmitt Claudia Job. O uso do método comparativo nas ciências sociais. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, V.9, p. 49-87. 1998”
- PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Revista Política e Sociedade. No. 14 Abril de 2009.
- PRADILLA Cobos, Emilia. Los centros historicos en las metrópolis de hoy", en González, Carmen Imelda y Daniel Hiernaux (Comops.), Espacio-temporalidad y prácticas sociales en los centros históricos mexicanos, Editorial Universitaria, Universidad Autónoma de Querétaro, 2012.
- RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. Gentrificação no parque histórico do Pelourinho. Salvador BA. UFBA. 2011
- RIBEIRO, Luis Cesar de Queiroz. As metrópoles brasileiras no Milênio. As metrópoles brasileiras no milênio: resultados de um programa de pesquisa. Rio de Janeiro. Letra Capital. 2012.
- RODRIGUES, Walter. Globalização e gentrificação, teoria e empiria. Revista Sociologia Problemáticas e Práticas No 29 1999 p. 95-125.
- SANT’ANNA, Márcia. A cidade- atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2004.
- SANTOS Milton Los espacios de la globalización. Anales de geografía de la Universidad Complutense. No 13, página 69-77. Ed. Comp. Madrid. 1993.
- SANTOS Milton. O centro da cidade de Salvador. Estudo de geografia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008.
- SANTOS Milton. “O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza”. Cadernos metrópole 19 pp. 15-25 10 sem. 2008
- SANTOS Milton. A Aceleração contemporânea. Em : “Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo 1994”.
- SANTOS Milton. A geografia a finais do século XX: novas funções de uma disciplina ameaçada. Revista Internacional de Ciências Sociais. Vol. XXXVI, No 4, 1984.

- SANTOS Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2006.
- SANTOS Milton. O dinheiro e o território. Universidade de São Paulo. Março 1999
- SANTOS Milton. O lugar encontrando o futuro. RUA Revista de Urbanismo e Arquitetura. Vol 4, No 1. 1996
- SANTOS Milton. Por uma outra Globalização, pensamento único à consciência universal. Editora Record. Rio de Janeiro, São Paulo. 2013
- SANTOS Milton. Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo 1994.
- SANTOS, Milton. Espaço e Método. Coleção espaços. São Paulo. Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.
- SARTORI Giovanni. A política: lógica e método nas ciências sociais. Trad. De Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SARTORI Giovanni e MORLINO Leonardo. La comparación en las ciencias sociales. Alianza Editorial. 1991
- SASSEN Saskia. As cidades na economia mundial. Studio Nobel Ltda. São Paulo 1994.
- SASSEN Saskia. La ciudad global: una introducción al concepto y su historia. Brown Journal of world affairs, Vol. 11(2): 27-43. 1995.
- SASSEN Saskia. Sociologia da globalização. Porto Alegre. Artmed, 2010.
- SCHNEIDER Sergio, Schmitt Claudia Job. O uso do método comparativo nas ciências sociais. e. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, V.9, p. 49-87. 1998
- SMITH Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. Em: De Volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. Catherine Bidou-Zachariassen. Annablume, 294 p. 2006.
- SMITH Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. GEOUSP. Espaço e Tempo, São Paulo No 21. Pp 15-31, 2007
- SMITH, Neil Smith. ¿Ciudades después del Neoliberalismo?. Conferencia en el Museu d’Art Contemporani de Barcelona (MACBA), Seminario: después del neoliberalismo: ciudades y caos sistemáticos. Noviembre. 2008
- SMITH, Neil. La nueva frontera urbana, ciudad revanchista e gentrificación. Traficantes de sueños mapas. 2012
- VASQUEZ, Javier Medina, VARELA Medina. Globalização e desenvolvimento regional. Perspectivas latino-americanas. Edit Universidad del Valle, 1996
- ZULETA, Estanislao. Sobre la lectura. Conferência Universidad Nacional de Medellín. Jun. 1982.

Documentos Institucionais.

Salvador

- Termo de Referência, Plano de ação integrada do Centro Histórico de Salvador. Reabilitação urbana centros históricos. Secretaria da cultura e turismo. IPAC. 1991
- Centro Histórico de Salvador. Programa de recuperação Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia IPAC/CONDER. 1995
- Reabilitação urbana centros históricos. Secretaria da cultura e turismo. IPAC. Governo da Bahia. Seplantec. Conder.. 1997.
- “Programa de Reabilitação do patrimônio cultural urbano. Salvador . IPAC. Abril de 1997”.
- O programa de recuperação do Centro Histórico de Salvador e o destino dos seus moradores e comerciantes. Salvador Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo. IPAC 2001
- Centro Antigo de Salvador. Plano de Reabilitação Participativo. IPAC. 2010.
- Pelourinho: Centro Histórico de Salvador Bahia: A grandeza restaurada. Fundação Cultural do Estado da Bahia. Salvador 1994.

Cali.

- ALCALDIA DE CALI. Plano del centro global de Cali - diagnóstico urbanístico. Universidad del Valle, Universidad San Buenaventura. Junio de 2010.
- ALCALDIA DE CALI. Ciudad Paraiso. Departamento Administrativo de Planeación Municipal. Empresa Municipal de Renovação Urbana EMRU. 2010.
- EMRU. Informe Gestión Social Ciudad Paraiso. Proyecto Ciudad Paraiso: Planes parciales El Calvario, San Pascual, Sucre y Sede Fiscalía General de la Nación. E.M.R.U. Empresa Municipal de Renovación Urbana. 2010.
- <https://www.youtube.com/watch?v=7yQOMpEcG28>